



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ISABELE NEGREIROS DE QUEIROZ PEREIRA

**VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS: UM ESTUDO SOBRE PADRÕES DE
VIOLÊNCIA E CORRELATOS PSICOSSOCIAIS**

FORTALEZA

2025

ISABELE NEGREIROS DE QUEIROZ PEREIRA

**VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS: UM ESTUDO SOBRE
PADRÕES DE VIOLÊNCIA E CORRELATOS PSICOSSOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Walberto Silva dos Santos.

FORTALEZA

2025

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Walberto Silva dos Santos.

1. Violência entre Parceiros Íntimos. 2. Fatores de Risco. 3. Padrões de Violência. I. Título.
CDD 150

ISABELE NEGREIROS DE QUEIROZ PEREIRA

VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS: UM ESTUDO SOBRE

PADRÕES DE VIOLÊNCIA E CORRELATOS PSICOSSOCIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Aprovada em 28/05/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Walberto Silva dos Santos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Sandra Elisa de Assis Freire
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar)

Dr. Roger Silva Sousa
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

À minha família, minha fonte inesgotável de inspiração e amor.

Agradecimentos

Construir e finalizar a escrita dessa pesquisa e o mestrado foi algo que almejei durante muitos anos. Mesmo havendo o desejo, sei que sem o apoio, o incentivo e o impulso de quem está presente nesses agradecimentos, eu sequer teria dado o primeiro passo, o de tentar, o de começar. Por isso, carrego comigo a certeza de que as minhas caminhadas e as conquistas resultantes delas não foram feitas sozinhas, mas de mãos dadas com tantas pessoas importantes. As palavras que aqui exponho não são suficientes para expressar a minha gratidão por tudo e por tanto que vocês representam, mas segue abaixo a minha tentativa de agradecerlos.

Agradeço à minha família, meu porto seguro, minha base. Aos meus pais, Lindalberto e Francinete, por serem colo nas tardes difíceis, pelo apoio constante, pelos conselhos sábios e pelo amor sereno. Com vocês, aprendi a valorizar quem caminha de mãos dadas comigo e a não duvidar do que posso alcançar - acredito que há poucas coisas tão preciosas a ensinar aos filhos quanto essas. À minha irmã mais velha, Gabriele, por ser farol em meio a escuridão, por escutar meus inúmeros desabafos e pelas palavras firmes, mas sempre acalentadoras. À minha irmã caçula, Emanuele, por me proporcionar doses de alegria em meio ao cansaço e por me motivar a sempre dar o meu melhor. Essa conquista também é de vocês, pois ela não teria existido sem todos os ensinamentos e suporte aqui apresentados, que não alcançam nem um terço do que vocês fizeram por mim e representam para mim.

Ao Jorge, meu bem, por ter acreditado em mim sem duvidar nem por um segundo, por ter escutado atentamente cada lamento, acolhido cada choro e comemorado cada alegria comigo. Por arrancar risadas nos momentos difíceis e me lembrar que nada é tão grave assim quanto a gente pensa. Sou imensamente grata pelo seu cuidado, amor e parceria nessa e tantas outras caminhadas.

Às minhas amigas de infância, Eliana, Ivna e Maria (Elizão, Ivynah e Meury), pelo apoio, pelos diálogos que proporcionaram leveza e risos no cotidiano, por vezes árduo, e pela compreensão. Obrigada por estarem presentes, mesmo quando eu não pude estar.

Ao Prof. Walberto, pela confiança, paciência, suporte, acolhimento e aprendizados. Foram cerca de sete anos de orientação e, em todos esses anos, não houve um momento sequer que estive desamparada. Levo o senhor como exemplo de docente, pesquisador e orientador. Muito obrigada por tudo!

Ao Laboratório Cearense de Psicometria (LACEP), o do passado, de quando eu ainda estava na graduação, que me permitiu conhecer uma ciência ética e transformadora e conhecer tantos pesquisadores e profissionais com os quais aprenderia muito e os quais eu levo como referência. Certamente não menos importante, ao LACEP de hoje, Laura, Alice, Danton, Maria Eduarda, Luana, Mariana, Kennedy, Sarah, Yurih, Tobias, João, Iohana, Nicolle, Vitória, Ingrid e Edimar. Com vocês, reforcei o que aprendi na graduação: não se faz pesquisa sozinha. Obrigada por fazerem parte dessa trajetória e por alegrarem os meus dias na UFC. Desejo um futuro brilhante para cada um de vocês!

Por fim, agradeço aos membros da banca. À professora Sandra, por aceitar o convite para compor a banca de defesa. Fico muito grata pela disponibilidade, pela leitura cuidadosa e pelas considerações, que enriqueceram ainda mais este processo de finalização do trabalho. Ao Roger, que acompanha minha trajetória desde a graduação e cuja presença, ao longo desses anos, foi marcada por ensinamentos, leveza, generosidade e incentivo. Obrigada pelas valiosas contribuições oferecidas durante a etapa de qualificação e por aceitar o convite para participar da defesa.

“A gente passa a vida pelejando com o dilema de existir ou desistir, com o que é bom e o que é ruim, o certo e o errado, a morte e a vida. Essas coisas não se separam. O lugar que dói é o mesmo que sente arrepios. É no corpo, no amor e na liberdade de escolher as coisas que a gente fica inteiro ou despedaçado. Então, pede para a parte boa dar conta da parte ruim.”

(Madeira, 2020)

Resumo

A violência entre parceiros íntimos (VPI) é um problema de saúde pública altamente prevalente e complexo. Estima-se que o padrão de violência mais comum em relacionamentos amorosos envolve agressões, tanto proativas, reativas como defensivas, por ambos os companheiros. Assim, torna-se necessário compreender que fatores contribuem para a presença de violência em relacionamentos íntimos. Diante disso, o presente estudo propôs-se a explorar em que medida fatores psicossociais de risco para a VPI, especificamente o apego inseguro ansioso e evitativo, estratégias de resolução de conflito de ataque e de evitação, normas tradicionais de gênero, maus-tratos infantis e desregulação emocional influenciam a ocorrência de padrões de violência entre parceiros íntimos, os quais foram investigados por meio da análise de classes latentes a partir de diferentes indutores de violência. Para tanto, essa pesquisa está fundamentada no modelo socioecológico, considerando a literatura científica e empírica acerca das abordagens teóricas e etiológicas da VPI. Para alcançar o objetivo acima, contou-se com 1021 participantes adultos que estavam em um relacionamento amoroso, predominantemente mulheres (83,5%), brancas (64%) e heterossexuais (58,1%). A amostragem ocorreu por conveniência (não-probabilística). Os participantes responderam a um questionário *online*, divulgado por meio de redes sociais, contendo os seguintes instrumentos de autorrelato: *Difficulties in Emotion Regulation Scale – Short Form*, *Childhood Trauma Questionnaire – Short Form*, *Conflict Resolution Behavior Questionnaire*, *Gender-Equitable Men Scale*, *Revised Conflict Tactics Scale* e questionário sociodemográfico. A realização da pesquisa foi condicionada à aprovação no Comitê de Ética da Universidade federal do Ceará- UFC (CAAE: 80188924.3.0000.5054), obedecendo aos critérios éticos necessários. Os dados foram analisados por meio do RStudio (versão 2024.12.1) e do Jamovi (versão 2.6.26). Foram realizadas estatísticas descritivas, análises de correlação de spearman, análise de classes latentes e regressões logísticas multinomiais. Os

fatores psicossociais de risco apresentaram correlações significativas em relação às diferentes formas de VPI, mas com algumas especificidades. Em relação aos padrões de violência, foram identificadas três classes, as quais foram caracterizadas respectivamente por baixa ou nenhuma violência, violência psicológica bidirecional e múltiplas formas de violência bidirecional. Os fatores de risco mais relevantes na predição das classes foram a estratégia de resolução de conflitos de ataque e o apego ansioso. Também tiveram destaque a estratégia de evitação, o apego evitativo e dificuldade em regulação emocional relacionada à impulsividade. Ainda que o presente estudo tenha apresentado limitações, julga-se que seus objetivos foram alcançados e que seus resultados podem contribuir significativamente para a compreensão da violência entre parceiros íntimos.

Palavras-chave: violência entre parceiros íntimos, padrões de violência, fatores de risco.

Abstract

Intimate partner violence (IPV) is a highly prevalent and complex public health problem. It is estimated that the most common pattern of violence in romantic relationships involves aggression, whether proactive, reactive or defensive, by both partners. Thus, it is necessary to understand which factors contribute to the presence of violence in intimate relationships. In view of this, the present study proposed to explore to what extent psychosocial risk factors for IPV, specifically insecure anxious and avoidant attachment, attack and avoidance conflict resolution strategies, traditional gender norms, child maltreatment and emotional dysregulation influence the occurrence of patterns of violence between intimate partners, which were investigated through the analysis of latent classes based on different indicators of violence. To this end, this research is based on the socioecological model, considering the scientific and empirical literature on theoretical and etiological approaches to IPV. To achieve the above objective, 1021 adult participants who were in a romantic relationship were recruited, predominantly women (83.5%), white (64%) and heterosexual (58.1%). Sampling was by convenience (non-probabilistic). Participants answered an online questionnaire, disseminated through social media, containing the following self-report instruments: Difficulties in Emotion Regulation Scale – Short Form, Childhood Trauma Questionnaire – Short Form, Conflict Resolution Behavior Questionnaire, Gender-Equitable Men Scale, Revised Conflict Tactics Scale and sociodemographic questionnaire. The research was subject to approval by the Ethics Committee of the Federal University of Ceará- UFC (CAAE: 80188924.3.0000.5054), complying with the necessary ethical criteria. Data were analyzed using RStudio (version 2024.12.1) and Jamovi (version 2.6.26). Descriptive statistics, Spearman correlation analyses, latent class analysis and multinomial logistic regressions were performed. The psychosocial risk factors showed significant correlations in relation to the different forms of IPV, but with some specificities.

Regarding the patterns of violence, three classes were identified, which were characterized respectively by low or no violence, bidirectional psychological violence and multiple forms of bidirectional violence. The most relevant risk factors in predicting the classes were the conflict resolution strategy of attack and anxious attachment. The avoidance strategy, avoidant attachment and difficulty in emotional regulation related to impulsivity also stood out. Although the present study had limitations, it is believed that its objectives were achieved and that its results can contribute significantly to the understanding of violence between intimate partners.

Keywords: intimate partner violence, patterns of violence, risk factors

Lista de Figuras

Figura 1

Tipologia da violência proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS)..... 26

Figura 2

Probabilidade de endosso aos indicadores de violência entre as classes latentes..... 80

Lista de Tabelas

Tabela 1

Caracterização dos aspectos sociodemográficos e das experiências de VPI da amostra ..71

Tabela 2

Correlações entre os fatores psicossociais de risco e a frequência da perpetração de violências para homens e para mulheres.....73

Tabela 3

Correlações entre os fatores psicossociais de risco e a frequência da vitimização por violências para homens e para mulheres74

Tabela 4

Índices de ajuste dos modelos de classes latente78

Tabela 5

Probabilidade de presença dos indicadores de violência para as classes.....79

Tabela 6

Caracterização sociodemográfica das classes.....80

Tabela 7

Diferenças de médias no fatores psicossociais de risco entre as classes.....82

Tabela 8

Diagnóstico de multicolineariedade dos fatores psicossociais de risco.....85

Tabela 9

Regressão logística multinomial.....86

Sumário

Introdução	17
Violência entre Parceiros Íntimos: Definição e Prevalência	24
Definindo a Violência entre Parceiros Íntimos.....	24
Prevalência da Violência entre Parceiros Íntimos: considerações sobre padrões de direcionalidade e (as)simetria de gênero.....	28
Raízes da Violência entre Parceiros Íntimos	37
Correlatos Psicossociais da Violência entre Parceiros Íntimos.....	47
Maus-tratos Infantis	47
Níveis de Apego Inseguro	50
Desregulação Emocional	53
Normas Tradicionais de Gênero	56
Estratégias de Resolução de Conflito	57
Objetivos	61
Método	62
Hipóteses	62
Amostra.....	63
Instrumentos.....	64
Procedimentos	66
Análise dos dados	67
Resultados.....	70
Prevalência e frequência da violência em relacionamentos íntimos.....	70
Relação entre as variáveis psicossociais de risco e a frequência de VPI	72
Investigando os padrões de violência	78
Investigando preditores	82

Discussão	89
Considerações finais.....	101
Referências.....	103
Anexos	133
Anexo I – Escala de dificuldade de regulação emocional - versão reduzida (DERS-SF)	133
Anexo II – Childhood Trauma Questionnaire – Short Form (CTQ-SF)	134
Anexo III – Conflict Resolution Behavior Questionnaire (CRBQ)	135
Anexo IV – Experience in Close Relationship – Reduzida (ECR-R-Brasil).....	136
Anexo V – Gender-Equitable Men Scale	137
Anexo VI – Revised Conflict Tactics Scale (CTS-2).....	138
Apêndices	141
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	141
Apêndice B – Questionário sociodemográfico e de caracterização dos relacionamentos amorosos	143

Introdução

A violência entre parceiros íntimos (VPI) é altamente prevalente e com diversos impactos observáveis. Aproximadamente 1 em 7 homicídios são perpetrados por um parceiro íntimo, sendo que desses, a proporção de mulheres vitimizadas por parceiro íntimo é 6 vezes maior do que a de homens vitimizados (Stöckl et al., 2013). Estima-se que no ano de 2018, cerca de 492 milhões de mulheres com idades entre 15 e 49 anos que já estiveram em um relacionamento íntimo foram vítimas de pelo menos um episódio de violência física e/ou sexual cometida pelo companheiro (Sardinha et al., 2022). Recentemente, White et al. (2023) encontraram dados globais ainda mais alarmantes ao incluir a violência psicológica: em torno de 4 em 10 mulheres (37,3%) com idade igual ou superior a 16 anos já sofreram alguma forma de VPI no decorrer de suas vidas.

Especificamente no contexto brasileiro, conforme um levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), o percentual de mulheres que sofreram alguma forma de VPI durante sua vida, incluindo sexual, física e psicológica, chega a ser de 43%, estimativa maior que a média global reportada em outros estudos. Ressalta-se que os resultados encontrados por essas pesquisas se referem a dados coletados por meio do autorrelato das participantes, o que poderia indicar uma subnotificação dos casos reais de VPI, tendo em vista a natureza sensível das questões, a necessidade de reconhecimento/percepção da agressão por parte da vítima, e as divergências na definição e medida dessa forma de violência (Sardinha et al., 2022; White et al., 2023).

Esse fenômeno tem efeitos substanciais à saúde dos sujeitos envolvidos. A literatura aponta associações significativas e consistentes entre diferentes tipos de VPI e depressão, ideação suicida, ansiedade e estresse psicológico (White et al., 2023). Ainda, há evidências de que a vitimização por parceiro íntimo pode estar associada ao uso abusivo de álcool e outras drogas, ao diagnóstico de transtornos relacionados a substâncias e a um pior desfecho no

tratamento desses transtornos (Ogden et al., 2022). A exposição a essa forma de violência também tem sido relacionada a efeitos negativos à saúde física, como infecção por doenças sexualmente transmissíveis, engajamento em comportamentos de risco e desenvolvimento de doenças e dor crônicas (Stubbs & Szoek, 2022).

Além da evidente prevalência e efeitos da violência por parceiro íntimo contra a mulher, múltiplos estudos têm destacado a heterogeneidade e complexidade da VPI, enfatizando diferentes padrões de violência nesse contexto. Dessa forma, além da violência unidirecional, comumente estudada, ressalta-se as altas taxas de VPI bidirecional ou mútua em diversos casais, independente do gênero e da orientação sexual (Capinha et al., 2022; Herrero et al., 2020; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Razera et al., 2022). Frente a esses indicadores, Hardesty e Ogolsky (2020) apontam a necessidade de se considerar a experiência do casal na compreensão da VPI, mesmo que, por exemplo, a vitimização de homens não seja simétrica quanto à severidade, aos prejuízos e às motivações em relação à vitimização feminina.

O estudo dessa forma de violência ocorreu, ao longo dos anos, majoritariamente por meio do autorrelato isolado de perpetradores ou de vítimas, analisando principalmente a violência unidirecional perpetrada por homens contra as suas companheiras (Ali & Naylor, 2013b; Conceição et al., 2018; Dixon & Graham-Kevan, 2011; Hardesty & Ogolsky, 2020). Em grande parte, tais pesquisas foram influenciadas pelas teorias feministas, as quais compreendem esse fenômeno como um reflexo do patriarcado, ou seja, da desigualdade de gênero na sociedade (Becker et al., 2022). Essa explicação enfatiza que homens detêm mais poder e controle social em relação às mulheres, de modo que essa dinâmica desproporcional de poder também estaria contida nas relações íntimas e familiares dos homens, podendo estas tornarem-se abusivas e violentas (Becker et al., 2022).

Nas últimas décadas, entretanto, pesquisas investigando tanto a perpetração como a vitimização de mulheres e de homens trouxe à tona uma série de questionamentos ao manejo da VPI como exclusivamente unilateral e às razões explicativas unifatoriais atribuídas a esse fenômeno (Ali & Naylor, 2013b; Razera et al., 2022; M. A. Straus, 2008). Straus (2008), por exemplo, identificou que a VPI física bidirecional foi a mais prevalente entre os padrões de violência identificados em múltiplas nações, ressaltando, desse modo, a necessidade de modelos multicausais para o estudo desse fenômeno.

Recentemente, em conformidade com esse achado, Machado et al. (2023) constataram a alta prevalência de VPI bidirecional ao realizar uma revisão sistemática, verificando tal padrão independentemente do tipo da amostra, país de origem, forma de violência, sexo e orientação sexual. Cabe salientar que a bidirecionalidade comumente descrita refere-se à direcionalidade, ou seja, à ocorrência de perpetração de violência por ambos os parceiros, não significando simultaneidade nem simetria quanto às motivações (por exemplo: autodefesa, retaliação, entre outras) e aos impactos (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012).

Mesmo considerando a existência da violência mútua e da vitimização de homens e de mulheres em relacionamentos íntimos, alguns autores ressaltam a necessidade de um olhar atento às questões de gênero associadas à VPI. Cunningham e Anderson (2023) observaram que, ao considerar ao longo da vida, as mulheres foram significativamente mais prováveis de terem sofrido agressão psicológica, física ou sexual em relações íntimas do que homens. Similarmente, Fanslow et al. (2023) constatou distinções quanto à experiência de VPI entre homens e mulheres, sendo estas últimas mais prováveis de terem sofrido violência mais severa e mais frequente do que os primeiros.

Considerando tais informações, fica evidente a complexidade subjacente à VPI, exigindo, portanto, modelos multicausais para seu entendimento. Dessa forma, é notório a relevância de abordagens capazes de abranger os diversos enfoques teóricos e etiológicos,

como as teorias sociológicas, psicológicas e biológicas (Dixon & Graham-Kevan, 2011).

Nesse contexto, destaca-se o modelo ecológico, adotado na presente pesquisa, o qual considera a VPI como resultante da interação entre diferentes variáveis, pertencentes a níveis distintos, como o individual, comunitário e societal (Krug et al., 2002).

Nesse sentido, observa-se a necessidade de mais estudos acerca dos padrões de violência, levando em conta a natureza dinâmica e contextual da violência entre parceiros íntimos e englobando os diversos níveis que influenciam e são influenciados pelos comportamentos humanos (Conceição et al., 2018; Razera et al., 2017). Para além da investigação de padrões e da prevalência de violência, atentar-se ao caráter relacional da VPI pode ser muito informativo no que diz respeito aos fatores que estão associados e que a predizem, tendo em vista, dessa forma, aspectos sociais, relacionais e pessoais (Juarros-Basterretxea et al., 2022).

Há uma vasta literatura acerca da etiologia da violência entre parceiros íntimos, com grande diversidade de métodos e de construtos em foco. Por exemplo, ao se referir a aspectos que representam o nível societal, como normas sociais e culturais que refletem desigualdades de gênero, pesquisadores vêm investigando o papel de diversos correlatos da VPI, incluindo: sexismo ambivalente (Lelaurain et al., 2021), normas tradicionais de gênero (McCarthy et al., 2018), aceitação do uso de violência em relações (Spencer, Morgan, et al., 2021) e dominância (Esquivel-Santoveña et al., 2021; Straus, 2008; Ubillos-Landa et al., 2020)

Segundo Heise (1998), reconhecer a influência de variáveis que refletem mensagens culturalmente e socialmente construídas sobre o papel, o comportamento e as relações de poder entre os gêneros é fundamental para qualquer análise acerca da violência. Na presente pesquisa, será investigada a adesão a normas tradicionais de gênero enquanto um fator associado ao cometimento da VPI. Estudos apontam uma lacuna quanto ao papel desse construto em dinâmicas relacionais agressivas, visto que é comumente estudado em amostras

de homens heterossexuais, sendo escasso o estudo de sua função nos comportamentos de mulheres inseridas em relações violentas (Keilholtz et al., 2023; Spencer, Stith, et al., 2022).

Ressalta-se que seria inadequado, tendo em vista os estudos empíricos, considerar tais aspectos enquanto antecedentes únicos para a ocorrência da violência entre parceiros íntimos (L. L. Heise, 1998). Dessa forma, para além desses fatores, é fundamental contemplar os correlatos psicossociais da VPI que estão distribuídos nos vários níveis do modelo ecológico.

Nesse sentido, evidencia-se a relação consistente entre a experiência de traumas na infância, como os maus-tratos (MT), e a perpetração de violência e vitimização no âmbito de relações íntimas (Kaufman-Parks et al., 2023; Li et al., 2019, 2020). A investigação da associação entre os MTs e a VPI evidencia, entretanto, a necessidade de explorar outros construtos e mecanismos proximais, visto que o primeiro, apesar de desempenhar um papel importante, não configura causa necessária ou suficiente para o segundo (Kaufman-Parks et al., 2023; Li et al., 2019, 2020).

Dessa forma, cabe citar variáveis proximais, como os níveis de apego inseguro (ansioso ou evitativo), os quais apresentam uma associação significativa com o comportamento violento e a vitimização em relacionamentos íntimos em uma vasta quantidade de pesquisas (Stefania et al., 2023; Velotti et al., 2022). Além disso, é possível mencionar outros construtos muito estudados no campo, por exemplo, as dificuldades em regulação emocional (Maloney et al., 2023; Neilson et al., 2023), uso problemático de álcool e outras drogas (Clare et al., 2021; Low et al., 2017) e variáveis sociodemográficas, como a idade e o status socioeconômico (Capaldi et al., 2012).

De grande relevância são também as variáveis relativas à dinâmica relacional na compreensão de conflitos e violências em relações íntimas, como a satisfação com relacionamento, estratégias de resolução de conflito e padrões de comunicação entre os parceiros (Spencer, Stith, et al., 2022). Tais características são consideradas alvos acessíveis

de intervenção, tornando-se fundamental a compreensão do papel desempenhado por elas na violência experienciada pelos casais (Spencer, Stith, et al., 2022). Especificamente nesta dissertação, investigar-se-á as estratégias de resolução de conflitos.

Frente aos dados apresentados, percebe-se a ampla literatura acerca de possíveis preditores e correlatos psicológicos e sociais da violência entre parceiros íntimos, principalmente no âmbito da análise intrapessoal. Dessa forma, mostra-se necessário estudos que considerem o caráter dinâmico e interpessoal em que ocorre a VPI, visando o desenvolvimento de intervenções clínicas e sociais mais efetivas no âmbito da prevenção primária e da prevenção da reincidência em perpetradores de violência contra parceiro íntimo.

Mediante o exposto, considerando o aspecto prevenível desse fenômeno (Krug et al., 2002), esta dissertação tem o objetivo de explorar em que medida fatores psicossociais de risco influenciam a ocorrência de padrões de violência entre parceiros íntimos. Especificamente, será estudado o papel antecedente dos seguintes construtos: endosso a normas tradicionais de gênero, maus-tratos infantis, apego inseguro (ansioso e evitativo), estratégias destrutivas de resolução de conflito (ataque e evitação) e desregulação emocional. Para isso, pretende-se também identificar padrões de violência em relacionamentos íntimos com base na direcionalidade e nos diferentes tipos de VPI e investigar suas respectivas características.

A fim de atender aos objetivos supracitados e para fornecer uma melhor compreensão sobre a temática, o estudo se estrutura da seguinte forma: na primeira seção são abordados aspectos conceituais sobre a violência entre parceiros íntimos, abrangendo definições, prevalências, considerando os diferentes padrões de direcionalidade, e as teorias existentes para a compreensão do fenômeno. Em seguida, são elencados e apresentados cada correlato psicossocial escolhido para investigação dos padrões de VPI. Após tais seções teóricas, são

apresentados os objetivos e o método. Por fim, pretende-se expor os resultados, a discussão e a conclusão da pesquisa.

Violência entre Parceiros Íntimos: Definição e Prevalência

Nesta seção são abordados brevemente o desenvolvimento do campo de estudos sobre a violência entre parceiros íntimos, as diferentes definições existentes na literatura atualmente e a perspectiva adotada na presente pesquisa. Além disso, são descritas as prevalências da VPI em homens e mulheres, abrangendo discussões sobre os padrões de direcionalidade em diferentes casais. Por fim, um tópico é dedicado a explorar os diferentes enfoques etiológicos sobre essa forma de violência.

Definindo a Violência entre Parceiros Íntimos

A violência em relacionamentos íntimos foi durante muito tempo normalizada e sancionada pela sociedade. Somente em meados da década de 70, final do século XX, a investigação científica sobre esse tema começou a se fortalecer (Hamberger et al., 2022). Tal campo foi fortemente influenciado pelos movimentos feministas e ativistas em prol dos direitos das mulheres, os quais uniram esforços e foram fundamentais para visibilizar essa questão social (Nicolaidis & Paranjape, 2009). Como reflexo disso, os estudos iniciais desse período utilizavam, principalmente, terminologias como “*wife abuse*” (abuso de esposa) e “*battering*” (espancamento) e entre outros que enfatizavam majoritariamente uma violência física, cometida por um cônjuge e contra a mulher (Heyman et al., 2022; Nicolaidis & Paranjape, 2009).

Em síntese, com o desenvolvimento dessa área de estudos, distintas terminologias e definições passaram a ser utilizadas, resultando em dificuldades na compreensão da magnitude da VPI e na sua prevenção (Breiding et al., 2015). Frente a esse contexto, o Centro Nacional de Controle e Prevenção de Doenças, instituição dos Estados Unidos da América, iniciou um processo de trabalho para promover maior consistência na conceitualização da violência em relacionamentos e na coleta de dados nesse âmbito, dando origem a primeira versão do *Intimate Partner Violence Surveillance: Uniform Definitions and Recommended*

Data Elements (Saltzman et al., 1999). Tal documento descreveu orientações para pesquisa nesse campo, definindo e promovendo o uso da frase Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) (Mitchell & James, 2009).

Nessa conjuntura, em 1996 ocorreu a 49ª Assembleia Mundial da Saúde, a qual adotou a resolução WHA49.25, reconhecendo a violência como um problema crescente de saúde pública e de magnitude global. Em resposta a tal resolução, em 2002, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou o primeiro relatório mundial sobre violência e saúde (Krug et al., 2002), cujo objetivo principal foi visibilizar a violência, incluindo a violência contra a mulher e entre parceiros íntimos, como um problema mundial e evitável, enfatizando o papel da saúde pública na investigação das suas causas e consequências.

Atualmente, não obstante os avanços nesse campo de estudo que transcorreram esses acontecimentos, existem múltiplas definições sobre a violência entre parceiros íntimos, as quais divergem e variam conforme a conceitualização adotada (Nicolaidis & Paranjape, 2009). Para esta pesquisa, a VPI será definida segundo a OMS, sendo apresentado a seguir o conceito e o contexto em que está inserida. Nesse enquadramento, a violência, no geral, é abordada como o uso intencional de força física ou de poder - com capacidade ou probabilidade de gerar danos físicos ou psicológicos, morte, déficits no desenvolvimento ou privação - contra si, outra pessoa, grupo ou comunidade (Krug et al., 2002).

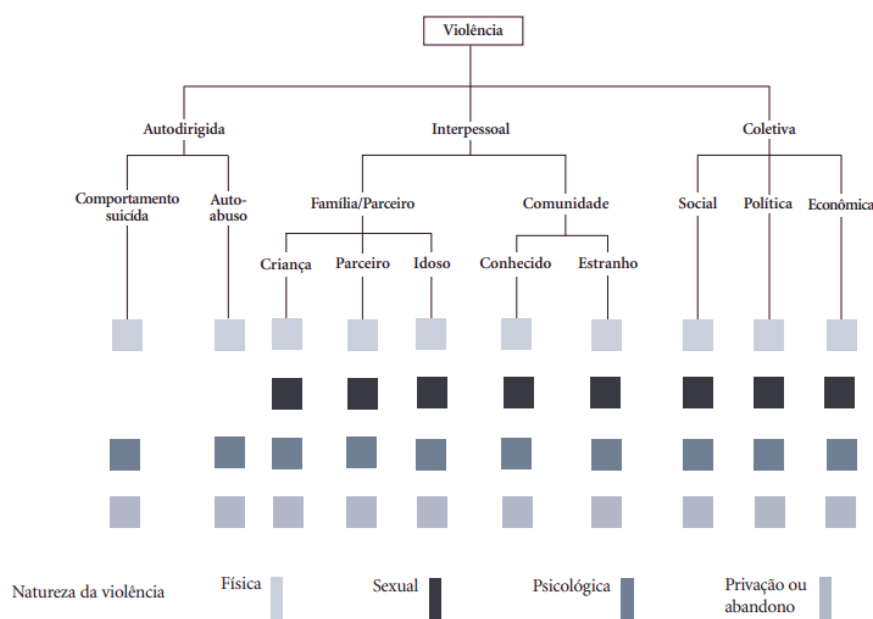
É importante salientar alguns pontos sobre a definição supracitada. A intencionalidade descrita está associada ao cometimento do ato em si, independentemente da consequência produzida. Dessa forma, a intenção do comportamento é diferenciada da intenção de gerar determinada consequência, visto que pode haver disparidades consideráveis entre o ato pretendido e o resultado pretendido. Por exemplo, um sujeito pode utilizar intencionalmente uso da força física contra outrem sem necessariamente ter a intenção de ocasionar morte ou outros prejuízos. Outro aspecto relevante diz respeito à influência dos aspectos culturais: a

partir da definição utilizada, mesmo práticas violentas e com o intuito de gerar dano culturalmente aceitas são consideradas atos violentos, tendo em vista as implicações à saúde da vítima. Por fim, inclui comportamento reativos (em resposta a eventos anteriores provocativos) e proativos, a despeito de serem tidos como crimes ou não, excluindo do que é considerado violência atos não intencionais acidentais (Krug et al., 2002).

A partir de tal conceituação geral de violência, a OMS (Krug et al., 2002) propõe uma tipologia (figura 1), a partir da qual reconhece-se divergências e convergências entre diferentes atos violentos. Nessa tipologia, a VPI está inserida na categoria ‘violência interpessoal’, a qual refere-se àquela cometida por outro indivíduo ou por pequenos grupos de pessoas. A violência interpessoal divide-se em ‘na comunidade’, ocorrendo entre pessoas que não possuem laço sanguíneo e que podem ser conhecidas ou não, e ‘na família e entre parceiros’, entre parceiros íntimos ou membros familiares. Esta última abrange as seguintes subcategorias: ‘contra idosos’, ‘contra crianças’ e, por fim, ‘contra parceiro íntimo’, foco desta dissertação.

Figura 1

Tipologia da violência proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS).



Fonte: Organização Mundial da Saúde (Dahlberg & Krug, 2006).

A VPI, considerando a ampla definição, refere-se a qualquer comportamento, no contexto de uma relação íntima, que possa causar prejuízo físico, psicológico ou sexual para aqueles inseridos no relacionamento (Krug et al., 2002). Inclui atos de agressão física (ex: tapas e chutes), de abuso psicológico (ex: intimidação e humilhação), de coerção sexual e relação sexual forçada, e comportamentos controladores (ex: atitudes que resultam no isolamento do parceiro, monitoramento constante, restringir o acesso do parceiro à informação ou assistência).

O termo parceiro íntimo diz respeito a qualquer pessoa com quem se tem uma relação pessoal próxima, sendo essa caracterizada por algumas dimensões, mas não necessariamente todas: conexão emocional, contato regular, contato físico constante e comportamento sexual, identificação como casal, e familiaridade e conhecimento sobre a vida um do outro (Breiding et al., 2015). Nesse contexto, relações entre parceiros íntimos incluem aquelas atuais e anteriores, e podem envolver cônjuges, seja em união estável, casados no civil ou em coabitação, namorados (as), parceiros sexuais contínuos e parceiros constantes de namoro não oficial. Para a presente pesquisa, fez-se o recorte de parceiros íntimos atuais (Breiding et al., 2015).

Cabe salientar que, para além da definição adotada e de tantas outras utilizadas no âmbito clínico e acadêmico, existem aquelas delimitadas conforme o sistema legal, variando de acordo com o país (Heyman et al., 2021). Tendo isso em vista, é relevante mencionar a legislação que configura e abrange a VPI em contexto brasileiro: a Lei Federal Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Comumente denominada Lei Maria da Penha, a entrada em vigor dessa legislação marcou uma mudança significativa na forma como o Estado brasileiro passou a tratar a violência contra as mulheres, reconhecendo-a como uma questão pública e estrutural que exige respostas jurídicas e políticas específicas (Pasinato, 2015). Assim, seu propósito é criar

mecanismos para reprimir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como dispor sobre diligências para assistência e proteção a mulheres nessa situação de vulnerabilidade (Lei nº 11.340, 2006).

Dessa forma, diferentemente da definição adotada pela OMS, essa legislação discorre especificamente sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, e a define em seu Artigo 5º como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento psicológico e dano moral ou patrimonial”, seja no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto anterior ou atual, independente de coabitação. Ademais, diverge quanto as formas de violência elencadas, visto que discrimina, além da violência física, sexual e psicológica, a violência patrimonial, a qual diz respeito a atos de retenção, subtração ou destruição de patrimônio (ex: objetos, documentos pessoais e recursos econômicos), e a moral, que se refere a condutas de calúnia, difamação ou injúria.

Prevalência da Violência entre Parceiros Íntimos: considerações sobre padrões de direcionalidade e (as)simetria de gênero

Há uma ampla literatura acerca da prevalência da violência entre parceiros íntimos. Os resultados encontrados nos estudos variam bastante, principalmente no que diz respeito à direcionalidade da violência em relacionamentos heterossexuais, ou seja, em relação a quem comete e quem sofre (Hardesty & Ogolsky, 2020). Os padrões de direção de violência em uma relação íntima podem ser unidirecionais, em que somente um dos parceiros comete, podendo ser o homem ou a mulher, ou bidirecional, na qual entende-se que ambos os parceiros perpetram a violência (Heyman et al., 2022).

As diferenças nas estimativas de prevalência são um reflexo da diversidade de abordagens na conceitualização da VPI, resultando também em inferências, conclusões e teorias contrastantes nesse campo (Conceição et al., 2018). Para melhor compreender as

discussões atuais, serão apresentadas as prevalências de VPI contra a mulher e o homem em relações heterossexuais, bem como em relações homossexuais, e as perspectivas das principais teorias que impactam no método e na prevalência estimada.

A partir da visibilização e reconhecimento da violência contra a mulher (VCM) como uma questão de saúde pública, gradualmente pesquisadores e instituições empenharam esforços para avaliar a magnitude desse problema, investigando a sua prevalência e as suas consequências. No âmbito global, estima-se que aproximadamente 1 em 4 mulheres (24,4%) tenham sofrido alguma forma de VPI no ano anterior, sendo a violência psicológica a mais frequente (27%), seguida da física (15,7%) e da sexual (10,1%), variando conforme o subgrupo populacional estudado (White et al., 2023). Utilizando o mesmo recorte temporal (últimos 12 meses), também a nível mundial, Sardinha et al. (2022) encontraram que cerca de 10% das mulheres com idade igual ou superior a 15 anos sofreram alguma forma de violência física ou sexual por parceiro íntimo. É necessário apontar que as estimativas se mostram ainda maiores ao considerar experiências de VPI ao longo da vida toda.

No contexto brasileiro, é possível observar certa escassez de pesquisas publicadas com dados a nível nacional, havendo variabilidade considerável em função das diferenças metodológicas dos estudos existentes. Em uma pesquisa de base populacional, 14,6% mulheres com idades variando de 15 a 69 anos relataram ter sofrido violência física por parceiro íntimo no ano anterior ao levantamento (Reichenheim et al., 2006). Já a partir de dados mais recentes, retirados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), Vasconcelos et al. (2021) apontaram que aproximadamente 8% das mulheres participantes, com idades entre 18 e 59 anos, haviam sofrido alguma forma de VPI nos últimos 12 meses, predominando, respectivamente, a psicológica (7,07%), a física (2,75%) e a sexual (0,68%).

A ênfase prioritariamente em estudos sobre a violência contra a mulher cometida por parceiros íntimos do sexo masculino é comumente chamada na literatura de “feminista”

(Conceição et al., 2018). Nessa perspectiva, historicamente, enfoca-se a existência de uma assimetria de gênero, na qual a violência em relacionamentos íntimos heterossexuais é majoritariamente cometida por homens, ou seja, unidirecional, e resultante da hierarquia e desigualdade entre os gêneros (Becker et al., 2022; Conceição et al., 2018).

Para além dos estudos que avaliam especificamente a violência por parceiro íntimo contra a mulher, diversas pesquisas também passaram a focar o homem nesse contexto, investigando a perpetração e a vitimização em ambos os gêneros. Essa perspectiva surgiu a partir de levantamentos realizados pelo sociólogo Murray A. Straus e colegas na década de 70, os quais demonstraram níveis de violência perpetradas por mulheres comparáveis aqueles cometidas por homens em relações íntimas (Nicolaidis & Paranjape, 2009; M. Straus, 1980; Tjaden & Thoennes, 2000). Denominados na literatura de pesquisadores/sociólogos da violência familiar ou da família, esses autores defendem a necessidade de compreender a VPI a partir de um viés de simetria de gênero, reconhecendo que o homem pode estar no papel de vítima e que mulheres também podem ser perpetradoras de violência (Conceição et al., 2018).

É importante notar que a simetria de gênero, nesse viés, refere-se à prevalência e à etiologia, e não às consequências da violência, as quais são reconhecidamente distintas para homens e mulheres, sendo mais graves para as últimas (Machado et al., 2023; M. A. Straus, 1999; Tjaden & Thoennes, 2000). Assim, nessa perspectiva, os dados governamentais e do sistema de justiça evidenciariam diferenças na prevalência de VPI, apresentando as mulheres como as principais vítimas, uma vez que se referem a casos mais graves, nos quais de fato há intervenção externa (M. A. Straus, 1999).

Apesar de ter representado um resultado controverso, a similaridade na prevalência da perpetração e vitimização de VPI por homens e mulheres foi replicada em diversos estudos (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Machado et al., 2023). Múltiplas pesquisas apontaram o padrão de violência bidirecional como o mais frequente, tanto em relações heterossexuais

como em homossexuais, assim como altas taxas de VPI unidirecional perpetrada por mulheres (Capinha et al., 2022; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Laskey et al., 2019; Machado et al., 2023). Uma revisão abrangente evidenciou que cerca de 57,9% da violência reportada era bidirecional, e quanto à unidirecional, 28,3% tratava-se de VPI cometida por mulheres contra seus parceiros (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012).

No Brasil, Reichenheim et al (2006) e Razera et al., (2022) também identificaram a bidirecionalidade como o padrão de VPI mais prevalente entre casais heterossexuais, especialmente no que se refere a violência psicológica. No estudo de Reichenheim et al., (2006), cerca de 80% das participantes informaram a ocorrência de agressão psicológica em seu relacionamento. Ademais, nesse estudo, a prevalência de violência física cometida por mulheres contra seus parceiros foi de 19,5%, comparada a 14,6% da realizada por homens.

Salienta-se algumas diferenças de gênero observadas: apesar de mais mulheres reportarem perpetrar violência física, os homens perpetradores cometiam, em média, mais atos do que elas, ou seja, apresentavam maior frequência de agressões (Reichenheim et al., 2006). Na pesquisa realizada por Razera et al. (2022) também foram notadas diferenças quanto à violência perpetrada, de modo que a coerção sexual foi majoritariamente cometida de forma unidirecional por homens (23,4%), e a agressão física por estes foi a segunda mais prevalente (11,5%), posterior ao padrão bidirecional (14,8%).

Diferenças entre os gêneros quanto à vitimização por VPI também foram observadas em pesquisas mais recentes. Cuningham e Anderson (2023), por exemplo, encontraram simetria de gênero na violência física e sexual ao considerar VPI no último ano, entretanto, ao ter em vista uma perspectiva longitudinal, identificaram que mulheres foram vitimizadas com maior frequência, desde idades mais jovens e por um número maior de perpetradores. De forma semelhante, Fanslow et al. (2023) evidenciaram proporções similares entre os gêneros quanto à vitimização ao utilizar dados dicotômicas de violência (sofreu ou não sofreu no

mínimo um ato), porém, tendo em vista a frequência e a quantidade de atos, mulheres eram mais prováveis de serem vítimas de violências mais severas e com mais frequência.

Nesse contexto, além desses resultados, que ressaltam a importância de considerar o gênero na avaliação da violência, é necessário apontar algumas observações quanto aos estudos que evidenciam a simetria. A maior parte dessas pesquisas utilizou o instrumento Conflict Tactics Scales (CTS) e suas diferentes versões para mensurar a violência entre parceiros íntimos, desenvolvidas por Straus e colegas (Conceição et al., 2018; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Machado et al., 2023; Razera et al., 2017; M. A. Straus et al., 1996). Pesquisadores apontam que tais escalas, ao focar somente a frequência de comportamentos agressivos, falham em incluir o contexto desses atos (Babcock et al., 2019). Além disso, há uma preocupação quanto à validade externa desse instrumento e de seus derivados, tendo em vista discrepâncias com dados resultantes de outros métodos, como os advindos do sistema de justiça e da saúde, bem como de outros comportamentos violentos, os quais evidenciam a assimetria (Hamby, 2014).

Segundo Chan (2011), apesar de não haver evidências conclusivas para a discussão sobre assimetria/simetria de gênero na VPI, foi observado que a simetria tende a ser exibida quando não há a consideração do contexto, das motivações e das consequências da violência. Esse aspecto é relevante, pois a maior parte das pesquisas de autorrelato que encontram a bidirecionalidade como o padrão de violência mais frequente, bem como as proporções similares de VPI entre homens e mulheres, geralmente dizem respeito somente a frequência dos atos (Machado et al., 2023).

O conceito de bidirecionalidade frequentemente refere-se apenas a coocorrência de perpetração e vitimização no relacionamento, não sendo, necessariamente, simétrica ou mútua entre os gêneros, visto que geralmente não abrange detalhes sobre quando ocorreu, tipos e atos de violência perpetradas, proatividade e auto-defesa e impactos (Langhinrichsen-

Rohling et al., 2012). Dessa forma, algumas críticas referem-se à extrapolação de inferências a partir dos dados coletados com essas escalas, havendo a necessidade de interpretá-los com cautela (Conceição et al., 2018).

Frente às discordâncias apresentadas, Johnson (1995) desenvolveu uma das tipologias de violência em relações íntimas mais proeminentes do campo, abordando o debate sobre assimetria/simetria de gênero. Segundo esse autor, a violência não é um fenômeno unitário e, portanto, as visões feministas e dos sociólogos da família acerca da VPI não são excludentes, mas apenas recortes distintos da violência em relacionamentos íntimos, evidenciados devido aos diferentes métodos utilizados (Johnson, 1995). Com base nessa tipologia, haveria quatro formas de VPI, discriminadas segundo o padrão de controle e coerção, de motivações e de violência física da díade no relacionamento: terrorismo íntimo, violência situacional de casal, resistência violenta e violência com controle mútuo (Johnson, 2006).

A primeira é caracterizada por comportamentos coercitivos com o intuito de exercer poder sobre o parceiro, é desproporcionalmente perpetrada por homens em relações heterossexuais, e seria a forma comumente capturada pelos pesquisadores feministas, em amostras institucionais, como abrigos. A segunda é teorizada como uma forma de violência mais simétrica, em que ambos os parceiros podem perpetrar agressões, porém sem o intuito de controlar o outro parceiro, sendo o provável resultado de conflitos situacionais; essa seria o tipo de VPI frequentemente abordada pelos sociólogos da família, por meio de amostras populacionais.

A resistência violenta refere-se a um comportamento agressivo, mas não controlador, frequentemente em resposta ao padrão violento e coercitivo do parceiro, sendo comumente exercida por mulheres como tática de defesa. Por fim, o controle violento mútuo caracteriza a VPI em que ambos os parceiros são violentos e comete atos controladores e coercitivos. A literatura demonstra haver sustentação empírica para a tipologia de Johnson, entretanto,

observa-se a necessidade de mais pesquisas avaliando a utilidade prática e revendo sua aplicabilidade em amostras mais diversas (Conroy et al., 2022).

Para além da discussão da assimetria ou simetria de gênero e vitimização masculina em relacionamentos heterossexuais, há estudos que enfatizam a necessidade de incluir a violência entre parceiros íntimos em relações não-heterossexuais nesse âmbito e de modelos teóricos que abranjam esse fenômeno. A partir de uma revisão sistemática de estudos sobre vitimização, Laskey et al. (2019) observaram que cerca de 70% dos estudos encontrados referiam-se exclusivamente a amostras de mulheres em relacionamentos heterossexuais (com o sexo oposto), evidenciando uma sub-representação da população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Interssexuais, Assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero).

Esse achado reflete a forma como ocorreu o reconhecimento da violência em relacionamentos íntimos e o desenvolvimento de pesquisas sobre esse fenômeno. Inicialmente, a questão da violência doméstica era fortemente associada ao modelo de casamento patriarcal e heteronormativo, enfocando, desse modo, relações heterossexuais e a violência perpetrada pelo homem contra sua esposa (Baker et al., 2013). Diante dessa ênfase nas teorias feministas da época, compreendendo a etiologia da VPI a partir das diferenças entre os gêneros, as dinâmicas de relacionamentos entre pessoas de mesmo sexo ou gênero não eram incluídas nessa análise (Baker et al., 2013).

Além disso, outro fator que contribuiu para essa omissão refere-se à marginalização histórica de minorias sexuais, o que perdura até os dias atuais em diversos países (Baker et al., 2013). Na área da saúde, por exemplo, somente a partir da década de 70 a homossexualidade passou a ser desclassificada como doença: em 1973, foi retirada da segunda edição do Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM-II), e em 1990, da décima edição da Classificação Internacional de Doenças - CID-10 (Drescher, 2015a, 2015b).

Dessa forma, todo o contexto supracitado colaborou para a dificuldade de reconhecimento de VPI em relações entre parceiros de mesmo gênero ou sexo.

Apesar de historicamente invisibilizada, estudos evidenciam prevalências de VPI em relacionamentos homoafetivos tão altas quanto aquelas encontradas em relações heteronormativas (Chen et al., 2020; Messinger, 2011). Em uma amostra não-heterossexual com homens e mulheres portugueses, 67,5% dos participantes relataram vitimização, e 67% revelaram terem perpetrado VPI (Capinha et al., 2022). Já nos Estados Unidos da América, a prevalência de vitimização por parceiro íntimo em homens gays variou de 3,13%, para violência sexual, a 82,76%, para comportamentos controladores, e em mulheres lésbicas, de 3,57% a 55,56%, respectivamente (Messinger, 2011). Destaca-se que pessoas auto identificadas como bissexuais, especialmente mulheres, apresentaram maior risco e prevalência de vitimização por parceiro íntimo (Chen et al., 2020; Messinger, 2011; Whitfield et al., 2021).

A VPI em relacionamentos homoafetivos compartilha algumas características com a aquela observada em relacionamento heterossexuais, como a maior frequência de bidirecionalidade entre os padrões de violência e a maior prevalência da violência psicológica, a qual é seguida da física e, por último, da sexual (Edwards et al., 2015; Longobardi & Badenes-Ribera, 2017). Entretanto, diferentes estudos evidenciam aspectos singulares que permeiam a violência entre parceiros LGBT.

Nesse sentido, apesar de partilharem múltiplos fatores de risco com a que ocorre entre casais heterossexuais, a perpetração e vitimização em relações entre parceiros do mesmo sexo é influenciada por correlatos específicos à experiência de uma orientação sexual desviante da norma estabelecida, como os chamados estressores de minoria (Kimmes et al., 2019; Longobardi & Badenes-Ribera, 2017). Além disso, observa-se diferenças quanto à percepção social da gravidade da violência nessas relações e à dificuldade das partes do casal de

perceberem a si mesmos como vítimas ou perpetradores, visto que a VPI é comumente tida como um problema de casais heterossexuais, com um abusador do sexo masculino e uma vítima do sexo feminino (Barros et al., 2019; Brown, 2008).

Incluir e investigar a VPI em casais homoafetivos, além de necessário, contribui à discussão acerca da relevância do gênero e da simetria ou assimetria na investigação da VPI no geral. A análise da violência em casais do mesmo gênero evidencia a necessidade de considerar a intersecção entre diferentes sistemas de opressão ao avaliar a VPI (Baker et al., 2013). Baker et al. (2013) sugerem que o gênero pode não ser a causa geral e única da VPI, mas assim como outros sistemas de opressão, desempenha um papel fundamental nas dinâmicas relacionais, tanto de casais heterossexuais como homoafetivos, visto que estão inseridos em um contexto cultural amplo.

Anderson (2005) propõe que o gênero é frequentemente, de forma equivocada, implicitamente teorizado enquanto uma característica individual e uma propriedade dos sujeitos na maior parte das pesquisas que investigam as/simetria. Segundo a autora, tal construto deveria ser compreendido de maneira multidimensional: para além de um aspecto individual, existente em uma estrutura, nas interações sociais, nas expectativas em relação aos comportamentos de homens e mulheres e na forma como estes estão situados de forma distinta nas instituições sociais.

Dessa forma, tal perspectiva não nega as taxas similares de vitimização entre homens e mulheres em relacionamentos íntimos, sejam eles heterossexuais ou homoafetivos, mas enfatiza que a influência do gênero não deve ser interpretada apenas por esse meio. Nesse viés, busca-se compreender, portanto, como o gênero influencia as experiências de VPI, bem como a manifestação de seus correlatos psicossociais nos sujeitos, e não especificamente se há diferenças entre os gêneros na prevalência, permitindo, desse modo, compreender também

as vivências particulares de homens heterossexuais e de minorias sexuais em relações violentas (Conroy et al., 2022).

Raízes da Violência entre Parceiros Íntimos

Quais as raízes da violência em relacionamentos íntimos? Diversas perspectivas e teorias, pautadas em diferentes campos de conhecimento e disciplinas, foram desenvolvidas a fim de responder a essa pergunta. Apesar de relevantes e oferecerem contribuições necessárias à compreensão desse fenômeno, constata-se, por meio de estudos empíricos, que explicações unidimensionais não são suficientes para abarcá-lo, havendo a necessidade de investigar a VPI na confluência entre processos evolutivos, biológicos, psicológicos e culturais (Chester e DeWall, 2018; Ali e Naylor, 2016).

Esta subseção dedica-se a apresentar um panorama acerca das teorias e fatores associados à violência entre parceiros íntimos mais mencionados na literatura. Para alcançar este objetivo, a seguinte divisão foi realizada para organizar as múltiplas perspectivas sobre esse fenômeno: correlatos e teorias a nível biológico e evolutivo, teorias a nível psicológico e teorias a nível social. É necessário salientar que tal divisão é apenas didática, visto que diversos construtos e teorias podem representar a interface entre diferentes níveis. Por fim, apresenta-se teorias e modelos que se propõem a ser integrativos, ou seja, a integrar diferentes níveis e achados na literatura.

A ênfase biológica sobre as possíveis causas da violência entre parceiros íntimos volta-se a investigar o funcionamento neurobiológico alterado, abrangendo fatores genéticos e epigenéticos, congênitos e orgânicos, bem como mecanismos evolutivos (Ali & Naylor, 2013a; Chester & DeWall, 2018). Na literatura sobre a VPI, há certa escassez de pesquisas com esse enfoque, apesar da ampla gama de pesquisas investigando a influência de aspectos biológicos na agressividade geral (Ali & Naylor, 2013a; Godfrey et al., 2022; Pinto et al., 2010).

Como mencionado, uma das bases investigativas refere-se às razões evolutivas da violência contra parceiro íntimo. Segundo a psicologia evolucionista, os seres humanos possuem mecanismos psicológicos, selecionados evolutivamente, responsáveis pelo registro e processamento de informações, os quais foram relevantes para aumentar a adaptação aos ambientes ancestrais (Goetz, 2010; H. Johnson, 2012).

Nessa concepção, a violência é compreendida como uma estratégia natural, selecionada em função da sua efetividade na resolução de determinados problemas adaptativos presentes ao longo da história evolutiva da espécie humana (Goetz, 2010). O seu uso, entretanto, não ocorre de forma contínua e indiscriminada, mas em contextos específicos em que pistas eram interpretadas como indicadoras de ameaças à sobrevivência (Goetz, 2010). Tais processos biológicos, portanto, não são imutáveis, mas sensíveis às contingências ambientais, tendo em vista o intuito de maximizar a aptidão para sobrevivência e para o sucesso reprodutivo (H. Johnson, 2012; Wilson & Daly, 1993).

Considerando tais aspectos, uma das hipóteses diz respeito às agressões cometidas por homens contra suas parceiras. No decorrer da história da espécie e devido às diferenças reprodutivas, homens e mulheres enfrentaram desafios reprodutivos distintos e, portanto, desenvolveram mecanismos psicológicos diferentes (Wilson & Daly, 1993). Nesse contexto, conjectura-se que homens teriam desenvolvido táticas para reduzir a incerteza sobre a paternidade e a infidelidade sexual da parceira, entre as quais – mas não as únicas - o uso de práticas coercitivas e agressivas (Buss & Duntley, 2011; Wilson & Daly, 1993).

Segundo essa hipótese, em suma, a função evolutiva da VPI perpetrada por homens seria a de limitar a autonomia da parceira e reter controle sobre os seus recursos sexuais e não sexuais, resultando, desse modo, caso fosse eficaz, em maior sucesso reprodutivo para o perpetrador (Buss & Duntley, 2011). Ressalta-se que nessa perspectiva o uso de tais estratégias estaria contingente aos custos e benefícios adaptativos resultantes, de modo que o

ambiente social teria importância fundamental nesse processo de escolha – não consciente – de estratégias (H. Johnson, 2012).

Outra hipótese evolucionista para a VPI fundamenta-se na Teoria da História de Vida (THV), segundo a qual ambientes imprevisíveis e severos durante a primeira infância resultariam, do ponto de vista evolutivo, no desenvolvimento de traços adaptativos para sobrevivência e reprodução em tais contextos, mas, do ponto de vista psicológico e social, disfuncionais (Szepeswol et al., 2019). Nessa hipótese, diferentemente da mencionada anteriormente, que enfocava principalmente a violência masculina, estariam abrangidas tanto a perpetração como a vitimização de homens e mulheres. É necessário enfatizar que as hipóteses mencionadas permanecem não testadas empiricamente ou apresentam suporte parcial (Buss & Duntley, 2011; Szepeswol et al., 2019).

Em relação aos aspectos orgânicos associados à VPI, outro tópico de investigação refere-se à prevalência de lesões cerebrais em perpetradores de violência contra parceiros íntimos, bem como os aspectos neuropsicológicos associados a esses comportamentos violentos (Campbell et al., 2022; Godfrey et al., 2022; Pinto et al., 2010). A literatura sobre a essa relação, apesar de relativamente escassa, é bem consistente, apontando taxas de lesões cerebrais significativamente maiores em autores de VPI do que na população geral (Campbell et al., 2022; Pinto et al., 2010). Devido à escassez sobre esse tópico, entretanto, pouco se sabe em que medida pessoas com histórico de lesões na região da cabeça de fato apresentam maior risco para perpetração da VPI (Campbell et al., 2022; Pinto et al., 2010). Ademais, essa população representaria apenas uma pequena parcela dos perpetradores de VPI.

Para além de déficits neuropsicológicos ocasionados por lesões, estudos evidenciam que autores de violência contra parceiros íntimos apresentam, no geral, um funcionamento cognitivo ligeiramente inferior a não-perpetradores, incluindo dificuldades em atenção, memória e funções executivas (Pinto et al., 2010; Romero-Martínez et al., 2023).

Múltiplos estudos também buscaram investigar diferenças fisiológicas entre grupos de parceiros abusivos e não violentos, entretanto, até então não foram encontrados padrões consistentes de reatividade fisiológica para esse fim (Godfrey et al., 2022; Pinto et al., 2010). Em um nível ainda mais básico do funcionamento biológico, investiga-se também alterações neuroquímicas como contingentes ao comportamento violento e à VPI, relativas, por exemplo, aos níveis de testosterona, cortisol, serotonina, ocitocina e marcadores imunológicos (Ali & Naylor, 2013a; Pinto et al., 2010; Stover et al., 2022).

Devido à alta variabilidade quanto às características dos estudos que avaliam o papel desses marcadores biológicos na VPI, ainda não há evidências conclusivas nesse âmbito (Stover et al., 2022). Por exemplo, a hipótese da deficiência de serotonina sugere que baixos níveis desse neurotransmissor podem estar associados à agressão humana, porém a validade dessa relação ainda permanece aberta ao debate, tendo em vista os resultados contraditórios observados na literatura (Duke et al., 2013). No geral, os estudos sugerem que os diversos correlatos biológicos interagem de forma complexa entre si e com os fatores relativos ao ambiente na geração do comportamento agressivo.

Os correlatos e teorias etiológicas da VPI no âmbito psicológico envolvem a investigação de fatores referentes a história de vida do indivíduo, traços de personalidade, habilidades interpessoais, aspectos cognitivos relativos ao processamento de informação, e entre outros. São múltiplos os fatores de risco pesquisados nesse nível, com contribuições diversas na compreensão desse fenômeno. A seguir serão apresentados os principais aspectos citados na literatura, não havendo a pretensão, entretanto, de esgotar o tema, tendo em vista sua amplitude.

No âmbito do estudo da personalidade e da psicopatologia, pode-se dizer que não há exatamente uma teoria sobre as causas da violência entre parceiros íntimos, mas a identificação de diversos traços que atuariam como fatores de risco para esse tipo de

comportamento, bem como tipologias de agressores com base nessas características (Rothman, 2018). Entre as tipologias de perpetradores mais proeminentes, cabe citar a desenvolvida por Holtzworth-Munroe e Stuart (1994). Esses autores partiram da premissa de que homens maritalmente violentos fazem parte de um grupo heterogêneo, cuja topografia do comportamento reflete funcionamentos e causas distintas.

Dessa forma, a partir de uma revisão compreensiva da literatura, foram identificados, inicialmente, 3 subtipos de agressores, os quais variam em função dos seguintes aspectos: a severidade da violência, a generalização da violência (se restrita ao ambiente doméstico ou não) e a presença de transtornos de personalidade e outras psicopatologias. O primeiro subtipo é o agressor familiar, o qual estaria engajado em formas de violência menos severas, menos provável de incluir abuso psicológico ou sexual, sendo majoritariamente restritas aos membros familiares; ademais, ele apresentaria pouco ou nenhuma forma de psicopatologia. Já o segundo, denominado agressor borderline-disfórico, estaria engajado em níveis moderados a severos de violência, incluindo psicológica e sexual, evidentes principalmente no ambiente familiar, mas podendo ocorrer no âmbito extrafamiliar; tais perpetradores seriam os mais lábeis emocionalmente, apresentando traços da personalidade borderline.

O terceiro subtipo, os agressores antissociais violentos, apresenta o mesmo nível de violência do anterior, mas com histórico extenso de agressão extrafamiliar e comportamento criminal, bem como traços relativos ao transtorno de personalidade antissocial. Posteriormente, os autores acrescentaram um quarto subtipo, o agressor antissocial em menor grau, o qual apresentaria níveis mais baixos de violência e psicopatologia do que o terceiro (Holtzworth-Munroe et al., 2000). Segundo os autores, o pertencimento a tais categorias envolveria diversos fatores de risco, tanto proximais como distais.

Outra perspectiva utilizada para explicar a violência entre parceiros íntimos é a teoria do apego (Ainsworth, 1979; Bowlby, 1969, 1973, 1980). Segundo essa teoria, os seres

humanos nascem com um sistema psicobiológico, denominado sistema de apego, que os motivam a buscar proximidade a figuras de suporte em momentos de necessidade e de perigo. Em função desse sistema, diferenças individuais são formadas a partir das interações iniciais com os cuidadores, culminando no desenvolvimento de modelos internos de funcionamento, definidos como representações cognitivas sobre si e sobre os outros.

Dessa forma, quando crianças encontram suporte e responsividade nas relações com os cuidadores, essas são mais propensas a desenvolver um apego seguro, caracterizado por modelo interno de funcionamento positivo. Por outro lado, ao se deparar com figuras de apego imprevisivelmente ou consistentemente não responsivas e indisponíveis, os indivíduos tendem a desenvolver orientações de apego inseguro, com modelos negativos de si, no caso do apego ansioso, ou dos outros, no apego evitativo.

Nesse viés, a orientação de apego desenvolvida na infância influenciaria e refletiria no vínculo com parceiros românticos no decorrer da vida (Hazan & Shaver, 1987), bem como as estratégias utilizadas frente a situações estressantes (Simpson & Rholes, 2017). Assim, no contexto de níveis elevados de apego inseguro, especificamente do ansioso, a violência em relações íntimas estaria relacionada ao uso de estratégias desadaptativas, em função da necessidade de proximidade com o parceiro ou da percepção de ameaça de abandono e rejeição, seja ela real ou imaginária (J. Park, 2016; Velotti et al., 2018).

Ademais, tem-se a hipótese de que a VPI poderia ser resultado da escalada de conflito, em função das diferentes necessidades interpessoais de indivíduos com orientações distintas de apego inseguro ou equivalentes de apego ansioso (Dumas et al., 2008; J. Park, 2016; Velotti et al., 2018). Em suma, os níveis de apego inseguro, em especial o ansioso, têm sido associados à vitimização e a perpetração da VPI.

No âmbito da psicologia, a teoria da aprendizagem social, desenvolvida por Bandura (1978), também é amplamente utilizada para explicar o comportamento violento em

diferentes contextos, incluindo relações íntimas (Kaufman-Parks et al., 2023). Segundo essa perspectiva, as pessoas aprendem a se comportar por meio da observação e imitação dos comportamentos de outros indivíduos, bem como das consequências obtidas por esses. Tal teoria evidencia a importância de experiências na infância, como os maus-tratos infantis e a experiência de presenciar violência parental nesse período (Fleming et al., 2015)

A nível social, as teorias têm em comum o foco em estruturas sociais ou processos sociais em detrimento (ou ao lado) de fatores de risco no âmbito do indivíduo (Meyer et al., 2023). Uma das perspectivas mais conhecidas e estudadas na área da violência entre parceiros íntimos é o feminismo. Nesse viés, busca-se compreender a VPI por meio da análise dos contextos socioculturais nos quais tais relações se desenvolvem (Bell & Naugle, 2008). Esse modelo teórico tem como ponto central o gênero, enfatizando-o enquanto uma estrutura socialmente construída que influencia todas as interações sociais (de Coster & Heimer, 2021; Yllö, 1993).

Em paralelo a esse componente, o feminismo enfatiza o conceito de patriarcado, o qual sintetiza as relações construídas de poder entre os homens e as mulheres, em que os primeiros detêm os recursos e as últimas são mantidas em posições de subordinação na sociedade (Bartholomew et al., 2015; Dobash & Dobash, 1979). A estrutura patriarcal se manifesta nas atitudes e nos papéis de gênero tradicionais, que reforçam a supremacia masculina sobre as mulheres em diversas instituições sociais, como o casamento. Os homens são socializados para acreditar que têm o direito de exercer controle sobre suas parceiras e, ainda, que a violência é uma forma legítima de garantir esse controle (Bartholomew et al., 2015).

Nesse sentido, essa perspectiva identifica que a violência entre parceiros íntimos, especificamente a violência contra a mulher, é uma forma de expressão da dominação patriarcal sobre as mulheres (Dobash & Dobash, 1979). Tais ações, mesmo ilegais em

diversos países do ponto de vista jurídico, são ainda frequentemente sancionadas pelas normas de gênero que operam as instituições e as relações interpessoais (Dobash & Dobash, 1979). Destaca-se que inicialmente o feminismo rejeitou a ideia de que homens poderiam também ser vítimas de violência em relacionamentos íntimos. Atualmente, no entanto, diferentes vertentes consideram a intersecção entre diversos marcadores que operam na magnitude das opressões sofridas, reconhecendo e permitindo abranger, por exemplo, a violência entre parceiros de mesmo gênero (Becker et al., 2022; de Coster & Heimer, 2021).

Apesar da relevância das teorias supracitadas, observa-se que todas guardam alguma forma de limitação, como a ausência ou parcial suporte de evidências empíricas, a inexistência de um viés que capture a complexidade do fenômeno e a falta de uma estratégia sistemática e teoricamente derivada para selecionar e modificar a inclusão de variáveis em um modelo preditivo (Bell & Naugle, 2008). Acrescenta-se a essa lista a baixa aplicação concernente ao desenvolvimento de intervenções clínicas e sociais para prevenir ou reduzir a VPI. Diante disso, outras perspectivas teóricas foram sendo desenvolvidas a fim de tentar suprir essas lacunas, considerando uma perspectiva integrativa da literatura e teorias existentes.

Considerando tais aspectos, Bell e Naugle (2008) propõem um exame contextual da perpetração da violência entre parceiros íntimos, incorporando as evidências empíricas sobre o fenômeno e integrando e expandindo as teorias anteriores. As autoras sugerem o uso de diferentes unidades contextuais de análise (como antecedentes, repertório comportamental, consequências, regras verbais, fatores motivadores, entre outros), dentro dos quais estão alocados os diversos correlatos psicossociais empiricamente testados pela literatura da área. Apontam ainda, a relevância de testar o modelo de modo empírico e de atualizá-lo conforme as evidências científicas avançam.

Outro modelo que busca integrar diferentes variáveis refere-se ao I³, meta-teoria desenvolvida por Finkel (2014). Esse autor propõe que a perpetração da violência ocorre em função da interação de três processos chaves: instigação, envolvendo fatores que desencadeiam o ato de agressão; impulsão, tratando-se de fatores que influenciam o grau em que os fatores instigadores levam à agressão; e inibição, com fatores que neutralizam o desejo de agressão. Dessa forma, diferentes variáveis, como o uso de substâncias, o sexismo, as habilidades de regulação emocional, entre outras, podem ser integradas, permitindo a compreensão de como agem em conjunto culminando no comportamento agressivo. Nessa perspectiva, o ato violento é mais provável de ocorrer em uma determinada interação social em que as forças instigadoras e impulsivas são fortes e as forças inibidoras são fracas.

Modelos que buscam abranger a dinâmica relacional e as características diádicas de relacionamentos íntimos também vem crescendo nos últimos anos (Bartholomew et al., 2015; Hardesty & Ogolsky, 2020). A perspectiva dinâmica de sistemas de desenvolvimento (*dynamic developmental systems perspective*; DDS), por exemplo, proposta por Capaldi et al. (2022), é uma abordagem que enfatiza a interação dinâmica e bidirecional dos fatores ao longo do tempo.

Esse viés considera que a ocorrência da VPI se desenvolve e muda no decorrer da vida com base em uma combinação de riscos de desenvolvimento, influências contextuais e comportamentos de ambos os parceiros. Ele contempla fatores como vulnerabilidades na infância e adolescência, influências parentais e sociais, comportamento dos pares e fatores de risco contextuais, como estressores ambientais e comunitários. Além disso, destaca a importância de influências recíprocas entre os parceiros e mudanças de comportamento ao longo das etapas do relacionamento e do ciclo de vida (Capaldi et al., 2022).

Destaca-se, por fim, a perspectiva ecológica, a qual foi inicialmente introduzida por Bronfenbrenner (1977) para compreender o desenvolvimento humano, sendo posteriormente

utilizada na conceitualização da etiologia de diversas formas de violência, incluindo da VPI e da violência contra mulher (Dutton, 1985; L. L. Heise, 1998; Krug et al., 2002; Smith Slep et al., 2014). Segundo Heise (1998), o modelo teórico socioecológico aplicado à compreensão da violência é conceitualizado de diversas formas na literatura, porém todas essas definições compartilham a mesma noção geral: existência de níveis ou camadas integradas e embutidas de causalidade.

Para a presente pesquisa será utilizada a conceituação do modelo socioecológico evidenciada pela OMS. Nessa perspectiva, compreende-se que o comportamento violento é resultado de aspectos do indivíduo e do seu contexto, ou seja, da interação de múltiplos fatores, os quais são distribuídos em 4 níveis: elementos do indivíduo, do relacionamento, da comunidade e da sociedade (Krug et al., 2002). No nível individual, analisam-se características biológicas e experiências pessoais que podem aumentar a propensão a violência. No nível relacional, examinam-se as dinâmicas familiares, de amizades e parcerias íntimas que influenciam o comportamento violento. No nível comunitário, avaliam-se fatores como a presença de violência em escolas, bairros e locais de trabalho. Por fim, no nível societal, investigam-se políticas públicas, desigualdades sociais, normas culturais e outras condições estruturais que moldam o ambiente social e econômico. Esse modelo permite uma compreensão holística da violência, auxiliando no desenvolvimento de estratégias de prevenção mais eficazes.

Correlatos Psicossociais da Violência entre Parceiros Íntimos

Nesse tópico serão enfatizados os fatores psicológicos e sociais relacionados à violência entre parceiros íntimos, bem como a literatura recente acerca dessa relação.

Especificamente, os correlatos psicossociais abordados foram: os maus-tratos sofridos na infância, o apego, a desregulação emocional, as normas tradicionais de gênero e as estratégias de resolução de conflitos.

Maus-tratos Infantis

Os maus-tratos infantis constituem qualquer forma de violência física, sexual e emocional e de negligência e exploração contra crianças e adolescentes que resultem em prejuízos potenciais ou concretos às vítimas (World Health Organization, 1999). Essas experiências adversas têm efeitos significativos a curto, médio e longo prazo, influenciando no desenvolvimento de diversos transtornos mentais e dificuldades interpessoais (Carr et al., 2020; Kisely et al., 2020; Murphy et al., 2020; Strathearn et al., 2020; Vachon et al., 2015; Weber et al., 2016). Nesse sentido, as violências sofridas precocemente têm sido apontadas na literatura como fatores de risco significativos para a perpetração de agressões e vitimização no âmbito das relações íntimas (Li et al., 2020, 2019; Kaufman-Parks et al., 2023).

No que se refere a essa relação, entretanto, a literatura tem evidenciado um tamanho de efeito pequeno, sinalizando que, apesar de desempenharem um papel relevante nesse desfecho, os MT não têm um papel decisivo para a sua ocorrência (Li et al., 2019, 2020; Smith-Marek et al., 2015). Com efeito, estudos sugerem que a vitimização na infância e na adolescência pode afetar diversos processos biopsicossociais substanciais, os quais, por sua vez, também podem atuar como fatores de risco mais relevantes para o desenvolvimento de comportamentos agressivos e disfuncionais em contextos íntimos (Díaz-Faes & Widom, 2024; McLaughlin et al., 2019; Reyes et al., 2015). Cabe citar, por exemplo, as dificuldades

em regulação emocional, o desenvolvimento de apego inseguro, baixa autoestima e déficits em funções executivas (Díaz-Faes & Widom, 2024). Diante disso, enfatiza-se a necessidade de investigar tais experiências traumáticas juntamente a outros correlatos psicossociais da violência entre parceiros íntimos.

Um aspecto importante ao estudar tal relação refere-se ao papel do gênero e do sexo. Estudos demonstram que a experiência do abuso infantil é um fator de risco significativamente mais forte para a perpetração da VPI em homens quando comparados às mulheres, sugerindo que aqueles podem estar mais suscetíveis à socialização violenta ao longo da vida e conseqüentemente à transmissão intergeracional desses padrões (Li et al., 2020; Smith-Marek et al., 2015; Spencer, Stith, et al., 2022). Já no que se refere à vitimização por parceiro íntimo, em algumas pesquisas, observa-se uma relação oposta, de modo que a violência durante infância é um marcador de risco mais forte para mulheres do que para homens (McMahon et al., 2015; Smith-Marek et al., 2015; Spencer, Stith, et al., 2022). Apesar de não haver consenso acerca dessas direções, tais resultados reforçam a hipótese de que a socialização distinta de homens e de mulheres exerce um efeito nessa associação.

Os tipos de maus-tratos infantis também vêm sendo investigados como fatores que podem aumentar ou diminuir a força da relação supramencionada, havendo uma pormenorização dos efeitos das violências física, sexual e emocional sofridas na infância. Especificamente em relação à perpetração de VPI, no que diz respeito aos homens, Fulu et al. (2017) evidencia que todas as formas de maus-tratos infantis e negligência estiveram significativamente associadas à violência física, sexual e emocional/financeira na relação íntima. Os resultados encontrados na metanálise realizada por Li et al. (2020) corroboram tais achados, tanto para homens quanto para mulheres, acrescentando ainda a ausência de diferenças significativas entre os tipos de MT sofridos na perpetração posterior de VPI. Esses

autores ressaltam, entretanto, que as adversidades sofridas na infância costumam coocorrer, dificultando a identificação de efeitos únicos.

Quanto à vitimização, em relação aos homens, observa-se uma quantidade inferior de estudos, uma vez que estes são comumente estudados somente enquanto perpetradores. Essa conjuntura provavelmente é reflexo dos impactos mais severos da VPI cometida por eles, bem como da fundamentação teórica de base feminista que impulsionou o campo de estudos sobre o tema (Godbout et al., 2019). Apesar disso, os resultados da metanálise efetuada por Godbout et al. (2019) com os estudos existentes indicam que todas as formas de maus-tratos também estão relacionadas aos diferentes tipos de vitimização por parceiro íntimo em homens. Os achados de Li et al. (2019) também vão nessa direção, indicando que os diferentes tipos de maus-tratos se relacionam à vitimização de homens e mulheres sem distinções entre eles.

Considerando uma perspectiva distinta, McMahon et al. (2015) acrescenta que os maus-tratos infantis podem estar associados à perpetração, à vitimização e à violência bidirecional por meio de uma dimensão geral que subjaz as diferentes associações entre os tipos de MT, representando as vulnerabilidades compartilhadas e provocadas por essas experiências adversas. Essa pesquisa evidencia ainda que o abuso sexual pode apresentar um efeito adicional na vitimização por parceiro íntimo de ambos os gêneros, a qual existe para além das suscetibilidades compartilhadas por todas as formas de abuso infantil.

Ainda no que se refere à relação das formas de maus-tratos sofridos na infância e a violência em relações íntimas, Richards et al. (2017) destaca a necessidade de considerar a sobreposição entre vítima e perpetrador na VPI, ou seja, a violência bidirecional. Muitas pesquisas voltam-se a investigar as categorias excludentes ‘vítima’ e ‘perpetrador’, negligenciando a possibilidade de relações em que ambos os parceiros cometem atos violentos nas suas diversas formas. Dessa forma, sugere-se que a vitimização na infância

pode influenciar de modo distinto a dinâmica de violência do relacionamento no qual se está inserido; com base nisso, portanto, a categoria ‘vítima-perpetrador’ pode envolver uma etiologia distinta das categorias tipicamente estudadas de ‘somente vítima’ e ‘somente agressor’ (Renner & Whitney, 2012; Richards et al., 2017). Diante do exposto, pretende-se avaliar os efeitos dos maus-tratos sofridos na infância no envolvimento em relacionamentos íntimos violentos, seja enquanto perpetrador, vítima ou ambos, a ser definido com base nos padrões identificados. Ademais, pretende-se investigar tais experiências em conjunto a outros correlatos mais proximais, a fim de verificar a manutenção do seu efeito.

Níveis de Apego Inseguro

A teoria do apego foi inicialmente desenvolvida por Bowlby (Bowlby, 1969) e Ainsworth (1979) para explicar o vínculo entre bebês e seus cuidadores, descrevendo três padrões de apego: o apego seguro, o ansioso ou ambivalente e o evitativo, sendo esses dois últimos caracterizados como inseguros. Segundo essa literatura, conforme mencionado no tópico de teorias psicológicas, tais padrões são desenvolvidos devido ao sistema do apego e em função das interações sociais ao longo da vida, especialmente aquelas ocorridas entre cuidador-infante, influenciando o desenvolvimento de crenças, atitudes e sentimentos e diversos processos psicológicos e interpessoais.

Hazan e Shaver (1987) acrescentaram significativamente a esse campo de estudos ao sugerir a ampliação dos conceitos da teoria do apego para compreender relacionamentos íntimos. De acordo com esses autores, o amor romântico estaria relacionado, juntamente com outros sistemas resultantes da evolução da espécie, ao sistema de apego, sendo, portanto, um processo biológico e social por meio do qual os laços afetivos seriam desenvolvidos em parceiros íntimos. A construção e manutenção de relacionamentos íntimos envolveria, desse modo, entre outros aspectos, a satisfação de necessidades básicas relacionadas ao sistema supramencionado, como o estabelecimento de proximidade e busca por segurança

(proporcionada pela proximidade), facilitando a regulação emocional e o ajustamento pessoal (Hazan & Shaver, 1994). Ademais, os modelos internos de funcionamento, representações mentais desenvolvidas na infância e mantidas ou modificadas por meio das experiências relacionais no decorrer da vida, atuam como guias quanto a forma de se relacionar com parceiros e com o mundo interpessoal (Hazan & Shaver, 1994; Simpson & Rholes, 2017)

No que se refere ao apego adulto, apesar de ter sido inicialmente e amplamente conceituado enquanto uma tipologia de três ou quatro categorias, atualmente tem-se evidências de que se trata de um construto contínuo fundamentado em duas dimensões: a ansiedade e a evitação (Fraley et al., 2015). Dessa forma, as diferenças individuais relacionadas ao sistema do apego seriam decorrentes de variações contínuas nesses dois fatores.

Nesse sentido, níveis baixos de orientação ansiosa e evitativa correspondem a maior segurança quanto ao apego, indicando a presença de uma visão mais positiva acerca dos outros e de si e de recursos internos eficientes para lidar com ameaças ambientais ou para buscar suporte de outros quando necessário. Tal percepção e o uso desses mecanismos são desenvolvidos a partir da responsividade e disponibilidade das figuras de apego frente as demandas de proximidade. A indisponibilidade física e emocional dessas figuras, entretanto, sinaliza que a estratégia primária e típica do sistema comportamental para buscar segurança e proximidade é ineficiente, resultando no desenvolvimento de estratégias secundárias: a hiperativação, relacionada à ansiedade, e a desativação, relativa à evitação, do sistema de apego (Mikulincer & Shaver, 2016).

Nessa direção, a ansiedade refere-se à extensão com a qual o indivíduo se preocupa quanto à disponibilidade dos outros em situações estressoras e à possibilidade do abandono por pessoas próximas (Simpson & Rholes, 2017). Pessoas com níveis altos de ansiedade relacionado ao apego tendem a hiperativar esse sistema, intensificando preocupações,

tentativas de aproximação e demandas por suporte, atenção e proteção (Mikulincer & Shaver, 2016). Também está associado a uma visão negativa de si e ao uso de estratégias desadaptativas de regulação emocional, como a ruminação e a catastrofização (Simpson & Karantzas, 2019).

Já a evitação reflete o quanto o sujeito sente-se desconfortável com a proximidade e intimidade emocional (Simpson & Rholes, 2017). Essa dimensão está relacionada a visões negativas acerca dos outros e a esforços para manutenção de independência emocional e comportamental nas relações interpessoais (Mikulincer & Shaver, 2024). Níveis altos de evitação estão associados a uso de estratégias secundárias de enfrentamento e de regulação emocional denominadas de desativação, envolvendo a supressão de pensamentos negativos e o distanciamento interpessoal, apesar da ausência da sensação de segurança (Mikulincer & Shaver, 2016).

Em suma, níveis altos em tais dimensões estão relacionados a mecanismos de enfrentamento e competências sociais pouco adaptativas, dificultando o manejo de situações estressoras e de conflitos interpessoais de forma efetiva. Diante da influência do estilo de apego em vários processos psicossociais, diversos estudos buscaram, por conseguinte, investigar o seu papel na perpetração e na vitimização no contexto de relacionamentos íntimos (Sandberg et al., 2019; Sommer et al., 2017; Stefania et al., 2023; Velotti et al., 2022)

Em busca de sintetizar tais dados, meta-análises evidenciam associações significativas, com magnitudes variando de fracas a moderadas em função do tipo de apego e da violência, entre ambas as formas de apego inseguro e o cometimento (Velotti et al., 2022) e a vitimização por parceiro íntimo quanto às violências física, psicológica e sexual (Stefania et al., 2023). Esses autores, a partir dos resultados encontrados, ressaltam a necessidade de investigar possíveis mecanismos mediadores dessas relações, haja vista que as explicações para essas associações permanecem majoritariamente no campo teórico e hipotético (Stefania

et al., 2023; Velotti et al., 2022). Alguns desses fatores explicativos vêm sendo testados, com resultados significativos, como o papel da regulação emocional e das estratégias de resolução de conflito (Bonache et al., 2017; Théorêt et al., 2022). Em função dessas considerações, a presente pesquisa propõe-se verificar tais construtos de forma concomitante, buscando explorar possíveis relações no envolvimento em relações violentas.

Desregulação Emocional

O estudo da regulação emocional (RE) cresceu substancialmente nas últimas décadas, contribuindo significativamente para uma melhor compreensão desse processo psicológico (Tull & Aldao, 2015). Tal destaque progressivo pode ser atribuído às evidências de que a RE desempenha um papel relevante no desenvolvimento de diversos transtornos mentais e comportamentos desadaptativos (Aldao et al., 2010). Dessa forma, esse construto tem sido caracterizado como um fator de natureza transdiagnóstica, ou seja, que perpassa a etiologia, manutenção e severidade de múltiplos transtornos psiquiátricos.

Apesar de amplamente estudada, não há consenso na literatura sobre a definição de regulação emocional, podendo esta ser conceitualizada de diferentes formas. Ainda que não haja um modelo unitário para tratar desse construto, algumas perspectivas teóricas se sobressaem e convergem, sendo amplamente difundidas e utilizadas. Nesse sentido, Naragon-Gainey et al. (2017) ressalta três modelos teóricos mais proeminentes: o baseado em processos, com enfoque no modelo processual de Gross (2015), o baseado em estratégias e o baseado em habilidades. Embora todos sejam relevantes, influentes e, inclusive, interconectados, a presente pesquisa baseia-se no modelo pautado em habilidades, especificamente o desenvolvido por Gratz e Roemer (2004).

Nessa perspectiva, o conceito de Regulação emocional parte de uma visão mais ampla, afastando-se do enfoque nas estratégias específicas que podem ser utilizadas em um determinado momento no processo de geração das emoções (Tull & Aldao, 2015). Assim,

essa perspectiva enfatiza a RE enquanto formas típicas ou disposicionais com as quais os sujeitos entendem, consideram e respondem às emoções. Dessa forma, o modelo de Gratz e Roemer (2004) compreende a regulação emocional como um construto multidimensional que envolve as seguintes habilidades diante de emoções negativas: a) aceitação das emoções (reflete a tendência de sentir emoções secundárias negativas); b) engajamento em comportamentos direcionados a objetivos; c) controle de comportamento impulsivos; d) consciência emocional (tendência a prestar atenção e reconhecer emoções); e) acesso a estratégias de RE percebidas como eficazes; f) clareza emocional (a extensão na qual os indivíduos tem clareza sobre as emoções que estão sentindo).

Cabe mencionar que algumas versões adaptadas da escala psicométrica desenvolvida por Gratz e Roemer (2004) tendo em vista o modelo supracitado não incluem o fator relacionado à consciência emocional. No contexto brasileiro, por exemplo, o uso do instrumento com cinco fatores pode ser mais favorável, tendo em vista que a subescala em questão não demonstrou índices de validade e confiabilidade tão adequados quanto as outras dimensões (Miguel et al., 2017). Diante disso, a presente pesquisa utilizará o modelo de cinco fatores, excluindo-se a dimensão consciência emocional.

As dificuldades nessas habilidades podem influenciar significativamente o uso da agressão. Por um lado, indivíduos incapazes de conter de maneira efetiva emoções difíceis ou desconfortáveis podem estar mais predispostos a engajar em comportamentos agressivos a fim de pôr um fim, reparar ou evitar o sofrimento interno (Roberton et al., 2012). Por outro lado, a regulação acentuada de emoções, seja por meio da evitação ou da supressão, pode reduzir recursos cognitivos e sociais disponíveis para lidar com tais estados, aumentar a excitação fisiológica e diminuir inibições, resultando em maior propensão a agressão (Roberton et al., 2012).

Nesse sentido, evidências sugerem que a desregulação emocional (DE) também está associada ao comportamento agressivo em relacionamentos íntimos (Maloney et al., 2023; Neilson et al., 2023; Segundo et al., 2022; Spencer, Stith, et al., 2022). No que se refere à perpetração da VPI, observa-se uma relação significativa entre as dificuldades nas habilidades de RE e as violências física, sexual e psicológica em homens e mulheres (Berke et al., 2019; Maloney et al., 2023; Spencer, Keilholtz, et al., 2022). É necessário considerar que há divergências quanto papel do gênero nessa relação. Referente à perpetração da violência sexual, por exemplo, Neilson et al. (2023) apontou uma relação com a DE apenas entre homens, a qual se demonstrou, ainda, menos consistente do que com outras formas de violência. Com efeito, é possível que a violência sexual esteja mais relacionada a aspectos relativos à socialização de normas de gênero e de masculinidade do que outras formas de violência, sendo, portanto, menos influenciada por habilidades de RE (Berke et al., 2019).

No que se refere às mulheres, Spencer et al. (2022) verificou que as dificuldades em regulação emocional não estavam associadas à vitimização de violência emocional por parceiro íntimo. Já no que diz respeito à violência física, observou-se uma relação significativa e positiva em mulheres (Segundo et al., 2022). Portanto, verifica-se a necessidade de investigar o papel da desregulação emocional no engajamento em relacionamentos violentos.

É importante notar que desregulação emocional é frequentemente estudada em conjunto com outros correlatos psicossociais da VPI, demonstrando-se, inclusive, um fator de risco mais forte quando examinado no contexto de tais preditores (Neilson et al., 2023). De fato, as dificuldades em regulação emocional aparecem como mediadoras ou moderadoras na relação com a VPI de diferentes construtos, como o apego inseguro (Segundo et al., 2022) e os maus-tratos infantis (Gratz et al., 2009). Diante disso, torna-se evidente a importância de avaliar a DE em uma perspectiva integrativa e ecológica.

Normas Tradicionais de Gênero

As normas de gênero podem ser conceituadas como expectativas sociais acerca de comportamentos entendidos como apropriados para homens e para mulheres (Pulerwitz & Barker, 2008). Tais normas variam conforme o contexto cultural e são transmitidas por diversos meios, como a família, pares e instituições sociais; desse modo, os sujeitos interpretam e internalizam os papéis de gênero, assim como os modificam e os reforçam por meio de interações cotidianas (Pulerwitz & Barker, 2008).

É importante destacar que, apesar de as normas de gênero variarem conforme o contexto sociocultural, geralmente elas evidenciam a dominância masculina e a desigualdade de poder entre homens e mulheres e são construídas e resultantes de conjunturas patriarcais (Rudman & Glick, 2021). Evidências sugerem que esse arranjo social surgiu com a revolução agrícola, quando as mulheres foram confinadas ao espaço doméstico e perderam o controle sobre os recursos, enquanto os homens passaram a acumular riquezas, favorecendo, desse modo, o domínio masculino (Rudman & Glick, 2021)

Essas normas têm diversas implicações à saúde e ao bem-estar de homens e de mulheres, uma vez que influenciam e moldam atitudes e comportamentos (Fleming & Agnew-Brune, 2015; L. Heise et al., 2019; Shakya et al., 2019). Para homens, por exemplo, a masculinidade está associada a comportamentos de risco, como o uso de substâncias (Sánchez-López & Limiñana-Gras, 2017), à alexitimia (Levant et al., 2003), a comportamentos agressivos (Hill et al., 2020), entre outros fatores prejudiciais à qualidade de vida desses (Shakya et al., 2019). Já para as mulheres, papéis tradicionais impõem limitações na tomada de decisões relativas à saúde, à sexualidade e à reprodução, bem como ao acesso efetivo a serviços de saúde (Garrison-Desany et al., 2021; L. Heise et al., 2019).

Os efeitos dos papéis de gênero vão além dos pontos supracitados, impactando também as relações estabelecidas entre parceiros íntimos. Nesse sentido, normas rígidas de

masculinidade podem obstar a resolução de conflitos românticos, dificultando o uso de estratégias saudáveis (Rogers et al., 2020). Adicionalmente, a literatura sugere que a aderência a tais padrões está associada à perpetração de violência contra parceira íntima por homens (Fleming & Agnew-Brune, 2015; Krivoshchekov et al., 2023; Moore & Stuart, 2005; Willie et al., 2022), bem como à percepção de menor severidade quanto a essa forma de agressão (Badenes-Sastre et al., 2024). Com efeito, em conjunturas patriarcais, o uso da violência por homens pode ser compreendido como uma forma de afirmar a sua masculinidade e dominância, especialmente em situações em que essas se encontram ameaçadas (Courtenay, 2000). Diante disso, é fundamental incluir e avaliar a função de fatores socioculturais, como os níveis de endosso a papéis de gênero desiguais e tradicionais, na perpetração de VPI (L. L. Heise, 1998).

Esse construto também contribui para a vitimização para as mulheres, uma vez que essas são socializadas a desempenharem um papel de submissão e de dependência ao seu parceiro íntimo (Gilbert et al., 2022; Llano-Suárez et al., 2021). Dessa forma, esse contexto obsta, inclusive, o término de relações abusiva, contribuindo para a manutenção da condição de violência. Efetivamente, a socialização feminina no contexto de papéis de gênero tradicionais está associada a menor propensão a relatar a experiência de abuso por parte de mulheres vítimas de VPI (Harris et al., 2005; Pokharel et al., 2020), à legitimação do abuso em relacionamentos íntimos e a crenças românticas que são minadas por esterótipos que legitimizam a desigualdade de gênero (Lelaurain et al., 2021).

Estratégias de Resolução de Conflito

Os conflitos são um fenômeno intrínseco aos relacionamentos interpessoais. No contexto das relações íntimas, podem ser definidos como oposições abertas, identificadas pelos parceiros como desacordo ou fonte de dificuldades no relacionamento (Whitton et al., 2018). Os motivos desencadeadores de conflitos no contexto amoroso são diversos. Em um

estudo com casais com filhos, Mosmann e Falcke (2011) identificaram seis dimensões de razões para desentendimentos, entre elas, divergências relacionadas aos filhos, tempo desfrutado juntos, questões relativas a dinheiro, a sexo e a tarefas domésticas, entre outros. Ademais, o contexto no qual as reações amorosas estão inseridas e a intersecção entre fatores internos e externos são importantes aspectos a serem considerados na compreensão dos conflitos (Fincham, 2003). Por exemplo, estressores não diretamente relacionados ao casamento, como o estresse econômico, podem aumentar a frequência de interações negativas e intensificar os conflitos entre os parceiros (Fincham, 2003).

Destaca-se que a ocorrência de conflitos não necessariamente significa algo ruim ou prejudicial ao relacionamento, podendo ter efeitos positivos a esse. No geral, os conflitos podem ser caracterizados como construtivos, quando contribuem para o fortalecimento dos laços, promovem a compreensão da perspectiva do outro e resultam na solução criativa do problema, ou destrutivos, quando ameaçam as bases do relacionamento e se amplificam e se alastram para além da dificuldade inicial (Deutsch, 1969; Rands et al., 1981)

Nesse sentido, as estratégias e habilidades de resolução de conflitos têm sido amplamente estudadas, uma vez que desempenham um papel importante na trajetória do conflito e que podem ser modificadas ou aprendidas por meio de intervenções (De La Rue et al., 2014; Whitton et al., 2018). Nesse viés, tais estratégias também podem ser categorizadas em construtivas ou destrutivas, a depender do quão funcional ou disfuncional são as consequências de sua aplicação (Delatorre & Wagner, 2018). O manejo construtivo envolve reações positivas aos conflitos relacionais, como abertura ao diálogo, discussão do problema de forma calma, escutar ativamente, aceitação do ponto de vista do outro, validação e compromisso em resolver o problema, enquanto o manejo destrutivo está relacionado a reações negativas, incluindo criticismo, reações defensivas, desprezo, afastamento, insultos (Birditt et al., 2010; Delatorre & Wagner, 2018; Gottman & Notarius, 2000).

Essas diferentes formas de manejar conflitos também estão associadas a diversos desfechos em relacionamentos íntimos, inclusive a comportamentos agressivos nesse contexto (Bonache et al., 2019; Franz et al., 2023; Marshall et al., 2011). Conjectura-se que o uso de estratégias destrutivas, como ações de ataque, por um dos parceiros suscita o uso desse mesmo manejo pelo outro companheiro, evidenciando a escalada do conflito decorrente das estratégias utilizadas, podendo chegar a ações violentas (Bonache et al., 2017, 2019).

Dessa forma, compreende-se que os conflitos e as estratégias utilizadas para manejá-los são fatores proximais importantes no desenvolvimento e perpetuação da violência nas relações. A evitação, por exemplo, foi relacionada a uma menor vitimização por abuso psicológico e físico em meninas, enquanto o engajamento no conflito esteve associado à vitimização por abuso psicológico nessas, mas não em meninos (Bonache et al., 2017). Adolescentes com altos níveis de vitimização e perpetração de violência demonstraram maior uso de estratégias destrutivas e afastamento em comparação com aqueles que relataram menores níveis de violência (Bonache et al., 2016). Casais que infligem violência tendem a vivenciar conflitos frequentes ao discordar e recorrem mais a afetos negativos como estratégia de resolução, mostrando menor uso de afeto positivo e maior propensão ao afastamento do conflito em nível individual (Fernet et al., 2016).

Além disso, o uso de estratégias de envolvimento em conflito aumentou significativamente a probabilidade de perpetração de violência doméstica física no dia a dia. Essa probabilidade foi maior em dias em que ambos os parceiros relataram altos níveis de engajamento em conflito ou retraimento (Fortin et al., 2022). Esses achados reforçam que os desentendimentos cotidianos podem se transformar em agressões, especialmente quando estratégias destrutivas são utilizadas. Por outro lado, o uso de habilidades de resolução construtivas tem se mostrado um fator de proteção significativo contra a violência física (Spencer, Stith, et al., 2022). Dessa forma, o manejo adequado dos conflitos, com foco em

estratégias positivas e construtivas, pode contribuir para a redução da violência nas relações interpessoais.

Objetivos

O presente estudo teve o objetivo geral de explorar em que medida fatores psicossociais de risco para VPI, especificamente o apego inseguro ansioso e evitativo, estratégias de resolução de conflito de ataque e de evitação, normas tradicionais de gênero, maus-tratos infantis e desregulação emocional, influenciam a ocorrência de padrões de violência entre parceiros íntimos. Especificamente, buscará:

- 1) Identificar padrões de violência em relacionamentos íntimos por meio da perpetração e da vitimização da violência psicológica, física e sexual;
- 2) Verificar a relação entre fatores psicossociais de risco e a perpetração e vitimização da violência entre parceiros íntimos;
- 3) Explorar a influência dos fatores psicossociais de risco para a ocorrência e diferenciação de cada padrão violência.

A partir dos objetivos propostos, pretende-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: em que medida fatores psicossociais de risco para VPI, especificamente o apego inseguro ansioso e evitativo, estratégias de resolução de conflito de ataque e de evitação, normas tradicionais de gênero, maus-tratos infantis e desregulação emocional, influenciam diferentes padrões de violência?

Método

Realizou-se um estudo quantitativo de corte transversal e de delineamento correlacional, considerando como variáveis antecedentes o apego inseguro ansioso e o evitativo, as estratégias de resolução de ataque e de evitação, o endosso a normas tradicionais de gênero, os maus-tratos infantis e as dificuldades em regulação emocional, e consequente (critério) os padrões de violência entre parceiros íntimos, os quais serão definidos a partir das análises de classes latentes.

Hipóteses

Com base na revisão da literatura realizada e apresentada nas seções teóricas, foram formuladas as seguintes hipóteses iniciais:

H1: A desregulação emocional se correlacionará positivamente com a frequência da perpetração na VPI física, sexual e psicológica em homens.

H2: A desregulação emocional se correlacionará positivamente com a frequência da perpetração na VPI física e psicológica em mulheres.

H3: A desregulação emocional se correlacionará positivamente com a frequência da vitimização na VPI física, psicológica e sexual em mulheres.

H4: Adesão a normas tradicionais de gênero se correlacionará positivamente com a frequência da perpetração da VPI física, sexual e psicológica em homens.

H5: Adesão a normas tradicionais de gênero se correlacionará positivamente com a frequência da vitimização da VPI física, sexual e psicológica em mulheres.

H6: O apego inseguro ansioso se correlacionará positivamente com a frequência da perpetração na VPI física, sexual e psicológica em homens e mulheres.

H7: O apego inseguro ansioso se correlacionará positivamente com a frequência da vitimização da VPI física, sexual e psicológica em homens e em mulheres.

H8: O apego inseguro evitativo se correlacionará positivamente com a frequência da perpetração na VPI física, sexual e psicológica em homens e mulheres.

H9: O apego inseguro evitativo se correlacionará positivamente com a frequência da vitimização na VPI física, sexual e psicológica em homens e mulheres.

H10: Estratégia de resolução de conflitos de ataque se correlacionará positivamente com a frequência da perpetração na VPI física, sexual e psicológica em ambos os gêneros.

H11: Estratégia de resolução de conflitos de ataque se correlacionará positivamente com a frequência da vitimização na VPI física, sexual e psicológica em ambos os gêneros.

H12: Experiências de maus-tratos infantis, negligência física e emocional, violência física, psicológica e sexual se correlacionarão positivamente com a frequência da perpetração na VPI física, sexual e psicológica.

H13: Experiências de maus-tratos infantis, negligência física e emocional, violência física, psicológica e sexual se correlacionarão positivamente com a frequência da vitimização na VPI física, sexual e psicológica.

Ressalta-se que a presente pesquisa teve um caráter exploratório. Dessa forma, não foram formuladas hipóteses quanto ao número de classes e suas características e para o papel dos fatores psicossociais de risco no pertencimento a cada padrão de violência.

Amostra

A amostra foi de conveniência, composta por 1021 pessoas, com idades variando de 18 e 67 anos ($M=27$; $DP=7,34$), predominantemente mulheres (83,5%), brancas (64%), heterossexuais (58,1%) e com renda mensal média entre um e três salários-mínimos (37,1%) e entre 3 e 6 salários-mínimos (31,6%). Quanto à religião, 61,4% dos respondentes indicaram não possuir. A maioria relatou ter ensino superior incompleto (35,7%), pós-graduação (29,5%) e ensino superior completo (25,2%). Em relação ao estado civil, a amostra se dividiu da seguinte forma: 63,6% estavam namorando, 20,6% moram com o parceiro e 15,9% estavam

casados. A maior parte dos participantes indicou não ter filhos (88,5%). Quanto ao tempo de relacionamento, os participantes estavam em média há 56 meses com seu companheiro atual (DP=149). Destaca-se que, inicialmente, acessaram ao questionário 2786 pessoas, tendo sido excluídas aquelas que relataram ser menores de 18 anos, que indicaram não estar em um relacionamento e que se identificaram como não binários (n=28) ou com outras formas de identidade de gênero. Também foram excluídos os participantes que não responderam a todo o questionário.

Instrumentos

Os participantes responderam a um questionário com os seguintes instrumentos:

Difficulties in Emotion Regulation Scale – Short Form (DERS-SF; Anexo I). Desenvolvida por Bjureberg et al. (2016) com base na Difficulties in Emotion Regulation Scale, a qual foi originalmente construída por Gratz e Roemer (2004), a versão reduzida dessa escala foi adaptada ao contexto brasileiro por Miguel et al. (2017), apresentando adequada consistência interna ($\alpha=0,93$). O instrumento é composto por 16 itens, os quais são respondidos em uma escala Likert variando de 1 (quase nunca) a 5 (quase sempre), e propõe-se a avaliar dificuldades em regulação emocional, abrangendo 5 componentes: Não aceitação de respostas emocionais (aceitação); Dificuldades no comportamento direcionado a metas (objetivo); Dificuldades de controle de impulso (impulso); Acesso limitado a estratégias de regulação da emoção (estratégias) e Falta de clareza emocional (clareza). Pontuações maiores revelam maiores dificuldades em regular as emoções.

Childhood Trauma Questionnaire - Short Form (CTQ-SF; Anexo II). Construída por Bernstein et al. (2003) e adaptado ao Brasil por Grassi-Oliveira, Stein e Pezzi (2006), essa escala é constituída por 25 itens, os quais investigam a frequência de cinco formas de maus-tratos (abuso físico, abuso sexual, abuso emocional, negligência física e emocional), mais 3 itens que avaliam minimização/negação das respostas. O instrumento é respondido a partir de

uma escala Likert de 5 pontos. Em um estudo brasileiro de validação, todos os fatores apresentaram adequada consistência interna, com alfa de cronbach variando de 0,80 a 0,91, à exceção da subescala de negligência física (alfa=0,46), a qual, entretanto, obteve boa confiabilidade com base nos resultados da Análise Fatorial Confirmatória (Grassi-Oliveira et al., 2014).

Conflict Resolution Behavior Questionnaire (CRBQ; Anexo III). Esse instrumento foi desenvolvido por Rubenstein & Feldman (1993) e validado para Brasil por Delatorre e Wagner (2015). Avalia a frequência com que são utilizadas estratégias de resolução de conflitos conjugais, sendo composta por 22 itens, os quais são respondidos por meio de uma escala likert de 5 pontos. Apresenta boa consistência interna geral (alfa de cronbach = 0.83) e abrange 3 fatores: acordo (alfa de cronbach=0.75), evitação (alfa de cronbach=0.75) e ataque (alfa de cronbach=0.77) (Fonsêca et al., 2021). Para esta pesquisa, pretende-se usar a estrutura fatorial e composição identificada por Fonsêca et al. (2021), devido às semelhanças regionais do local em que foram avaliados seus parâmetros psicométricos.

Experience in Close Relationship - Reduzida (ECR-R-Brasil; Anexo IV). Elaborada por Wei et al. (2007) e adaptada ao contexto brasileiro por Natividade e Shiramizu (2015), essa escala é composta por 10 assertivas que investigam os níveis de apego inseguro, dividindo-se em duas dimensões com consistência interna satisfatória: “ansiedade referente ao apego” ($\alpha=0.73$) e “evitação referente ao apego” ($\alpha=0.73$).

Gender-Equitable Men Scale (Escala GEM; Anexo V). Desenvolvida para o contexto brasileiro por Pulewitz e Baker (2008), esse instrumento avalia, por meio de duas subescalas com 24 itens ao todo, o endosso a normas de gênero igualitárias e a normas tradicionais/desiguais de gênero dentro de relações íntimas e sexuais. Para a presente pesquisa, optou-se por usar somente a dimensão relativa ao endosso a normas tradicionais de gênero (17 itens), visto

que esta apresentou melhor consistência interna (alfa de cronbach=0,85) e, segundo as autoras, o instrumento permite o uso independente das subescalas (Pulerwitz & Barker, 2008).

Revised Conflict Tactics Scale (CTS-2; Anexo VI). Desenvolvida por Straus et al. (1996) e adaptada ao contexto brasileiro por Moraes et al. (2002), a CTS-2 verifica táticas de resolução de conflito e violência entre parceiros íntimos no último ano por meio de 5 subescalas: negociação, violência física, violência psicológica, coerção sexual e possíveis consequências para a saúde do parceiro. Esse instrumento é respondido por meio de uma escala de frequência variando de 0 (nunca aconteceu) a 6 (aconteceu mais de 20 vezes no último ano), além de conter um indicador caso tenha ocorrido, mas não no último ano (7). Por fim, a CTS-2 fornece tanto um escore de frequência/cronicidade como de severidade, visto que cada subescala é dividida em violência menor e grave.

Questionário sociodemográfico (Apêndice B). Inclui perguntas com intuito de caracterizar a amostra, contemplando: idade, gênero, orientação sexual, cor da pele autodeclarada, religião, nível de religiosidade, nível de escolaridade, renda individual e familiar, e atividade laboral. Além disso, conterà perguntas relativas à frequência de uso de substâncias (álcool, maconha, cocaína, ecstasy, crack, cigarro e outras substâncias) e histórico de perpetração e vitimação por violência física, psicológica e sexual em relacionamentos anteriores. Por fim, abrangerá questões relativas à relação atual, como: duração da relação, status de relacionamento (namorado, casado, em união estável), moradia (“você mora com seu(sua) parceiro(a) atual?”), filhos e compromisso (“Com que frequência você pensa em terminar o seu relacionamento amoroso?”).

Procedimentos

Após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Ceará – UFC (CAAE: 80188924.3.0000.5054), obedecendo a todos os critérios estabelecidos pela resolução 510/16 e pelo Ofício circular 02/21 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016;

2021), os dados foram coletados por meio de formulário online. Os participantes foram convidados por meio de um link divulgado nas redes sociais. O convite não apresentou qualquer restrição à gênero, orientação sexual, etnia e escolaridade, sendo direcionado para pessoas maiores de 18 anos e que estivessem em um relacionamento amoroso. Após acessar ao link, os respondentes tiveram acesso a uma página inicial, contendo breve introdução sobre o estudo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE; Apêndice A) e o contato da pesquisadora responsável para que os participantes possam retirar quaisquer dúvidas. Ao aceitar as condições, os sujeitos foram orientados a prosseguir, sendo direcionados ao questionário. Ressalta-se que, ao fim do questionário, havia uma etapa facultativa para que, caso o(a) participante se sentisse confortável, enviasse um link específico para participação e um código criado por ele mesmo para o seu parceiro(a).

Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada em quatro etapas, conduzidas no RStudio (versão 2024.12.1) e no Jamovi (versão 2.6.26). Inicialmente, foram empregadas estatísticas descritivas (média, desvio padrão, frequência e porcentagem) para caracterizar a amostra em relação a aspectos sociodemográficos e à prevalência e frequência de cada forma de violência estratificada pelo gênero. Posteriormente, foram efetuadas análises de correlações entre as variáveis antecedentes e as variáveis dependentes.

Em seguida, realizou-se uma Análise de Classes Latentes (ACL) utilizando-se o pacote TidySEM (Van Lissa et al., 2024). A priori, buscou-se identificar, de forma exploratória, padrões latentes de violência no contexto de relações íntimas atuais a partir de características sociodemográficas (gênero, orientação sexual e estado civil) e da ocorrência ou não de diferentes formas de vitimização e perpetração (física, psicológica, sexual e danos físicos) nos últimos 12 meses. A seleção do número de classes foi definida pelos Critérios de Informação de Akaike (AIC), Bayesiano (BIC) e *sample-size adjusted* BIC (saBIC),

considerando valores mais baixos como indicador de melhor solução. Também foram estimados a probabilidade mínima de pertença para cada solução (é recomendado que seja $> 0,70$) e a entropia (recomenda-se ser $> 0,80$), que sinaliza o nível de separabilidade das classes. O tamanho da menor classe também foi observado para a seleção do modelo. Após a definição da solução mais adequada, os participantes foram atribuídos à classe latente mais provável com base nas suas probabilidades de pertencimento à cada classe.

Essa abordagem permitiu segmentar a amostra em classes distintas de envolvimento em situações de violência, revelando subgrupos com características semelhantes quanto à dinâmica agressor-vítima e ao tipo de violência. Em um segundo momento, as classes latentes identificadas foram utilizadas em análises subsequentes, com o intuito de investigar a relação dessas com os fatores psicossociais de risco à VPI. Para isso, optou-se por utilizar, inicialmente, a abordagem BCH (Bolck-Croon-Hagenaars) (Bolck et al., 2004), a qual permite comparar médias, no caso de variáveis contínuas, e proporções, para variáveis categóricas, entre classes latentes levando em consideração a incerteza na classificação dos indivíduos, evitando viés que poderia surgir ao fixar as classes de forma determinística.

Modelos separados foram ajustados para cada variável contínua de interesse, como conformidade com normas de gênero, níveis de apego ansioso e experiências adversas na infância. A significância estatística das diferenças entre classes foi avaliada por meio de testes de razão de verossimilhança globais, bem como testes de Wald. Adotou-se um nível de significância de 5% para todas as comparações.

Por fim, realizou-se uma regressão logística multinomial para explorar em que medida os fatores psicossociais de risco em conjunto predizem as classes. Destaca-se que essa abordagem foi escolhida a partir da ponderação entre limitações práticas e conceituais. Apesar de estratégias tradicionais para relacionar classes ou perfis latentes com variáveis externas ao modelo, como a escolhida, apresentarem uma tendência de subestimar a incerteza

de classificação ao tratar as classes como observadas, abordagens mais modernas não estão disponíveis para o Rstudio ou para outros *softwares* gratuitos.

Resultados

A presente dissertação teve como objetivo geral explorar em que medida fatores psicossociais de risco para VPI estão associados e influenciam o pertencimento a determinados padrões de violência entre parceiros íntimos. Especificamente, buscou-se investigar os seguintes construtos: normas tradicionais de gênero, maus-tratos infantis, apego inseguro, estratégias de resolução de conflito e desregulação emocional. Para alcançar o objetivo último supracitado, organizou-se as análises de dados e esta seção de resultados em quatro etapas. A primeira subseção volta-se a caracterizar a amostra e as experiências de perpetração e vitimização dos participantes. A segunda volta-se a apresentar de forma preliminar as relações entre as variáveis antecedentes e a frequência da violência perpetrada e vitimizada. A terceira tem como foco identificar os padrões de violência em relacionamentos íntimos por meio da análise de classes latentes. Por fim, o último tópico apresenta as relações entre os fatores psicossociais de risco e as classes, relacionadas ao objetivo geral.

Prevalência e frequência da violência em relacionamentos íntimos

A tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfica da amostra, bem como a prevalência e a frequência de perpetração e de vitimização nos últimos 12 meses estratificada por gênero. Para o cálculo da prevalência da perpetração e da vitimização em cada forma de VPI, as respostas dos participantes foram categorizadas em “não”, quando não relataram qualquer ato, e em “sim”, para aqueles que informaram a experiência de pelo menos um ato nos últimos 12 meses. As respostas relacionadas a ter cometido ou sofrido violência anteriormente, mas não no último ano (7), foram classificadas como “não”, indicando ausência de violência, tendo em vista que o presente estudo enfocou os últimos 12 meses. Ressalta-se que tal categorização foi feita para cada forma de violência e tanto para perpetração quanto para vitimização.

Para a frequência da perpetração e da vitimização, utilizou-se a recomendação descrita pelos autores da escala, Straus et al. (1996). Dessa forma, os escores da CTS2 foram obtidos por meio da soma dos pontos médios de cada categoria de resposta, resultando na seguinte modificação: as categorias 0 (nunca aconteceu), 1 (aconteceu uma vez) e 2 (aconteceu duas vezes) permaneceram com seus números originais, e as categorias 3 (aconteceu de 3 a 5 vezes) foi alterada para o ponto médio 4; 4 (aconteceu de 6 a 10 vezes), para o ponto médio 8; 5 (11 a 20 vezes) para o ponto médio 15; e 6 (aconteceu mais de 20 vezes) para o ponto médio 25. Ressalta-se que foram consideradas apenas as vítimas e os perpetradores de cada forma de violência para o cálculo de cada frequência, tendo em vista a tendência de redução da média devido à alta quantidade de pessoas que não experienciaram VPI. Portanto, a média de frequência leva em conta somente aqueles participantes que indicaram ter cometido ou ter sido vítima da violência.

Tabela 1

Caracterização dos aspectos sociodemográficos e das experiências de VPI da amostra

Variáveis	Gênero			
	Mulher n=853 (83,5%)		Homem n=168 (16,5%)	
Idade	26,43 (DP=6,65)		29,93 (DP=9,68)	
<i>Cor</i>				
Branca	547 (64,1)		106 (63,1)	
Preta	56 (6,6)		16 (9,5)	
Amarela	9 (1,1)		0 (0,0)	
Parda	241 (28,3)		46 (27,4)	
<i>Orientação sexual</i>				
Heterossexual	462 (54,2)		131 (78,0)	
Homossexual	51 (6,0)		20 (11,9)	
Bissexual	340 (39,9)		17 (10,1)	
<i>Prevalência (últimos 12 meses)</i>	Perpetração n (%)	Vitimização n (%)	Perpetração n (%)	Vitimização n (%)
Violência Psicológica	524 (61,4)	460 (53,9)	96 (57,1)	102 (60,7)
Violência Física	117 (13,7)	87 (10,2)	20 (11,9)	21 (12,5)
Violência Sexual	102 (12,0)	201 (23,6)	40 (23,8)	24 (14,3)
Qualquer violência	566 (66,4)	524 (61,4)	105 (62,5)	103 (61,3)
Danos	32 (3,8)	40 (4,7)	8 (4,8)	9 (5,4)

<i>Frequência (últimos 12 meses)</i>	Perpetração M (DP)	Vitimização M (DP)	Perpetração M (DP)	Vitimização M (DP)
Violência Psicológica	10,34 (16,45)	9,87 (14,7)	9,24 (14,19)	11,14 (16,1)
Violência Física	7,23(13,66)	5,16 (7,23)	13,8 (27,79)	16,76 (29,34)
Violência Sexual	3,71 (4,89)	5,33 (6,81)	10,32 (21,16)	8,46 (17,05)
Qualquer violência	11,73 (21,16)	11,57 (17,34)	15,01 (34,06)	16,42 (34,27)
Danos	4,91 (6,34)	7,08 (13,9)	14,25 (24,04)	9,44 (17,87)

Nota. Para o cálculo das frequências foram considerados somente os perpetradores e as vítimas das respectivas violências (média de atos cometidos/sofridos).

Fonte: elaborada pela autora.

Os resultados demonstram que a violência psicológica é a forma de violência mais comumente cometida e sofrida, tanto para homens (57,1% e 60,7% respectivamente) como para mulheres (61,4% e 53,9% respectivamente). Especificamente quanto à vitimização, observa-se um padrão semelhante de prevalência para ambos os gêneros, de modo que a violência sexual é a segunda mais prevalente, seguida da violência física. Em relação à perpetração, após a violência psicológica, para as mulheres, a física foi mais prevalente, enquanto para os homens a sexual aparece em segundo, seguida da física. No que se refere a quantidade de atos cometidos e sofridos nos últimos 12 meses, os homens relataram maior frequência de perpetração e de vitimização em todas as formas de violência, exceto na violência psicológica, na qual mulheres indicaram maior frequência de vitimização.

Relação entre as variáveis psicossociais de risco e a frequência de VPI

A seguir, são apresentadas as relações preliminares entre os fatores psicossociais de risco investigados e a frequência de violência entre parceiros íntimos. A tabela 2 contém a matriz de correlações para a perpetração das diferentes formas de violência para homens, abaixo da diagonal da matriz, e para mulheres, acima da diagonal da matriz. Na tabela 3 estão as correlações para frequência da vitimização por parceiro íntimo para homens, abaixo da diagonal da matriz, e para mulheres, acima da diagonal da matriz.

Tabela 2

Correlações entre os fatores psicossociais de risco e a frequência da perpetração de violências para homens e para mulheres

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1. Psicológica	—	.367***	.119***	.282***	.088*	.111**	.294***	.150***	.197***	.202***	.151***	.304***	.162***	.305***	.560***	.136***	.142***	.133***	.138***	.204***
2. Física	.354***	—	.114***	.385***	.020	.106**	.201***	.083*	.086*	.123***	.146***	.137***	.104**	.076*	.301***	.073*	.118***	.112**	.084*	.096**
3. Sexual	.324***	.387***	—	.083*	.007	.057	.028	.029	-.001	.041	.061	.202***	-.070*	.056	.077*	.084*	.083*	.090**	.039	.077*
4. Danos	.187*	.293***	.236**	—	-.033	.081*	.105**	.020	.044	.047	.114***	.112**	.088*	.057	.222***	.035	.070*	.069**	.042	.049
5. Aceitação	-.070	.121	.030	-.044	—	.424***	.344***	.682***	.389***	.798***	.083*	.289***	.136***	.227***	.164***	.081*	.102**	.115***	.011	.199***
6. Objetivos	-.028	.007	.082	-.005	.428***	—	.437***	.622***	.263***	.757***	.081*	.317***	-.016	.127***	.239***	.026	.052	.079*	-.008	.164***
7. Impulso	.265***	.119*	.008	.164*	.271***	.483***	—	.420***	.275***	.620***	.115***	.253***	.095**	.176***	.394***	.097**	.127***	.084*	.090**	.177***
8. Estratégias	-.021	.092	.004	.053	.679***	.719***	.480***	—	.388***	.903***	.130***	.390***	.111**	.258***	.276***	.044	.136***	.120***	.038	.248***
9. Clareza	.196*	.083*	-.043	-.058	.340***	.354***	.392***	.450***	—	.525***	.148***	.260***	.214***	.377***	.194***	.089**	.132***	.112**	.052	.158***
10. DERS-SF	.036	.123*	.021	.042	.748***	.808***	.624***	.935***	.580***	—	.146***	.410***	.131***	.292***	.333***	.077*	.135***	.138***	.041	.252***
11. GEMS	.186*	.116	.282***	.090	.019	-.020	-.032	-.017	.019	-.017	—	.209***	.221***	.213***	.203***	.068*	-.019	.025	.029	-.020
12. A. ansioso	.243**	.270***	.283***	.198*	.154*	.254***	.115	.276***	.199**	.281***	.266***	—	.149***	.266***	.392***	.142***	.122***	.048	.054	.186***
13. A. evitativo	.225**	.052	.031	.038	-.116	-.106	.020	-.061	.123	-.076	.147	-.035	—	.387***	.240***	.135***	.107**	.097**	.059	.061
14. Evitação	.352***	.061	.121	-.000	.124	.059	.148	.186***	.270***	.184*	.180*	.227**	.303***	—	.418***	.094**	.086*	.092**	.090**	.113***
15. Ataque	.556***	.200**	.154*	.183*	.021	.085	.347***	.129	.190*	.167*	.210**	.320***	.185*	.438***	—	.145***	.079*	.111**	.054	.130***
16. NF	.019	.103	.136	.140	.089	-.048	.064	.024	.099	.047	.286***	.118	.081	.218**	.067	—	.405***	.179***	.248***	.348***
17. NE	.095	.155*	.074	.115	.194*	.143	.168*	.218**	.217**	.246**	.119	.216**	.156*	.161*	.215**	.472***	—	.258***	.431***	.725***
18. AS	.146**	.174*	.105	.213**	.014	.038	.128	.088	.006	.072	.091	.131*	.147	.188*	.232**	.167*	.177*	—	.197***	.265***
19. AF	.134	.145	.109	.116	.118	.142	.154*	.226**	.089	.200**	.183*	.117	.101	.175*	.183*	.334***	.507***	.159*	—	.480***
20. AE	.211**	.209**	.111	.125	.192*	.143	.216**	.267***	.165*	.261***	.010	.160*	.089	.152*	.231**	.375***	.723***	.224**	.599***	—

Nota. A matriz de correlação abaixo da diagonal refere-se aos homens e a matriz acima da diagonal refere-se às mulheres;

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$;

DERS-SF = dificuldades em regulação emocional; GEMS = Endosso a normas tradicionais de gênero; A. Ansioso = apego ansioso; A. Evitativo = apego evitativo; NF =

Negligência física; NE = Negligência emocional; AS = Abuso sexual; AF = Abuso físico; Abuso emocional = Abuso emocional.

Tabela 3

Correlações entre os fatores psicossociais de risco e a frequência da vitimização em violências para homens e para mulheres

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1. Psicológica	—	.323***	.246***	.236***	.064	.097**	.233***	.136***	.167***	.169***	.132***	.338***	.194***	.265***	.502***	.152***	.146***	.092**	.134***	.173***
2. Física	.342***	—	.183***	.360***	.071*	.086*	.166***	.104**	.137***	.137***	.173***	.169***	.110**	.086*	.225***	.092**	.101**	.133***	.045	.104**
3. Sexual	.281**	.342**	—	.110**	.056	.076*	.104**	.099**	.100**	.108**	.185***	.133***	.094**	.144***	.151***	.073*	.048	.031	.062	.066
4. Danos	.271**	.431*	.296**	—	.011	.077*	.064	.062	.076*	.072*	.099**	.142***	.077*	.061	.169***	.032	.070*	.054	.038	.064
5. Aceitação	-.081	.017	-.001	.036	—	.424***	.344***	.682***	.389***	.798***	.083*	.289***	.136***	.227***	.164***	.081*	.102**	.115***	.011	.199***
6. Objetivos	-.002	-.031	.027	.052	.428***	—	.437***	.622***	.263***	.757***	.081*	.317***	-.016	.127***	.239***	.026	.052	.079*	-.008	.164***
7. Impulso	.257**	.069	.087	.219*	.271**	.483**	—	.420***	.275***	.620***	.115***	.253***	.095**	.176***	.394***	.097**	.127***	.084*	.090***	.177***
8. Estratégias	.036	.073	.004	.108	.679**	.719*	.480**	—	.388***	.903***	.130***	.390***	.111**	.258***	.276***	.044	.136***	.120***	.038	.248***
9. Clareza	.227**	.047	.017	.069	.340**	.354*	.392*	.450**	—	.525***	.148***	.260***	.214***	.377***	.194***	.089**	.132***	.112**	.052	.158***
10. DERS-SF	.072	.054	.009	.136	.748**	.808*	.624*	.935*	.580**	—	.146***	.410***	.131***	.292***	.333***	.077*	.135***	.138***	.041	.252***
11. GEMS	.118	.115	.119	-.051	.019	-.020	-.032	-.017	.019	-.017	—	.209***	.221***	.213***	.203***	.068*	-.019	.025	.029	-.020
12. A. ansioso	.233**	.235**	.126	.145	.154*	.254**	.115	.276*	.199*	.281**	.266**	—	.149***	.266***	.392***	.142***	.122***	.048	.054	.186***
13. A. evitativo	.196*	.133	.041	.127	-.116	-.106	.020	-.061	.123	-.076	.147	-.035	—	.387***	.240***	.135***	.107**	.097**	.059	.061
14. Evitação	.330**	.101	.139	.080	.124	.059	.148	.186	.270**	.184	.180*	.227**	.303***	—	.418***	.094**	.086*	.092**	.090**	.113***
15. Ataque	.472**	.213*	.123	.219**	.021	.085	.347**	.129	.190	.167*	.210**	.320**	.185	.438***	—	.145***	.079*	.111**	.054	.130***
16. NF	.078	.189*	.152*	.184*	.089	-.048	.064	.024	.099	.047	.286**	.118	.081	.218*	.067	—	.405***	.179***	.248***	.348***
17. NE	.168*	.218**	.030	.175*	.194*	.143	.168*	.218**	.217**	.246**	.119	.216**	.156*	.161*	.215**	.472***	—	.258***	.431***	.725***
18. AS	.126	.134	.264**	.404*	.014	.038	.128	.088	.006	.072	.091	.131	.147	.188	.232**	.167*	.177*	—	.197***	.265***
19. AF	.124	.249**	.049	.147	.118	.142	.154*	.226**	.089	.200**	.183*	.117	.101	.175*	.183*	.334**	.507*	.159	—	.480***
20. AE	.257**	.272*	.122	.199*	.192*	.143	.216**	.267**	.165	.261**	.010	.160	.089	.152*	.231**	.375**	.723*	.224*	.599***	—

Nota. A matriz de correlação abaixo da diagonal refere-se aos homens e a matriz acima da diagonal refere-se às mulheres;

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$; DERS-SF = dificuldades em regulação emocional; GEMS = Endosso a normas tradicionais de gênero; NF = Negligência Física; NE = Negligência emocional; AS = Abuso sexual; AF = Abuso físico; AE = Abuso emocional.

Em relação à hipótese 1, a qual versava sobre a correlação positiva entre a desregulação emocional e a frequência da perpetração da violência psicológica, física e sexual em homens, observou-se suporte parcial. Observou-se correlações somente com a violência física ($r=0,12$; $p<0,05$). Observa-se que quanto às dimensões desse construto, somente o Impulso e a Clareza se relacionaram com a VPI, especificamente com a psicológica e a física. Cabe citar que, em relação a vitimização, a DE não se correlacionou com nenhuma forma de VPI, mas as facetas Impulso e Clareza apresentaram relação com a violência psicológica.

No que diz respeito às hipóteses 2 e 3, que tratavam da perpetração e da vitimização em mulheres, respectivamente, obteve-se confirmação quanto a terceira, mas apenas parcialmente para a segunda. A DE apresentou associações significativas com todas as formas violência quando vitimizadas (Psicológica: $r=0,16$; $p<0,001$, Física: $r=0,13$; $p<0,001$, Sexual: $r=0,10$; $p<0,01$) (H3), mas somente com a violência psicológica ($r=0,20$; $p<0,001$) e a física ($r=0,12$; $p<0,001$) quando perpetradas (H2). Exceto pelo fator Aceitação, as dimensões seguem padrão semelhante de correlação nesse gênero.

No que se refere ao endosso a normas tradicionais de gênero, a hipótese 4, a qual tratava sobre sua relação com a perpetração da VPI em homens, foi parcialmente confirmada. Obteve-se associações significativas somente para a violência psicológica ($r=0,18$; $p<0,05$) e sexual ($r=0,28$; $p<0,001$). Em relação às mulheres, esperava-se que maior adesão a essas normas estaria associada a maior vitimização (H5), o que foi corroborado para todas as formas de VPI (Psicológica: $r=0,13$; $p<0,001$; Física: $r=0,17$; $p<0,001$; Sexual: $r=0,18$; $p<0,001$).

A hipótese 6 versava sobre o papel do apego inseguro ansioso na perpetração em homens e mulheres e foi inteiramente acatada. Foram observadas correlações significativas com a perpetração da VPI psicológica (Homens: $r=0,24$; $p<0,001$, Mulheres: $r=0,30$;

$p < 0,001$), física (Homens: $r = 0,27$; $p < 0,001$, Mulheres: $r = 0,13$; $p < 0,001$) e sexual (Homens: $r = 0,28$; $p < 0,001$, Mulheres: $r = 0,20$; $p < 0,001$). Em relação à hipótese 7, houve suporte parcial, uma vez que o apego ansioso apresentou associações significativas com a vitimização por todas as violências para as mulheres (Psicológica: $r = 0,33$; $p < 0,001$, Física: $r = 0,16$; $p < 0,001$, Sexual: $r = 0,13$; $p < 0,001$), mas somente pela VPI psicológica ($r = 0,23$; $p < 0,01$) e física ($r = 0,23$; $p < 0,01$) para os homens.

Testou-se também o papel do apego evitativo na perpetração e na vitimização em homens e mulheres (H8 e H9). Em relação à hipótese 8 (perpetração), observou-se correlação positiva e significativa somente para a VPI psicológica ($r = 0,22$; $p < 0,01$) para os homens e somente para a psicológica ($r = 0,16$; $p < 0,001$) e física ($r = 0,10$; $p < 0,01$) para as mulheres. Cabe destaque a correlação negativa e significativa entre a violência sexual e o apego evitativo, na direção oposta ao esperado ($r = -0,07$; $p < 0,05$). Em relação à vitimização (H9), observou-se relações similares: para os homens, associou-se somente com a violência psicológica ($r = 0,19$; $p < 0,05$), enquanto para as mulheres correlacionou-se com a psicológica ($r = 0,19$; $p < 0,001$), física ($r = 0,11$; $p < 0,01$) e sexual ($r = 0,09$; $p < 0,01$).

As hipóteses 10 e 11 tratavam sobre a relação entre a estratégia de resolução de ataque e a perpetração e a vitimização, respectivamente, em relações íntimas. Em relação ao cometimento de agressões (H10), o Ataque se associou significativamente, em ambos os gêneros, à violência psicológica (Homens: $r = 0,55$; $p < 0,001$, Mulheres: $r = 0,56$; $p < 0,001$), física (Homens: $r = 0,20$; $p < 0,01$; Mulheres: $r = 0,30$; $p < 0,001$) e sexual (Homens: $r = 0,15$; $p < 0,05$, Mulheres: $r = 0,07$; $p < 0,05$), corroborando a hipótese 10. Em relação à vitimização, os resultados demonstraram suporte parcial à hipótese 11. Para os homens, houve relações significativas com a VPI psicológica ($r = 0,47$; $p < 0,01$) e física ($r = 0,21$; $p < 0,05$), mas não com a sexual, enquanto para as mulheres, o Ataque se associou com todas as formas de violência (Psicológica: $r = 0,50$; $p < 0,001$, Física: $r = 0,22$; $p < 0,001$, Sexual: $r = 0,15$; $p < 0,001$).

No que se refere à evitação, não foram formuladas hipóteses, uma vez que buscou-se explorar sua relação com a VPI. Em mulheres, observou-se correlações positivas com a perpetração da VPI psicológica ($r=0,30$; $p<0,001$) e com a física ($r=0,07$; $p<0,05$), mas não com a sexual, enquanto para os homens, correlacionou-se positivamente somente com a VPI psicológica ($r=0,35$; $p<0,001$). Em relação à vitimização, observou-se associações significativas e positivas para as mulheres na VPI psicológica ($r=0,26$; $p<0,001$), na física ($r=0,08$; $p<0,05$) e na sexual ($r=0,14$; $p<0,001$), enquanto para os homens, somente com a violência psicológica ($r=0,33$; $p<0,001$).

Por fim, as hipóteses 12 e 13 versavam sobre os maus-tratos infantis. Esperava-se que tais experiências apresentariam associações positivas e significativas com o cometimento de todas as agressões (H12). Entretanto, observou-se que apenas três formas de violência na infância se relacionaram com a VPI para os homens: o abuso sexual, o qual se relacionou com VPI psicológica ($r=0,14$; $p<0,01$) e física ($r=0,17$; $p<0,05$), o abuso emocional, que se relacionou com a VPI psicológica ($r=0,21$; $p<0,01$) e física ($r=0,20$; $p<0,01$), e a negligência emocional, com a violência física ($r=0,15$; $p<0,05$). Para as mulheres, exceto pela relação entre o abuso físico e a violência sexual, a qual não foi significativa, todas as associações foram positivas e significativas, com magnitudes variando de 0,073 ($p<0,05$), para a negligência física e violência física, a 0,20 ($p<0,001$), para o abuso emocional e violência psicológica.

Em relação à vitimização por parceiro íntimo (H13), os resultados referentes aos homens indicaram que a violência sexual somente se associou ao abuso sexual ($r=0,26$; $p<0,01$) e com a negligência física ($r=0,15$; $p<0,05$), a violência física se correlacionou com a negligência física ($r=0,18$; $p<0,05$) e emocional ($r=0,21$; $p<0,01$) e com o abuso físico ($r=0,24$; $p<0,01$) e emocional ($r=0,27$; $p<0,01$), e a violência psicológica associou-se com a negligência emocional ($r=0,16$; $p<0,01$) e com o abuso emocional ($r=0,25$; $p<0,01$). Para as

mulheres, a violência psicológica se relacionou com todas as formas de maus-tratos, a violência física também, com exceção do abuso físico, e, por fim, a violência sexual correlacionou-se somente com a negligência física. As magnitudes das correlações variaram de 0,073 ($p < 0,05$), para a violência sexual e negligência física, a 0,17 ($p < 0,001$), para violência psicológica e abuso emocional.

Investigando os padrões de violência

A análise de classes latentes foi realizada com a inclusão simultânea de variáveis categóricas relacionadas à perpetração e vitimização por VPI física, psicológica e sexual e danos físicos com o objetivo de identificar classes distintas entre os participantes. Na tabela 4 são apresentados os indicadores de ajuste das soluções testadas, variando de uma a seis classes. Modelos com mais classes não foram testados, pois a partir da solução com seis classes observou-se inadequações quanto aos critérios esperados na menor probabilidade de pertencimento às classes (prob_min) e no número de pessoas da menor classe (n_min).

Tabela 4

Índices de ajuste dos modelos de classes latentes

Nº de classes	LL	AIC	BIC	SABIC	n_min	prob_min	Entropia
1	-3449	6915	6954	6929	1,000	1,000	1,000
2	-3064	6161	6245	6191	0,496	0,945	0,799
3	-2934	5920	6048	5965	0,079	0,865	0,810
4	-2951	5972	6144	6033	0,075	0,672	0,739
5	-2895	5878	6095	5955	0,044	0,573	0,722
6	-2892	5891	6152	5984	0,000	0,000	0,888

Nota. LL = *Log likelihood*, AIC = Critério de Informação de Akaike; BIC = Critério de Informação Bayesiano;

SaBIC = sample-size adjusted BIC; n_min = Número de pessoas da menor classe; prob_min = Menor probabilidade de pertença; Entropia = Nível de separabilidade das classes.

Fonte: elaborada pela autora.

Os valores de AIC, BIC e saBIC foram menores para a solução de três classes em comparação com a seguinte, sugerindo preliminarmente que essa solução é a que melhor representa os dados. Ressalta-se que apesar de o modelo com cinco classes apresentar menor

AIC e saBIC, observa-se que a probabilidade mínima e a entropia encontraram-se abaixo do adequado. Dessa forma, optou-se por reter a solução de três classes para as análises subsequentes, uma vez que a probabilidade mínima e o valor da entropia encontraram-se de acordo com os critérios listados na literatura.

A Tabela 5 apresenta as incidências dos indicadores para cada uma das classes e a figura 2 apresenta uma representação gráfica dessas incidências.

Tabela 5

Incidência dos indicadores de violência para as classes

Indicadores	Classe 1 n=468 (45,84%)	Classe 2 n= 472 (46,23%)	Classe 3 n=81 (7,93%)
<i>Perpetração</i>			
Psicológica	18,5%	92,8%	100%
Física	3,5%	12,1%	75,3%
Danos	,7%	,5%	42,1%
Sexual	7,8%	15,3%	38,5%
<i>Vitimização</i>			
Psicológica	7,5%	91,1%	100%
Física	1,9%	6,6%	81,7%
Danos	1,1%	2,2%	44%
Sexual	1,7%	27,2%	53,1%

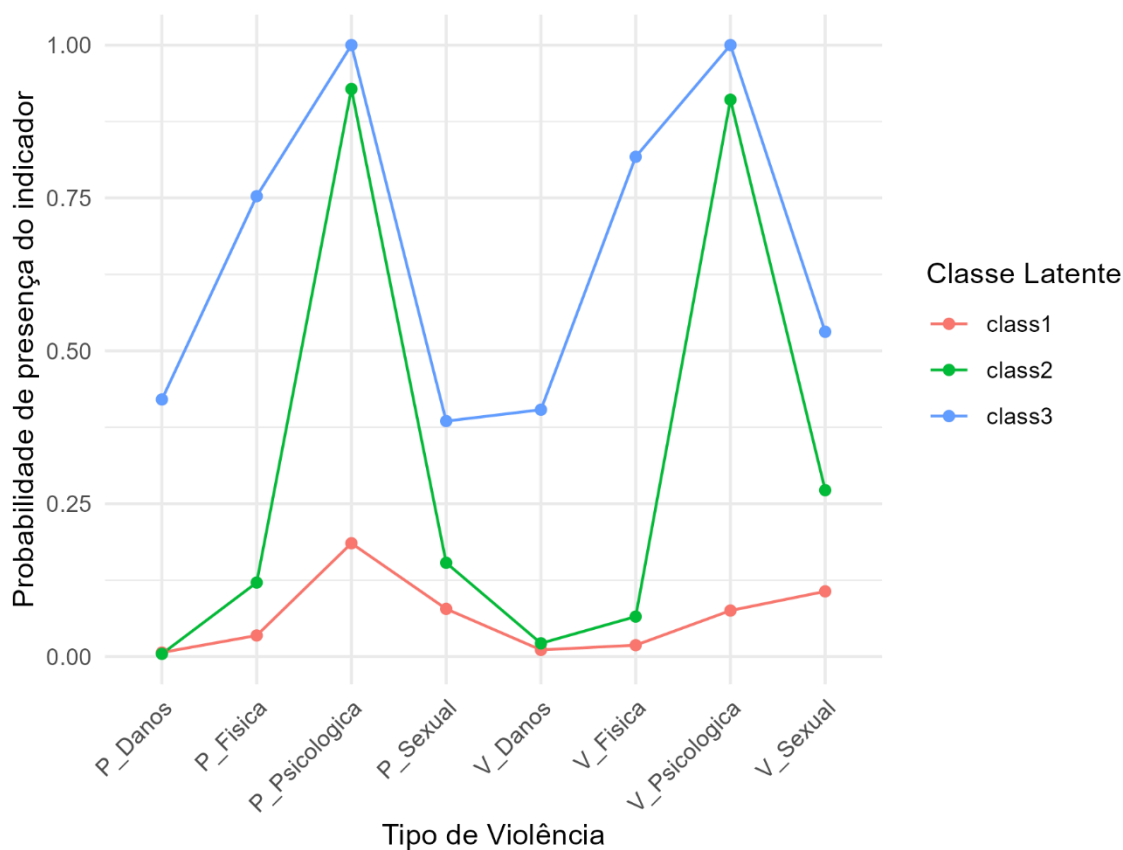
Fonte: elaborada pela autora.

Observa-se que, para a Classe 1, houve uma baixa incidência de endosso para a categoria 'sim' em todas as formas de violência analisadas. Pouco menos da metade da amostra (45,84%) foi classificada como pertencente a essa classe. No que se refere às respostas dos participantes classificados como integrantes da Classe 2, os resultados demonstraram uma inclinação para endossar a categoria 'sim' para a perpetração e para a vitimização de VPI psicológica, além de uma maior probabilidade de endosso à categoria 'sim' para vitimização por violência sexual. No entanto, não apresentaram altas incidências para as outras formas de violência. De modo semelhante à primeira classe, 46.23% da amostra foi classificada na segunda. Por fim, a classe 3, composta por 7,93% dos participantes, foi caracterizada pelo endosso total ao cometimento e à vitimização na VPI

psicológica, bem como por incidências médias a altas na perpetração e vitimização nas outras formas de violência.

Figura 2

Incidência de endosso aos indicadores de violência entre as classes



Nota. P_Danos = perpetração de danos físicos; P_Fisica = perpetração de violência física; P_Psicologica = perpetração de violência psicológica; P_Sexual = perpetração de violência sexual; V_Danos = vitimização de danos físicos; V_Fisica = vitimização de violência física; V_Psicologica = vitimização de violência psicológica; V_Sexual = vitimização de violência sexual.

Tendo em vista as características descritas, optou-se por nomear a Classe 1 como “Baixa/nenhuma violência”, a classe 2 como “Violência psicológica bidirecional” e a classe 3 como “Violência bidirecional moderada/alta”. Na tabela 6 é relatada a caracterização sociodemográfica das classes.

Tabela 6

Caracterização sociodemográfica das classes

Variáveis	Classe 1 N (%)	Classe 2 N (%)	Classe 3 N (%)
Gênero			
Homem	76 (16,2)	76 (16,1)	16 (19,8)
Mulher	392 (83,8)	396 (83,9)	65 (80,2)
Orientação Sexual			
Heterossexual	274 (58,5)	270 (57,2)	49 (60,5)
Homossexual	34 (7,3)	30 (6,4)	7 (8,6)
Bissexual	160 (34,2)	172 (36,4)	25 (30,9)
Estado Civil			
Namorando	330 (70,5)	274 (58,1)	45 (55,6)
Casado	69 (14,7)	79 (16,7)	14 (17,3)
Mora junto	69 (14,7)	119 (25,2)	22 (27,2)
Cor			
Branca	293 (62,6)	316 (66,9)	44 (54,3)
Preta	33 (7,1)	34 (7,2)	5 (6,2)
Amarela	8 (1,7)	1 (0,2)	0 (0,0)
parda	134 (28,6)	121 (25,6)	32 (39,5)
Renda			
Menos de 1 salário mínimo	35 (7,5)	38 (8,1)	7 (8,6)
Entre 1 e 3 salários mínimos	175 (37,4)	170 (36,0)	34 (42,0)
Entre 3 e 6 salários mínimos	159 (34,0)	138 (29,2)	26 (32,1)
Entre 6 e 10 salários mínimos	54 (11,5)	72 (15,3)	10 (12,3)
Mais do que 10 salários mínimos	45 (9,6)	54 (11,4)	4 (4,9)
Escolaridade			
Ensino Fundamental Completo	1 (0,2)	1 (0,2)	0 (0,0)
Ensino Médio Incompleto	1 (0,2)	1 (0,2)	0 (0,0)
Ensino Médio Completo	36 (7,7)	40 (8,5)	13 (16,0)
Ensino Superior Incompleto	166 (35,5)	166 (35,2)	32 (39,5)
Ensino Superior Completo	129 (27,6)	118 (25,0)	11 (13,6)
Pós-graduação	135 (28,8)	146 (30,9)	25 (30,9)

Fonte: elaborada pela autora.

No geral, verificou-se proporções semelhantes quanto ao gênero, à orientação sexual, e à renda entre as classes. Em relação ao status do relacionamento, a classe ‘baixa violência’ apresentou uma proporção maior de pessoas namorando e menor de pessoas que moram com o seu parceiro, enquanto a classe ‘Violência psicológica bidirecional’ e “Violência bidirecional moderada/alta” apresentaram maior proporção de sujeitos que residem com o companheiro comparado a primeira classe. Em relação à cor, a classe 3 agrupou menor

proporção de pessoas brancas e maior de pessoas pardas comparada às outras classes. Quanto à escolaridade, a classe “Violência bidirecional moderada/alta” evidenciou maior percentual de pessoas em ensino médio completo e menor de participantes com ensino superior completo em comparação a classe 2 e 1.

Investigando preditores

Em seguida, as classes identificadas foram comparadas quanto as variáveis preditoras. Para isso, utilizou-se a abordagem BCH do pacote TidySEM, a qual aplica uma análise em três passos, comparando as classes por meio de um modelo multi-grupo, controlando pelo erro de classificação. Para avaliar a significância global das diferenças entre as classes quanto aos tipos de variáveis, foi realizado um teste de razão de verossimilhança. Para investigar diferenças específicas entre as médias de variáveis, foram realizados testes de Wald utilizando a mesma abordagem.

Tabela 7

Diferenças de médias nos fatores psicossociais de risco entre as classes

Variáveis	Classe 1 M (DP)	Classe 2 M(DP)	Classe 3 M(DP)	Δ LL
Desregulação emocional	2,61 (0,75)	2,85 (0,81)	3,02 (0,79)	$p < 0,001$
Normas tradicionais de gênero	1,09 (0,13)	1,1 (0,11)	1,16 (0,15)	$p < 0,001$
Apego				
Ansioso	3,5 (1,2)	4,1 (1,27)	4,69 (1,25)	$p < 0,001$
Evitativo	1,57 (0,6)	1,86 (0,83)	1,98 (0,89)	$p < 0,001$
Estratégias de resolução de conflitos				
Evitação	2,37 (0,67)	2,78 (0,72)	2,84 (0,77)	$p < 0,001$
Ataque	1,63 (0,43)	2,05 (0,54)	2,62 (0,77)	$p < 0,001$
Maus-tratos infantis				
Negligência física	1,26 (0,47)	1,34 (0,52)	1,53 (0,69)	$p < 0,001$
Negligência emocional	2,04 (0,85)	2,17 (0,82)	2,41 (0,82)	$p < 0,001$
Violência sexual	1,3 (0,66)	1,36 (0,72)	1,68 (1)	$p < 0,001$
Violência física	1,48 (0,66)	1,57 (0,65)	1,78 (0,79)	$p < 0,001$
Violência emocional	2,38 (1,01)	2,58 (0,98)	2,92 (1)	$p < 0,001$

Fonte: elaborada pela autora,

Em relação aos níveis de desregulação emocional, os resultados indicaram que houve diferenças nas médias entre as classes [$\Delta LL(4) = 45,4$, $p < 0,001$]. Por meio do teste de Wald, observou-se diferenças estatisticamente significativas entre a Classe 1 e a Classe 2 [$\chi^2(1) = 29,76$, $p < 0,001$] e entre a Classe 1 e a Classe 3 [$\chi^2(1) = 24,85$, $p < 0,001$]. A diferença entre a Classe 2 e a Classe 3 também foi significativa, embora com menor magnitude [$\chi^2(1) = 3,94$, $p = 0,047$].

No que diz respeito ao endosso a normas tradicionais de gênero, as classes diferiram significativamente, conforme demonstrado pelo teste de razão de verossimilhança geral: $\Delta LL(4) = 59$, $p < 0,001$. Testes de Wald complementares indicaram que a diferença entre as Classes 1 e 3 [$\chi^2(1) = 20,50$, $p < 0,001$] e entre as Classes 2 e 3 [$\chi^2(1) = 14,46$, $p < 0,001$] foi estatisticamente significativa, mas não se observou diferenças entre as Classes 1 e 2 [$\chi^2(1) = 3,39$, $p = 0,066$].

Para o apego inseguro, quanto aos níveis de ansiedade, o teste de verossimilhança geral indicou diferenças estatisticamente significativas entre as classes, [$\Delta LL(4) = 115$, $p < 0,001$]. Os testes de Wald identificaram diferenças nos escores médios de ansiedade entre todas as classes: Classe 1 vs. Classe 2 [$\chi^2(1) = 72,1$, $p < 0,001$], Classe 1 vs. Classe 3 [$\chi^2(1) = 82,3$, $p < 0,001$] e Classe 2 vs. Classe 3 [$\chi^2(1) = 19,5$, $p < 0,001$]. Em relação aos níveis de apego evitativo, o teste de verossimilhança geral indicou diferenças significativas entre as classes, $\Delta LL(4) = 134$, $p < 0,001$. Diferenças significativas foram verificadas entre as Classes 1 e 2 [$\chi^2(1) = 5,96$, $p < 0,001$] e entre as Classes 1 e 3 [$\chi^2(1) = 19,52$, $p < 0,001$], mas não entre as Classes 2 e 3 [$\chi^2(1) = 1,29$, $p = 0,255$].

Na comparação das médias da estratégia de resolução de conflitos do tipo Evitação, o teste de verossimilhança geral demonstrou diferenças significativas entre as classes, $\Delta LL(4) = 121$, $p < 0,001$. Observou-se diferenças significativas entre a Classe 1 e a Classe 2 [$\chi^2(1) = 112,56$, $p < 0,001$], bem como entre a Classe 1 e a Classe 3 [$\chi^2(1) = 31,84$, $p < 0,001$], mas

não entre a Classe 2 e a Classe 3 [$\chi^2(1) = 0,18$, $p = 0,668$]. Para o Ataque, o teste de verossimilhança geral indicou diferenças estatisticamente significativas entre as classes, $\Delta LL(4) = 454$, $p < 0,001$. Os testes de Wald indicaram diferenças significativas entre Classe 1 e Classe 2 [$\chi^2(1) = 25,10$, $p < 0,001$], Classe 1 e Classe 3 [$\chi^2(1) = 163,50$, $p < 0,001$], e Classe 2 e Classe 3 [$\chi^2(1) = 52,10$, $p < 0,001$].

Por fim, para os maus-tratos infantis, o teste de verossimilhança geral indicou diferenças significativas entre as classes para a negligência física [$\Delta LL(4) = 55,9$, $p < 0,001$]. Especificamente, observou-se diferenças entre a Classe 1 e a Classe 2 ($\chi^2(1) = 6,76$, $p < 0,01$), Classe 1 e Classe 3 ($\chi^2(1) = 15,04$, $p < 0,001$), e Classe 2 e Classe 3 ($\chi^2(1) = 8,00$, $p < 0,01$). Quanto a negligência emocional, também verificou-se diferenças entre os grupos [$\Delta LL(4) = 20,9$, $p < 0,001$]. As diferenças foram significativas entre as médias de todas as classes: Classe 1 e Classe 2 [$\chi^2(1) = 6,92$, $p < 0,01$], Classe 1 e Classe 3 [$\chi^2(1) = 18,85$, $p < 0,001$], e Classe 2 e Classe 3 [$\chi^2(1) = 8,42$, $p < 0,01$].

Quanto ao abuso sexual, os padrões também diferiram significativamente [$\Delta LL(4) = 58,4$, $p < 0,001$]. Os testes de Wald revelaram uma diferença significativa entre as médias das classes 1 e 3 ($\chi^2(1) = 13,91$, $p < 0,001$), e entre as classes 2 e 3 ($\chi^2(1) = 10,12$, $p < 0,01$), mas não entre as classes 1 e 2 ($\chi^2(1) = 1,96$, $p = 0,161$). O histórico de abuso físico foi diferente entre as classes latentes [$\Delta LL(4) = 26,1$, $p < 0,001$]. Os testes de Wald confirmaram diferenças estatisticamente significativas entre as classes 1 e 3 ($\chi^2(1) = 13,2$, $p < 0,001$), entre as classes 2 e 3 ($\chi^2(1) = 6,6$, $p = 0,01$), e entre as classes 1 e 2 ($\chi^2(1) = 5,5$, $p < 0,05$). Finalmente, para o abuso emocional também houve diferenças [$\Delta LL(4) = 31,1$, $p < 0,001$]. Os testes de Wald confirmaram essas diferenças, sendo significativas entre a classe 1 e a classe 2 ($\chi^2(1) = 12,1$, $p < 0,001$), entre a classe 1 e a classe 3 ($\chi^2(1) = 26,5$, $p < 0,001$), e entre a classe 2 e a classe 3 ($\chi^2(1) = 10,8$, $p = 0,001$).

Por fim, realizou-se uma regressão logística multinomial com as classes latentes definidas anteriormente poderiam ser previstas pelos fatores psicossociais de risco investigados, especificamente, as dimensões da escala de dificuldades em regulação emocional, os apegos caracterizados como inseguros, o ansioso e o evitativo, com as estratégias de resolução de conflitos destrutivas, o ataque e a evitação, e com cada forma de maus-tratos infantis.

Tabela 8

Diagnóstico de multicolineariedade dos fatores psicossociais de risco

Variáveis	Estatísticas de Colinearidade	
	VIF	Tolerância
Aceitação	1,968	0,508
Objetivos	1,834	0,545
Impulso	1,597	0,626
Estratégias	2,839	0,352
Clareza	1,414	0,707
Normas tradicionais de gênero	1,123	0,890
Apego ansioso	1,357	0,737
Apego evitativo	1,266	0,790
Evitação	1,508	0,663
Ataque	1,630	0,614
Negligência física	1,302	0,768
Negligência emocional	2,434	0,411
Abuso sexual	1,158	0,864
Abuso físico	1,529	0,654
Abuso emocional	2,628	0,380

Fonte: elaborada pela autora.

Inicialmente, empregou-se a regressão para cada construto individualmente, a fim de verificar a sua influência na predição das classes, descrito na tabela 9 como Odds Ratio (OR) não ajustado. Em seguida, a regressão foi realizada com todas as variáveis investigadas, resultando no modelo final, com as razões de chance (OR) ajustadas.

Tabela 9*Regressão logística multinomial*

Variáveis	Classe 1 (ref.) vs Classe 2					Classe 1 (ref.) vs Classe 3					Classe 2 (ref.) vs Classe 3				
	Z	OR		95% IC (OR ajustado)		Z	OR		95% IC (OR ajustado)		Z	OR		95% IC (OR ajustado)	
		Não Ajustado	Ajustado	Limite inferior	Limite superior		Não Ajustado	Ajustado	Limite inferior	Limite superior		Não Ajustado	Ajustado	Limite inferior	Limite superior
Aceitação	-1,312	0,87	0,89	0,75	1,05	-0,965	0,80	0,85	0,63	1,16	-0,2760	0,92	0,96	0,722	1,27825
Objetivos	-2,073	0,81*	0,81*	0,67	0,98	-0,117	0,96	0,97	0,67	1,42	0,9827	1,17	1,19	0,838	1,69964
Impulso	3,066	1,69***	1,38**	1,12	1,69	1,119	2,40***	1,23	0,85	1,77	-0,6760	1,14*	0,89	0,639	1,24361
Estratégias	-0,262	1,20	0,96	0,75	1,23	-1,676	1,01	0,66	0,41	1,07	-1,6442	0,84	0,68	0,442	1,07414
Clareza	1,797	1,34***	1,18	0,98	1,41	1,865	1,58***	1,37	0,98	1,91	0,9558	1,17	1,16	0,854	1,58140
Normas de gênero	-1,448	2,85	0,39	0,11	1,38	0,668	35,9***	2,05	0,24	16,9	1,6459	12,5***	5,20	0,730	37,16604
Apego ansioso	3,339	1,47***	1,24***	1,09	1,42	3,354	2,11***	1,52***	1,19	1,94	1,6863	1,43***	1,21	0,969	1,52760
Apego evitativo	2,930	1,72***	1,39**	1,11	1,75	1,638	2,10***	1,38	0,93	2,05	-0,0467	1,21	0,99	0,698	1,40802
Evitação	2,489	1,59***	1,36*	1,06	1,74	-0,243	1,15	0,94	0,59	1,48	-1,7139	0,72	0,69	0,455	1,05423
Ataque	7,171	4,59***	3,70***	2,59	5,30	9,170	21,22***	15,72***	8,72	28,3	5,5405	4,61***	4,24***	2,545	7,07552
NF	0,604	1,22	1,10	0,79	1,53	1,196	1,67*	1,39	0,80	2,41	0,9188	1,36	1,26	0,769	2,06905
NE	-0,347	0,96	0,95	0,72	1,25	-0,402	0,91	0,90	0,55	1,47	-0,2267	0,94	0,94	0,607	1,48629
AS	-0,363	1,04	0,95	0,76	1,20	0,859	1,38**	1,16	0,82	1,63	1,2451	1,32**	1,21	0,896	1,63569
AF	1,014	1,04	1,14	0,87	1,50	1,562	1,12	1,44	0,90	2,30	1,0680	1,07	1,26	0,824	1,93308
AE	0,351	1,18	1,04	0,82	1,31	0,570	1,39	1,13	0,73	1,73	0,4097	1,17	1,08	0,731	1,61316

Fonte: elaborada pela autora.

Nota: $< 0,05^*$; $< 0,01^{**}$; $< 0,001^{***}$; OR = Odds Ratio; IC = Intervalo de Confiança; NF = Negligencia física; NE = Negligencia emocional; AS=Abuso sexual; AF=abuso físico; AE=Abuso emocional.

O modelo foi estatisticamente significativo [$\chi^2(30) = 352, p < 0,001$; Nagelkerke $R^2 = 0,238$]. Quando comparada à Classe 1, o pertencimento à classe 2 foi significativamente predito pelas dimensões Objetivos e Impulso do construto de dificuldades em regulação emocional, sinalizando que a cada unidade adicional nesses fatores, diminui-se em 19% ($OR=0,19$) e aumenta-se em 38% ($OR=1,38$), respectivamente, a chance de pertencer à segunda classe. Quanto aos níveis de apego inseguro, o ansioso aumentou as chances em 24% ($OR=1,24$) e o evitativo, em 39% ($OR=1,39$). Em relação às estratégias de resolução de conflitos, o aumento em uma unidade na estratégia de evitação e a de ataque elevam as chances de pertencer à segunda classe em 36% ($OR=1,36$) e 270% ($OR=3,70$), respectivamente.

No que diz respeito à classe 3, somente o apego ansioso, aumentando em 52% ($OR=1,52$), e a estratégia de resolução de conflitos de ataque, aumentando em 1.472% ($OR = 15,72$), foram preditores significativos, quando comparada à classe 1. Tendo como referência a classe 2, somente a estratégia de ataque aumentou as chances de pertencimento à classe 3, apresentando uma razão de chances (OR) de 4,24. Destaca-se que antes de testar o modelo final, alguns construtos apresentaram estimativas significativas, indicando que pode haver interação entre as variáveis investigadas. A discussão dos resultados relatados está apresentada a seguir.

Discussão

A presente dissertação teve como objetivo geral explorar em que medida fatores psicossociais de risco para VPI, especificamente o apego inseguro ansioso e evitativo, as estratégias de resolução de conflito de evitação e de ataque, as normas tradicionais de gênero, as formas de maus-tratos infantis e as dimensões da desregulação emocional influenciam a ocorrência de padrões de violência entre parceiros íntimos. Para alcançar o objetivo supracitado, buscou-se identificar padrões de violência em relacionamentos íntimos por meio de indicadores de perpetração e de vitimização da violência psicológica, física e sexual e de danos físicos, bem como investigar a relação dos construtos com as diferentes formas de violência. Mediante os resultados apresentados, considera-se que os objetivos foram alcançados, permitindo discussões relevantes sobre a violência entre parceiros íntimos.

Inicialmente, cabe discutir as experiências de violência relatadas pelos participantes desta pesquisa. A prevalência de perpetração e de vitimização relativa à VPI psicológica é alarmante, abrangendo mais da metade da amostra. Ademais, a violência sexual destaca-se nesta pesquisa, pois se apresenta como mais prevalente do que a violência física no que se refere à perpetração por parte dos homens e à vitimização em ambos os gêneros. Esse achado diverge ligeiramente das prevalências identificadas em outros estudos, os quais identificam, no geral, a seguinte ordem de prevalência: VPI psicológica, física e sexual (Edwards et al., 2015; Longobardi & Badenes-Ribera, 2017; Vasconcelos et al., 2021; White et al., 2023).

No que se refere à proporção da perpetração e da vitimização relatada por homens e mulheres, observou-se semelhanças para a maioria das formas de VPI, o que pode ser um indicador de níveis altos de bidirecionalidade e da complexidade da VPI, indo ao encontro da literatura. Quanto à violência sexual, houve uma proporção maior de homens perpetradores, evidenciando as questões socioculturais associadas a essa forma de violência, conjuntura igualmente verificada por Razera et al. (2022). Ademais, como observado também por

Reichenheim et al. (2006) em um estudo brasileiro, apesar das semelhanças nas proporções das violências entre homens e mulheres, observou-se uma maior média de frequência de perpetração de VPI física e de danos contra o parceiro cometidos por homens, sinalizando a necessidade de um olhar aprofundado e atento às questões de gênero inerentes ao tema (Cunningham & L. Anderson, 2023; Fanslow et al., 2023).

Apesar de os dados descritivos apontarem similaridades nas prevalências supracitadas, destaca-se as limitações relacionadas ao instrumento utilizado, visto que esse não abrange aspectos relativos ao contexto e às motivações das violências cometidas, e ao recorte utilizado neste estudo (relacionamentos atuais e violências cometidas ou sofridas nos últimos 12 meses) (Babcock et al., 2019; Chan, 2011; Cunningham & L. Anderson, 2023; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012). Portanto, deve-se interpretar os dados apresentados com cautela.

Seguindo-se para o objetivo deste estudo e para o teste de hipóteses, serão discutidos a seguir os resultados das correlações. As três primeiras hipóteses tratavam das dificuldades em regulação emocional e da perpetração e vitimização em homens e mulheres. No geral, as correlações apresentaram magnitudes fracas. Esse padrão pode ser verificado em meta-análises recentes, nas quais os autores relatam tamanhos de efeito pequenos e sugerem que esse construto pode ser mais relevante quando avaliado em interação a outros fatores de risco (Maloney et al., 2023; Neilson et al., 2023).

Quanto a primeira hipótese, que discorria sobre relação entre a desregulação emocional e a frequência da perpetração na VPI em homens, obteve-se suporte parcial. A desregulação emocional apresentou associação significativa somente com a perpetração da violência física. Por meio de uma revisão de literatura, Neilson et al. (2023) observou um padrão semelhante em outros estudos, verificando relações entre a DE e a violência psicológica e a física, com achados mais consistentes em relação a essa última, corroborando

parcialmente os resultados apresentados aqui. Nesse sentido, cabe acrescentar que facetas específicas, relativas a impulsividade frente a emoções negativas (Impulso) e a dificuldades com clareza emocional (Clareza), também apresentaram relações com a violência psicológica.

Por fim, observou-se que a perpetração da violência sexual não se relacionou com as dificuldades em RE. Apesar de haver uma metanálise relatando essa associação na literatura, observa-se que há um número limitado de estudos sobre essa forma de VPI, dificultando, portanto, uma melhor compreensão do papel da DE nesse fenómeno (Maloney et al., 2023; Neilson et al., 2023). Ademais, observa-se que a violência sexual é a que apresenta relação mais instável entre todos os tipos de VPI quanto à desregulação emocional na literatura, o que pode indicar que ela seja mais influenciada por questões socioculturais, por exemplo, pelos padrões de socialização masculina e as desigualdades de gênero (Berke et al., 2019; Neilson et al., 2023).

Em relação as mulheres, as hipóteses 2 e 3 foram confirmadas. Dessa forma, evidencia-se que as dificuldades em regulação emocional influenciam na perpetração da violência física e psicológica, mas não na sexual, conforme esperado com base na literatura (Neilson et al., 2023; Spencer, Keilholtz, et al., 2022). No que se refere a vitimização, era esperado que a desregulação emocional se relacionasse com todas as formas de violência entre parceiros íntimos, o que foi corroborado. Com efeito, déficits em habilidades de regulação emocional estão associados a uma série de comportamentos que podem colocar o indivíduo em risco, incluindo o enajamento em relacionamentos abusivos, comportamentos que são utilizados como estratégia para reduzir ou evitar emoções negativas e intensas (Weiss et al., 2015).

Em relação as hipóteses 4 e 5, relativas ao endosso a normas tradicionais de gênero, esperava-se que esse construto se correlacionasse positivamente com a perpetração de todas

as formas VPI em homens (H4) e com a vitimização em mulheres (H5). Para os homens, de fato, verificou-se associações significativas com o cometimento da violência psicológica e da sexual, conforme o esperado com base na literatura (Gilbert et al., 2022; Krivoshchekov et al., 2023; Willie et al., 2022), mas não com a VPI física. É possível que esse achado esteja relacionado aos tipos de normas não equitativas de gênero investigadas nesta pesquisa. Resultados de um estudo anterior sugerem que domínios específicos de atitudes frente as normas de gênero podem impactar de maneira diferencial os diferentes padrões de violência perpetrados por homens (Willie et al., 2022).

Quanto às mulheres, esse fator se correlacionou positivamente com a vitimização por todas as formas de violência (H5). Esses resultados sinalizam que a adesão a normas desiguais de gênero apresenta uma relação significativa com a presença de violência em relações íntimas. A literatura evidencia que papéis de gênero tradicionais, que reforçam desigualdades entre homens e mulheres, estão associados a normalização e aceitação de violências e a presença de comportamento agressivos em relações íntimas (Badenes-Sastre et al., 2024; Gilbert et al., 2022; Krivoshchekov et al., 2023; Willie et al., 2022).

Quanto aos níveis de apego inseguro ansioso, foi hipotetizado que estaria associado positivamente a perpetração (H6) e a vitimização (H7) por diferentes formas de violência tanto em homens como em mulheres. A hipótese 6 foi corroborada, conforme esperado para ambos os gêneros. Entretanto, a hipótese 7 foi apenas parcialmente acatada. Enquanto para as mulheres o apego ansioso se correlacionou com todas as maneiras de vitimização, para os homens não foi observada associação significativa para violência sexual. Apesar desse resultado ser divergente do esperado, os achados, no geral, condizem com dados de pesquisas anteriores, as quais ressaltam o apego ansioso como um fator relevante na compreensão de relacionamentos interpessoais e da violência entre parceiros íntimos (Keilholtz et al., 2023; Spencer, Keilholtz, et al., 2021; Stefania et al., 2023; Velotti et al., 2022). Ademais, cabe

citar que investigações relacionadas à vitimização de homens e de possíveis fatores de riscos associados ainda é muito incipiente, o que dificulta a comparação dos resultados encontrados (Keilholtz et al., 2023; Spencer et al., 2019).

Em relação à dimensão evitativa (H8 e H9), os resultados não foram inteiramente na direção esperada. Apesar de estimado que haveria correlações significativas e positivas para ambos os gêneros nas diferentes formas de VPI, é possível observar resultados contrastantes na literatura sobre esse fato, especialmente no que se refere aos homens, devido à escassez de estudos, como mencionado anteriormente (Spencer et al., 2019; Velotti et al., 2022).

Ademais, um estudo realizado por Stefania et al. (2023) aponta que a relação entre o apego evitativo e VPI tende a ser mais forte quando os participantes apresentam fatores de risco clínicos ou socioeconômicos, sugerindo a possibilidade de uma interação entre esses aspectos. Nesse viés, é possível que a magnitude e a significância observadas tenham sido reduzidas em função das características da presente amostra.

No que se refere à estratégia de resolução de conflitos, tratando-se do Ataque, os resultados foram quase inteiramente como hipotetizado. Esperava-se que essa dimensão se correlacionaria positivamente com a frequência da perpetração e da vitimização para todas as formas de violência em ambos os gêneros (H10 e H11). Os achados foram significativos, indo ao encontro da literatura (Bonache et al., 2017, 2019; Fortin et al., 2022), exceto para a vitimização por violência sexual para homens. Nesse aspecto, devido à escassez de estudos sobre a vitimização por violência sexual em homens, torna-se difícil tecer conclusões sobre tais dados (Scott-Storey et al., 2023). Entretanto, compreende-se que a vitimização por essa forma de violência é significativamente distinta entre os gêneros. É possível, por exemplo, que a violência sexual envolva formas menos coativas e mais sutis em homens comparado às mulheres, e que esses tenham maior dificuldade de reconhecer a vitimização, tendo em vista os papéis de gênero relacionados à sexualidade e à masculinidade (Scott-Storey et al.,

2023). Desse modo, etiologias diferentes podem estar envolvidas para cada um dos gêneros, havendo a necessidade de mais investigação sobre o tema.

Por último, as hipóteses 12 e 13, relacionadas aos maus-tratos infantis, foram parcialmente corroboradas. Em relação à perpetração, observou-se mais associações significativas entre as diferentes formas de experiências adversas na infância e a VPI para as mulheres, mas todas com magnitudes fracas. Para os homens, o abuso físico e a negligência emocional não se correlacionaram com nenhuma forma de violência. Esse resultado é inesperado, especialmente no que se refere ao primeiro, tendo em vista a ampla literatura apontando associações significativas e o papel da aprendizagem social na manifestação de comportamentos agressivos (Li et al., 2020; Smith-Marek et al., 2015; Spencer, Stith, et al., 2022).

Já em relação à vitimização, observou-se também relações diferenciais para os homens quanto a cada forma de VPI, enquanto para as mulheres, somente a violência sexual não se correlacionou com a maior parte dos maus-tratos e a violência física não se relacionou com o abuso físico. Apesar de tais resultados não confirmarem inteiramente as hipóteses, cabe destacar que a relação entre a VPI e os maus-tratos na infância apresenta, no geral, magnitude fracas na literatura, um indicador de que variáveis mais proximais podem desempenhar um papel mais relevante (Li et al., 2019, 2020; Smith-Marek et al., 2015).

Em relação aos padrões de violência, parte fundamental desta dissertação, obteve-se uma solução de três classes que evidencia principalmente a bidirecionalidade e a gravidade por meio da co-ocorrência entre os tipos de violência. A primeira classe (Baixa/nenhuma violência) foi caracterizada pela baixa probabilidade de endosso a todas as formas de violência, enquanto a segunda e a terceira classe foram caracterizadas pela alta probabilidade de presença de pelo menos uma forma de violência. Especificamente, a segunda classe (Violência psicológica bidirecional) apresentou alta probabilidade de endosso à perpetração

da violência psicológica e à vitimização por essa, mas baixa probabilidade quanto às outras formas de violência. A terceira e menor classe, denominada de Violência bidirecional moderada/alta, foi caracterizada por probabilidades mais elevadas de endosso a todas as formas de violência.

Em estudos anteriores que investigam padrões de violência por meio de abordagens semelhantes, observa-se variações de três (Reyes et al., 2017) a cinco classes (Goncy et al., 2017). No geral, a solução encontrada neste estudo foi observada em outras pesquisas, as quais também identificaram pelo menos três classes caracterizadas, respectivamente, por baixa ou nenhuma violência, violência psicológica bidirecional e múltiplas formas de violência bidirecional (Grest et al., 2018; Haynie et al., 2013; Portnoy et al., 2024; Reyes et al., 2017). Destaca-se, ainda, que parte desses estudos também não verificaram diferenças entre os gêneros, conforme replicado nas análises relatadas (Grest et al., 2018; Portnoy et al., 2024). Em contrapartida, pesquisas nas quais mais classes foram identificadas, além dos três padrões tipicamente encontrados, observa-se especificidades relativas à violência unidirecional, à violência sexual e ao gênero, como é o caso das soluções encontradas por Haynie et al. (2013) e por Goncy et al. (2017).

Diante disso, cabe salientar alguns pontos que podem ter influenciado tais resultados. Primeiramente, a amostra utilizada foi majoritariamente composta por mulheres, o que pode ter dificultado a identificação de diferenças entre os gêneros. Ademais, a maior parte dos participantes estavam cursando o ensino superior ou o já haviam finalizado, se identificou como branca, relatou estar namorando e indicou não ter filhos. Além disso, foram consideradas somente pessoas que estavam em um relacionamento atual e os últimos 12 meses vivenciados. Tais características, relacionadas a aspectos sociodemográficos e à relação íntima, podem ter influenciado significativamente o recorte de violência entre parceiros íntimos observado no presente estudo.

Nesse sentido, considerando os apontamentos supracitados e as características das classes encontradas, observa-se semelhanças entre os padrões e as experiências de violência descritos com o que o Johnson (2006) caracterizou como violência situacional, a qual é marcada pela bidirecionalidade e é provavelmente resultante de conflitos situacionais que escalam para comportamentos agressivos. Essa hipótese torna-se mais forte ao se considerar os resultados das variáveis antecedentes na predição das classes, os quais serão discutidos a seguir.

Inicialmente, realizou-se análises preliminares buscando verificar se as classes diferiam entre si quanto aos níveis de cada um dos construtos em foco. Os resultados sinalizaram que houve diferenças significativas nas médias em todas as variáveis de interesse entre os padrões. Algumas especificidades foram observadas em relação às diferenças entre cada classe. As médias no apego evitativo e na estratégia de resolução de conflito de evitação, por exemplo, não diferiram entre a classe “Violência psicológica bidirecional” e a “Violência bidirecional moderada/alta”, podendo indicar que tais variáveis podem diferenciar padrões violentos daqueles em que não há ou há baixos níveis de violência, mas não diferentes níveis de violência em relacionamentos abusivos. Já em relação ao endosso a normas tradicionais de gênero e ao abuso sexual na infância, a ausência de diferenças significativas entre as classes “Baixa/nenhuma violência” e “Violência psicológica bidirecional” pode sinalizar que esses construtos estão mais associados a padrões de violência mais graves.

Considerando tais achados, prosseguiu-se para a última etapa, na qual foi possível observar em que medida os fatores psicossociais de risco para VPI influenciam o pertencimento a diferentes padrões latentes de violência. Em suma, o modelo final da regressão logística evidenciou que os fatores mais relevantes na predição das classes foram os proximais, especialmente no que se refere a estratégia de resolução de conflito de ataque.

Essa variável se mostrou influente, aumentando as chances de pertencer a uma das classes caracterizadas pela violência (2 e 3), em comparação à classe com baixa ou nenhuma violência. Ademais, a estratégia de ataque foi o único construto significativo na comparação entre a classe 2 e 3, aumentando significativamente a chance de pertencer a essa última. Esses resultados estão de acordo com os achados de outras pesquisas, os quais ressaltam o papel de estratégias de ataque e de engajamento na predição da perpetração de violência e da vitimização em relacionamentos íntimos (Bonache et al., 2016, 2017, 2019; Fortin et al., 2022).

Já a estratégia de resolução de conflitos de evitação se relacionou somente ao aumento de chances de pertencer a classe 2 em relação à 1, indicando ter um papel mais relevante no que se refere a especificamente à violência psicológica, do que a padrões mais complexos de violência. Quanto a isso, observa-se alguns resultados divergentes na literatura. Enquanto Bonache et al. (2016) encontrou relações significativas entre o uso de estratégias de evitação e a perpetração de violência e a vitimização em relações íntimas, utilizando uma medida global de VPI física e psicológica, Fortin et al. (2022) não identificou associações significativas entre esse padrão de resolução e a perpetração de VPI física. Apesar de tais resultados divergirem em algum nível, não contrapõem os dados aqui encontrados. Acrescenta-se à discussão ainda o estudo de Bonache et al. (Bonache et al., 2017), no qual observou-se relações significativas entre a evitação e a vitimização por violência psicológica.

Esses dados reforçam a hipótese de que a amostra e as classes representam principalmente pessoas em relações íntimas com níveis de violência característicos da violência situacional, muitas vezes resultante de conflitos e da falta de manejo desses (M. P. Johnson, 2006). Com efeito, estudos sugerem que a percepção de que o parceiro está utilizando estratégias destrutivas como o ataque e o engajamento está relacionada ao uso dessas mesmas estratégias pelo próprio indivíduo (Bonache et al., 2019), e que essa

conjuntura aumenta significativamente o risco de perpetrar violência física (Fortin et al., 2022).

Outro fator que influenciou significativamente o pertencimento às classes dois e três, ou seja, aos padrões mais prováveis de endossar indicadores de violência psicológica e múltiplas formas, respectivamente, foram os níveis de apego inseguro, especialmente o ansioso. De fato, a relação entre o apego ansioso e a violência, tanto perpetrada como vitimizada, em relações íntimas é bastante consistente na literatura (Stefania et al., 2023; Velotti et al., 2022). Pessoas com níveis elevados de orientação ansiosa em relação ao apego apresentam preocupações excessivas com o abandono, demanda excessiva por proximidade atenção e suporte, e o uso de estratégias chamadas de hiperativação, caracterizadas por aumentar o peso de situações estressantes (Mikulincer & Shaver, 2016; Simpson & Karantzas, 2019). Tais características contribuem para uma série de dificuldades interpessoais e para o desenvolvimento de conflitos em relações íntimas, ao mesmo tempo em que dificultam o manejo dos mesmos e de outras situações estressantes, podendo resultar em maior risco de sofrer violências e de cometê-las (Bonache et al., 2019; Mikulincer & Shaver, 2016).

Quanto ao apego evitativo, observou-se que ele aumentou significativamente as chances de pertencer à classe relacionada principalmente à violência psicológica, mas não à classe com múltiplas violências. Diferentes meta-análises corroboram a associação desse construto com a violência (Spencer, Keilholtz, et al., 2021; Stefania et al., 2023; Velotti et al., 2022). Em oposição ao apego ansioso, níveis altos de evitação são marcados pela necessidade de distanciamento em relações íntimas e pelo uso de estratégias de desativação, como a supressão de emoções (Mikulincer & Shaver, 2016; Simpson & Karantzas, 2019). Essa tendência ao distanciamento emocional pode contribuir para o envolvimento em relações problemáticas, bem como para a manutenção delas, devido à supressão emocional e à busca

por suporte reduzida (Stefania et al., 2023). Ademais, é possível que a violência possa ser usada como estratégia para manter esse distanciamento e evitar tentativas de proximidade dos parceiros íntimos (Mayseless, 1991).

Por fim, em relação às dificuldades em regulação emocional, somente a dimensão da impulsividade (Impulso) caracterizou-se como fator de risco para a classe 2, em relação à classe de baixa ou nenhuma violência. Condizente com resultados de outros estudos, as dificuldades com controle de impulsos está entre um dos fatores mais consistentes da desregulação emocional na associação à violência entre parceiros íntimos (Neilson et al., 2023). Essa dimensão diz respeito à dificuldade de controlar o próprio comportamento diante de emoções negativas (Gratz & Roemer, 2004). Essa relação pode ser explicada em função de um comprometimento nos mecanismos de inibição comportamental, dificultando que o indivíduo consiga conter impulsos agressivos frente a determinadas situações (Neilson et al., 2023). Observou-se que a dimensão Objetivos (dificuldade de manter-se focado em um objetivo diante de emoções negativas) foi um preditor na direção oposta ao esperado, atuando como fator de proteção para mesma classe, porém destaca-se que essa relação foi marginalmente significativa.

Surpreendentemente, as normas tradicionais de gênero não exerceram influência significativa no modelo. É importante destacar que, no modelo não ajustado, elas apresentaram estimativas de OR de magnitude alta e significativa. Nesse sentido, considerando-se tratar de um fator de risco mais distal, é possível que ele seja moderado por outros fatores de risco mais proximais, como as dificuldades em regulação emocional (Conzemius et al., 2021). Ademais, Rogers et al. (2020) observou que a maior adesão a normas rígidas e tradicionais de gênero estavam associadas ao uso de mais estratégias de resolução de conflitos coercitivas em adolescentes do sexo masculino, o que sinaliza que essas também pode desempenhar um papel mediador.

De forma semelhante, nenhuma forma de maus-tratos infantis exerceu influência no pertencimento às classes no modelo final. No entanto, nos modelos unitários, o abuso sexual e a negligência física exerceram alguma influência, perdendo o efeito com o modelo final. Isso pode ter ocorrido também em função de relações de mediação e moderação com outros fatores de risco investigados, uma vez que os maus-tratos infantis, apesar de significativos, não desempenham um papel necessário ou suficiente para o cometimento de agressões ou vitimização no âmbito de relações íntimas (Li et al., 2019, 2020; Smith-Marek et al., 2015).

Considerações finais

Diante do exposto, evidencia-se que a violência entre parceiros íntimos é um fenômeno complexo, que exige o uso de conceituações e análises que abranjam tal complexidade. Nesta dissertação, buscou-se acrescentar à literatura por meio da investigação de padrões de violência e de fatores de risco psicossociais capazes de predizê-los. Embora acredite-se que os objetivos tenham sido alcançados, é necessário reconhecer algumas limitações.

É importante destacar que a abordagem utilizada para explorar em que medida fatores psicossociais de risco para VPI prediziam os padrões de violência em relações íntimas identificados apresenta limitações. A técnica de classificar por meio da análise de classes latentes e em seguida utilizar essa classificação em análises subsequentes não considera os erros de classificação, uma vez que as classes foram utilizadas como variáveis observáveis (Nylund-Gibson et al., 2019). Essa simplificação pode comprometer a precisão das estimativas dos efeitos sobre variáveis desfecho, uma vez que ignora a incerteza envolvida na atribuição dos indivíduos às classes (Nylund-Gibson et al., 2019). Diante disso, enfatiza-se que a presente pesquisa teve caráter exploratório e, portanto, é necessário interpretar os resultados apresentados considerando suas limitações. Recomenda-se, em pesquisas futuras, investigar os preditores por meio de métodos mais atuais e estatisticamente recomendáveis (ver Nylund-Gibson et al., 2019).

Outra limitação identificada refere-se aos aspectos sociodemográficos da amostra. Como já mencionado, os participantes foram, em sua maioria, pessoas que se identificaram como mulheres, heterossexuais, estudantes de ensino superior ou já formados, que estavam namorando e que não possuíam filhos. Dessa forma, compreende-se que os achados relatados devem ser interpretados sob a luz desse recorte. Em estudos posteriores, sugere-se que sejam

utilizadas estratégias de amostragem capazes de alcançar maior variabilidade quanto a tais características.

Além disso, acerca do instrumento utilizado para mensurar a violência entre parceiros íntimos, além das limitações já mencionadas nas seções teóricas, é relevante apontar que apesar de ser amplamente utilizada, trata-se de uma escala longa e que foi desenvolvida na década de 90. Diante disso, recomenda-se que próximas investigações utilizem instrumentos capazes de abranger formas mais atuais de VPI, como o *stalking* e o *cyberstalking*.

Ainda que tais limitações tenham feito parte desta dissertação, julga-se que os resultados encontrados sejam relevantes para a compreensão da violência entre parceiros íntimos e tenham a capacidade de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de intervenções capazes de prevenir e reduzir a violência entre parceiros íntimos.

Referências

- Ainsworth, M. S. (1979). Infant–mother attachment. *American Psychologist*, 34(10), 932–937. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.34.10.932>
- Aldao, A., Nolen-Hoeksema, S., & Schweizer, S. (2010). Emotion-regulation strategies across psychopathology: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review*, 30(2), 217–237. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2009.11.004>
- Ali, P. A., & Naylor, P. B. (2013a). Intimate partner violence: A narrative review of the biological and psychological explanations for its causation. *Aggression and Violent Behavior*, 18(3), 373–382. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2013.01.003>
- Ali, P. A., & Naylor, P. B. (2013b). Intimate partner violence: A narrative review of the feminist, social and ecological explanations for its causation. *Aggression and Violent Behavior*, 18(6), 611–619. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2013.07.009>
- Anderson, K. L. (2005). Theorizing Gender in Intimate Partner Violence Research. *Sex Roles*, 52(11), 853–865. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-4204-x>
- Babcock, J. C., Snead, A. L., Bennett, V. E., & Armenti, N. A. (2019). Distinguishing Subtypes of Mutual Violence in the Context of Self-Defense: Classifying Types of Partner Violent Couples Using a Modified Conflict Tactics Scale. *Journal of Family Violence*, 34(7), 687–696. <https://doi.org/10.1007/s10896-018-0012-2>
- Badenes-Sastre, M., Spencer, C. M., Alonso-Ferres, M., Lorente, M., & Expósito, F. (2024). How severity of intimate partner violence is perceived and related to attitudinal variables? A systematic review and meta-analysis. *Aggression and Violent Behavior*, 76, 101925. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2024.101925>
- Baker, N. L., Buick, J. D., Kim, S. R., Moniz, S., & Nava, K. L. (2013). Lessons from Examining Same-Sex Intimate Partner Violence. *Sex Roles*, 69(3), 182–192. <https://doi.org/10.1007/s11199-012-0218-3>

- Bandura, A. (1978). Social Learning Theory of Aggression. *Journal of Communication*, 28(3), 12–29. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1978.tb01621.x>
- Barros, I. C., Sani, A., & Santos, L. (2019). Gender and Same-Sex Intimate Partner Violence: A Systematic Literature Review. *Temas Em Psicologia*, 27(1), 127–139. <https://doi.org/10.9788/TP2019.1-10>
- Bartholomew, K., Cobb, R. J., & Dutton, D. G. (2015). Established and emerging perspectives on violence in intimate relationships. Em *APA handbook of personality and social psychology, Volume 3: Interpersonal relations* (p. 605–630). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14344-022>
- Becker, P., Kafonek, K., & Manzer, J. L. (2022). Feminist Perspectives of Intimate Partner Violence and Abuse (IPV/A). Em R. Geffner, J. W. White, L. K. Hamberger, A. Rosenbaum, V. Vaughan-Eden, & V. I. Vieth (Orgs.), *Handbook of Interpersonal Violence and Abuse Across the Lifespan: A project of the National Partnership to End Interpersonal Violence Across the Lifespan (NPEIV)* (p. 2327–2352). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-89999-2_155
- Bell, K. M., & Naugle, A. E. (2008). Intimate partner violence theoretical considerations: Moving towards a contextual framework. *Clinical Psychology Review*, 28(7), 1096–1107. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2008.03.003>
- Berke, D. S., Reidy, D. E., Gentile, B., & Zeichner, A. (2019). Masculine Discrepancy Stress, Emotion-Regulation Difficulties, and Intimate Partner Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(6), 1163–1182. <https://doi.org/10.1177/0886260516650967>
- Bernstein, D. P., Stein, J. A., Newcomb, M. D., Walker, E., Pogge, D., Ahluvalia, T., Stokes, J., Handelsman, L., Medrano, M., Desmond, D., & Zule, W. (2003). Development and

- validation of a brief screening version of the Childhood Trauma Questionnaire. *Child Abuse & Neglect*, 27(2), 169–190. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(02\)00541-0](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(02)00541-0)
- Birditt, K. S., Brown, E., Orbuch, T. L., & McIlvane, J. M. (2010). Marital Conflict Behaviors and Implications for Divorce Over 16 Years. *Journal of Marriage and Family*, 72(5), 1188–1204. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00758.x>
- Bjureberg, J., Ljótsson, B., Tull, M. T., Hedman, E., Sahlin, H., Lundh, L.-G., Bjärehed, J., DiLillo, D., Messman-Moore, T., Gumpert, C. H., & Gratz, K. L. (2016). Development and Validation of a Brief Version of the Difficulties in Emotion Regulation Scale: The DERS-16. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 38(2), 284–296. <https://doi.org/10.1007/s10862-015-9514-x>
- Bolck, A., Croon, M., & Hagenaars, J. (2004). Estimating Latent Structure Models with Categorical Variables: One-Step Versus Three-Step Estimators. *Political Analysis*, 12(1), 3–27. <https://doi.org/10.1093/pan/mp001>
- Bonache, H., Gonzalez-Mendez, R., & Krahé, B. (2017). Romantic Attachment, Conflict Resolution Styles, and Teen Dating Violence Victimization. *Journal of Youth and Adolescence*, 46(9), 1905–1917. <https://doi.org/10.1007/s10964-017-0635-2>
- Bonache, H., Gonzalez-Mendez, R., & Krahé, B. (2019). Adult Attachment Styles, Destructive Conflict Resolution, and the Experience of Intimate Partner Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(2), 287–309. <https://doi.org/10.1177/0886260516640776>
- Bonache, H., Ramírez-Santana, G., & Gonzalez-Mendez, R. (2016). Conflict resolution styles and teen dating violence. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 16(3), 276–286. <https://doi.org/10.1016/j.ijchp.2016.03.003>
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss. Vol. 1: Attachment* (2. ed). Basic Books.

- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss. Vol. 2: Separation: Anxiety and anger* (Reprint). Basic Books.
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss. Vol. 3: Loss: sadness and depression* (Vol. 3). Basic Books.
- Breiding, M. J., Basile, K. C., Smith, S. G., Black, M. C., & Mahendra, R. (2015). *Intimate Partner Violence Surveillance: Uniform Definitions and Recommended Data Elements, Version 2.0*. National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32(7), 513–531. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.32.7.513>
- Brown, C. (2008). Gender-Role Implications on Same-Sex Intimate Partner Abuse. *Journal of Family Violence*, 23(6), 457–462. <https://doi.org/10.1007/s10896-008-9172-9>
- Buss, D. M., & Duntley, J. D. (2011). The evolution of intimate partner violence. *Aggression and Violent Behavior*, 16(5), 411–419. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.04.015>
- Campbell, J. K., Joseph, A.-L. C., Rothman, E. F., & Valera, E. M. (2022). The Prevalence of Brain Injury Among Survivors and Perpetrators of Intimate Partner Violence and the Prevalence of Violence Victimization and Perpetration Among People With Brain Injury: A Scoping Review. *Current Epidemiology Reports*, 9(4), 290–315. <https://doi.org/10.1007/s40471-022-00302-y>
- Capaldi, D. M., Knoble, N. B., Shortt, J. W., & Kim, H. K. (2012). A Systematic Review of Risk Factors for Intimate Partner Violence. *Partner abuse*, 3(2), 231–280. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.231>
- Capaldi, D. M., Low, S., Tiberio, S. S., & Shortt, J. W. (2022). Intimate Partner Violence Across the Lifespan: Dyadic Theory and Risk and Protective Factors. Em R. Geffner, J. W. White, L. K. Hamberger, A. Rosenbaum, V. Vaughan-Eden, & V. I. Vieth

- (Orgs.), *Handbook of Interpersonal Violence and Abuse Across the Lifespan: A project of the National Partnership to End Interpersonal Violence Across the Lifespan (NPEIV)* (p. 2419–2443). Springer International Publishing.
https://doi.org/10.1007/978-3-319-89999-2_151
- Capinha, M., Rijo, D., Pereira, M., & Matos, M. (2022). The Prevalence, Directionality, and Dyadic Perpetration Types of Intimate Partner Violence in a Community Sample in Portugal: A Gender-Inclusive Inquiry. *European Journal on Criminal Policy and Research*. <https://doi.org/10.1007/s10610-022-09514-w>
- Carr, A., Duff, H., & Craddock, F. (2020). A Systematic Review of the Outcome of Child Abuse in Long-Term Care. *Trauma, Violence, & Abuse*, 21(4), 660–677.
<https://doi.org/10.1177/1524838018789154>
- Chan, K. L. (2011). Gender differences in self-reports of intimate partner violence: A review. *Aggression and Violent Behavior*, 16(2), 167–175.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.02.008>
- Chen, J., Walters, M. L., Gilbert, L. K., & Patel, N. (2020). Sexual violence, stalking, and intimate partner violence by sexual orientation, United States. *Psychology of Violence*, 10(1), 110–119. <https://doi.org/10.1037/vio0000252>
- Chester, D. S., & DeWall, C. N. (2018). The roots of intimate partner violence. *Current Opinion in Psychology*, 19, 55–59. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2017.04.009>
- Clare, C. A., Velasquez, G., Mujica Martorell, G. M., Fernandez, D., Dinh, J., & Montague, A. (2021). Risk factors for male perpetration of intimate partner violence: A review. *Aggression and Violent Behavior*, 56, 101532.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2020.101532>
- Conceição, T. B., Bolsoni, C. C., Lindner, S. R., & Coelho, E. B. S. (2018). Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil.

- Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 3597–3607. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.23902016>
- Conroy, N. E., Crowley, C. G., & DeSanto, D. L. (2022). Assessing the State of Empirical Research on Johnson's Typology of Violence: A Systematic Review. *Journal of Family Violence*. <https://doi.org/10.1007/s10896-022-00416-3>
- Conzemius, D. J., Brem, M. J., Wettersten, K. B., & Stuart, G. L. (2021). Traditional Gender Roles and Emotion Dysregulation as Risk Factors for Intimate Partner Violence Perpetration Among College Men. *Partner Abuse*. <https://doi.org/10.1891/PA-2020-0033>
- Courtenay, W. H. (2000). Constructions of masculinity and their influence on men's well-being: A theory of gender and health. *Social Science & Medicine*, 50(10), 1385–1401. [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(99\)00390-1](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(99)00390-1)
- Cunningham, M., & L. Anderson, K. (2023). Women Experience More Intimate Partner Violence than Men over the Life Course: Evidence for Gender Asymmetry at all Ages in a National Sample. *Sex Roles*. <https://doi.org/10.1007/s11199-023-01423-4>
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violência: Um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1163–1178. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>
- de Coster, S., & Heimer, K. (2021). Unifying theory and research on intimate partner violence: A feminist perspective. *Feminist Criminology*, 16(3), 286–303. <https://doi.org/10.1177/1557085120987615>
- De La Rue, L., Polanin, J. R., Espelage, D. L., & Pigott, T. D. (2014). School-Based Interventions to Reduce Dating and Sexual Violence: A Systematic Review. *Campbell Systematic Reviews*, 10(1), 1–110. <https://doi.org/10.4073/csr.2014.7>

- Delatorre, M. Z., & Wagner, A. (2015). Conflict resolution strategies for couples: Validity evidences for the CRBQ. *Revista Avaliação Psicológica, 14*(2), 233–242.
<https://doi.org/10.15689/ap.2015.1402.08>
- Delatorre, M. Z., & Wagner, A. (2018). Marital Conflict Management of Married Men and Women. *Psico-USF, 23*, 229–240. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230204>
- Deutsch, M. (1969). Conflicts: Productive and Destructive*. *Journal of Social Issues, 25*(1), 7–42. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1969.tb02576.x>
- Díaz-Faes, D. A., & Widom, C. S. (2024). From childhood maltreatment to intimate partner violence perpetration: A prospective longitudinal examination of the roles of executive functioning and self-esteem. *Journal of Psychiatric Research, 173*, 271–280. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2024.03.015>
- Dixon, L., & Graham-Kevan, N. (2011). Understanding the nature and etiology of intimate partner violence and implications for practice and policy. *Clinical Psychology Review, 31*(7), 1145–1155. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2011.070.001>
- Dobash, R. E., & Dobash, R. (1979). *Violence against wives: A case against the patriarchy*. Free Press.
- Doumas, D. M., Pearson, C. L., Elgin, J. E., & McKinley, L. L. (2008). Adult Attachment as a Risk Factor for Intimate Partner Violence: The “Mispairing” of Partners’ Attachment Styles. *Journal of Interpersonal Violence, 23*(5), 616–634.
<https://doi.org/10.1177/0886260507313526>
- Drescher, J. (2015a). Out of DSM: Depathologizing Homosexuality. *Behavioral Sciences, 5*(4), Artigo 4. <https://doi.org/10.3390/bs5040565>
- Drescher, J. (2015b). Queer diagnoses revisited: The past and future of homosexuality and gender diagnoses in DSM and ICD. *International Review of Psychiatry, 27*(5), 386–395. <https://doi.org/10.3109/09540261.2015.1053847>

- Duke, A. A., Bègue, L., Bell, R., & Eisenlohr-Moul, T. (2013). Revisiting the serotonin–aggression relation in humans: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 139(5), 1148–1172. <https://doi.org/10.1037/a0031544>
- Dutton, D. G. (1985). An ecologically nested theory of male violence toward intimates. *International Journal of Women's Studies*, 8(4), 404–413.
- Edwards, K., Sylaska, K., & Neal, A. (2015). Intimate Partner Violence Among Sexual Minority Populations: A Critical Review of the Literature and Agenda for Future Research. *Psychology of Violence*, 5, 112–121. <https://doi.org/10.1037/a0038656>
- Esquivel-Santoveña, E. E., Rodríguez-Hernández, R., Gutiérrez-Vega, M., Castillo-Viveros, N., & López-Orozco, F. (2021). Psychological Aggression, Attitudes About Violence, Violent Socialization, and Dominance in Dating Relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(15–16), NP8373–NP8394. <https://doi.org/10.1177/0886260519842856>
- Fanslow, J. L., Mellar, B. M., Gulliver, P. J., & McIntosh, T. K. D. (2023). Evidence of Gender Asymmetry in Intimate Partner Violence Experience at the Population-Level. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626052311636. <https://doi.org/10.1177/08862605231163646>
- Fernet, M., Hébert, M., & Paradis, A. (2016). Conflict resolution patterns and violence perpetration in adolescent couples: A gender-sensitive mixed-methods approach. *Journal of Adolescence*, 49, 51–59. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2016.02.004>
- Fincham, F. D. (2003). Marital Conflict: Correlates, Structure, and Context. *Current Directions in Psychological Science*, 12(1), 23–27. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.01215>

- Finkel, E. J. (2014). The I3 Model. Em J. M. Olson & M. P. Zanna (Orgs.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 49, p. 1–104). Academic Press.
<https://doi.org/10.1016/B978-0-12-800052-6.00001-9>
- Fleming, P. J., & Agnew-Brune, C. (2015). Current trends in the study of gender norms and health behaviors. *Current Opinion in Psychology*, 5, 72–77.
<https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.050.001>
- Fleming, P. J., McCleary-Sills, J., Morton, M., Levto, R., Heilman, B., & Barker, G. (2015). Risk Factors for Men's Lifetime Perpetration of Physical Violence against Intimate Partners: Results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES) in Eight Countries. *PLOS ONE*, 10(3), e0118639.
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0118639>
- Fonsêca, P., Bianca, N., Couto, R., Santos, J., & Pessoa, V. (2021). Conflict Resolution Behavior Questionnaire: New Evidences of Validity. *Psico-USF*, 26, 483–493.
<https://doi.org/10.1590/1413-82712021260307>
- Fortin, A., Paradis, A., Hébert, M., & Lapierre, A. (2022). The Interplay of Perceptions and Conflict Behaviors during Disagreements: A Daily Study of Physical Teen Dating Violence Perpetration. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(17–18), NP16453–NP16475. <https://doi.org/10.1177/08862605211021983>
- Forum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>
- Fraley, R. C., Hudson, N. W., Heffernan, M. E., & Segal, N. (2015). Are adult attachment styles categorical or dimensional? A taxometric analysis of general and relationship-specific attachment orientations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 109(2), 354–368. <https://doi.org/10.1037/pspp0000027>

- Franz, M. R., Smethurst, M., Barry, R. A., Cole, H. E., & Taft, C. T. (2023). Women's Disengagement Behaviors During Couple Conflict: Investigating Risk Indicators of Intimate Partner Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 38(15–16), 9239–9263. <https://doi.org/10.1177/08862605231163644>
- Fulu, E., Miedema, S., Roselli, T., McCook, S., Chan, K. L., Haardörfer, R., Jewkes, R., Fulu, E., Jewkes, R., Warner, X., Miedema, S., Roselli, T., Lang, J., Naved, R. T., Huque, H., Farah, S., Shuvra, M. M. R., Erken, A., Xiangxian, W., ... Johnson, S. (2017). Pathways between childhood trauma, intimate partner violence, and harsh parenting: Findings from the UN Multi-country Study on Men and Violence in Asia and the Pacific. *The Lancet Global Health*, 5(5), e512–e522. [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(17\)30103-1](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(17)30103-1)
- Garrison-Desany, H. M., Wilson, E., Munos, M., Sawadogo-Lewis, T., Maïga, A., Ako, O., Mkuwa, S., Hobbs, A. J., & Morgan, R. (2021). The role of gender power relations on women's health outcomes: Evidence from a maternal health coverage survey in Simiyu region, Tanzania. *BMC Public Health*, 21(1), 909. <https://doi.org/10.1186/s12889-021-10972-w>
- Gilbert, L. K., Annor, F. B., & Kress, H. (2022). Associations Between Endorsement of Inequitable Gender Norms and Intimate Partner Violence and Sexual Risk Behaviors Among Youth in Nigeria: Violence Against Children Survey, 2014. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(11–12), NP8507–NP8533. <https://doi.org/10.1177/0886260520978196>
- Godbout, N., Vaillancourt-Morel, M.-P., Bigras, N., Briere, J., Hébert, M., Runtz, M., & Sabourin, S. (2019). Intimate Partner Violence in Male Survivors of Child Maltreatment: A Meta-Analysis. *Trauma, Violence, & Abuse*, 20(1), 99–113. <https://doi.org/10.1177/1524838017692382>

- Godfrey, D. A., Bennett, V. E., Snead, A. L., & Babcock, J. (2022). Neuropsychological and Psychophysiological Correlates of Intimate Partner Violence. Em R. Geffner, J. W. White, L. K. Hamberger, A. Rosenbaum, V. Vaughan-Eden, & V. I. Vieth (Orgs.), *Handbook of Interpersonal Violence and Abuse Across the Lifespan: A project of the National Partnership to End Interpersonal Violence Across the Lifespan (NPEIV)* (p. 2511–2535). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-89999-2_136
- Goetz, A. T. (2010). *The evolutionary psychology of violence*.
- Goncy, E. A., Sullivan, T. N., Farrell, A. D., Mehari, K. R., & Garthe, R. C. (2017). Identification of patterns of dating aggression and victimization among urban early adolescents and their relations to mental health symptoms. *Psychology of Violence*, 7(1), 58–68. <https://doi.org/10.1037/vio0000039>
- Gottman, J. M., & Notarius, C. I. (2000). Decade Review: Observing Marital Interaction. *Journal of Marriage and Family*, 62(4), 927–947. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.00927.x>
- Grassi-Oliveira, R., Cogo-Moreira, H., Salum, G. A., Brietzke, E., Viola, T. W., Manfro, G. G., Kristensen, C. H., & Arteché, A. X. (2014). Childhood Trauma Questionnaire (CTQ) in Brazilian Samples of Different Age Groups: Findings from Confirmatory Factor Analysis. *PLOS ONE*, 9(1), e87118. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0087118>
- Grassi-Oliveira, R., Stein, L. M., & Pezzi, J. C. (2006). Tradução e validação de conteúdo da versão em português do Childhood Trauma Questionnaire. *Revista de Saúde Pública*, 40(2), 249–255. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000200010>
- Gratz, K. L., Paulson, A., Jakupcak, M., & Tull, M. T. (2009). Exploring the Relationship Between Childhood Maltreatment and Intimate Partner Abuse: Gender Differences in

the Mediating Role of Emotion Dysregulation. *Violence and Victims*, 24(1), 68–82.

<https://doi.org/10.1891/0886-6708.24.1.68>

Gratz, K. L., & Roemer, L. (2004). Multidimensional Assessment of Emotion Regulation and Dysregulation: Development, Factor Structure, and Initial Validation of the Difficulties in Emotion Regulation Scale. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 26(1), 41–54. <https://doi.org/10.1023/B:JOBA.0000007455.08539.94>

Grest, C. V., Lee, J. O., Gilreath, T., & Unger, J. B. (2018). Latent Class Analysis of Intimate Partner Violence Perpetration and Victimization among Latino Emerging Adults. *Journal of Youth and Adolescence*, 47(3), 575–585. <https://doi.org/10.1007/s10964-017-0807-0>

Gross, J. J. (2015). The Extended Process Model of Emotion Regulation: Elaborations, Applications, and Future Directions. *Psychological Inquiry*, 26(1), 130–137. <https://doi.org/10.1080/1047840X.2015.989751>

Hamberger, L. K., Langhinrichsen-Rohling, J., Rosenbaum, A., Tinney, G., & Wagers, S. M. (2022). Introduction to the Intimate Partner Violence Section: History, Progress, and Lessons Learned. Em R. Geffner, J. W. White, L. K. Hamberger, A. Rosenbaum, V. Vaughan-Eden, & V. I. Vieth (Orgs.), *Handbook of Interpersonal Violence and Abuse Across the Lifespan: A project of the National Partnership to End Interpersonal Violence Across the Lifespan (NPEIV)* (p. 2199–2217). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-89999-2_336

Hamby, S. (2014). Intimate Partner and Sexual Violence Research: Scientific Progress, Scientific Challenges, and Gender. *Trauma, Violence, & Abuse*, 15(3), 149–158. <https://doi.org/10.1177/1524838014520723>

- Hardesty, J. L., & Ogolsky, B. G. (2020). A Socioecological Perspective on Intimate Partner Violence Research: A Decade in Review. *Journal of Marriage and Family*, 82(1), 454–477. <https://doi.org/10.1111/jomf.12652>
- Harris, R. J., Firestone, J. M., & Vega, W. A. (2005). The Interaction of Country of Origin, Acculturation, and Gender Role Ideology on Wife Abuse. *Social Science Quarterly*, 86(2), 463–483. <https://doi.org/10.1111/j.0038-4941.2005.00313.x>
- Haynie, D. L., Farhat, T., Brooks-Russell, A., Wang, J., Barbieri, B., & Iannotti, R. J. (2013). Dating Violence Perpetration and Victimization Among U.S. Adolescents: Prevalence, Patterns, and Associations With Health Complaints and Substance Use. *Journal of Adolescent Health*, 53(2), 194–201. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.02.008>
- Hazan, C., & Shaver, P. (1987). *Romantic Love Conceptualized as an Attachment Process*.
- Hazan, C., & Shaver, P. R. (1994). Attachment as an Organizational Framework for Research on Close Relationships. *Psychological Inquiry*, 5(1), 1–22. https://doi.org/10.1207/s15327965pli0501_1
- Heise, L., Greene, M. E., Oppen, N., Stavropoulou, M., Harper, C., Nascimento, M., Zewdie, D., Darmstadt, G. L., Greene, M. E., Hawkes, S., Heise, L., Henry, S., Heymann, J., Klugman, J., Levine, R., Raj, A., & Gupta, G. R. (2019). Gender inequality and restrictive gender norms: Framing the challenges to health. *The Lancet*, 393(10189), 2440–2454. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)30652-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)30652-X)
- Heise, L. L. (1998). Violence Against Women: An Integrated, Ecological Framework. *Violence Against Women*, 4(3), 262–290. <https://doi.org/10.1177/1077801298004003002>
- Herrero, J., Rodríguez-Franco, L., Rejano-Hernándezb, L., Juarros-Basterretxea, J., & Rodríguez-Díaz, F. J. (2020). The Actor-Partner Interdependence Model in the Study

- of Aggression and Victimization within Couples: An Empirical Examination in 361 Dyads. *Psychosocial Intervention*, 29(3), 165–174. <https://doi.org/10.5093/pi2020a12>
- Heyman, R. E., Mitnick, D. M., & Slep, A. M. S. (2022). Intimate Partner Violence: Terms, Forms, and Typologies. Em R. Geffner, J. W. White, L. K. Hamberger, A. Rosenbaum, V. Vaughan-Eden, & V. I. Vieth (Orgs.), *Handbook of Interpersonal Violence and Abuse Across the Lifespan: A project of the National Partnership to End Interpersonal Violence Across the Lifespan (NPEIV)* (p. 2219–2247). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-89999-2_131
- Hill, A. L., Miller, E., Switzer, G. E., Yu, L., Heilman, B., Levto, R. G., Vlahovicova, K., Espelage, D. L., Barker, G., & Coulter, R. W. S. (2020). Harmful masculinities among younger men in three countries: Psychometric study of the Man Box Scale. *Preventive Medicine*, 139, 106185. <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2020.106185>
- Holtzworth-Munroe, A., Meehan, J. C., Herron, K., Rehman, U., & Stuart, G. L. (2000). Testing the Holtzworth-Munroe and Stuart (1994) batterer typology. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68(6), 1000–1019. <https://doi.org/10.1037//0022-006x.68.6.1000>
- Holtzworth-Munroe, A., & Stuart, G. L. (1994). Typologies of Male Batterers: Three Subtypes and the Differences Among Them. *Psychological Bulletin*.
- J. Park, C. (2016). Intimate partner violence: An application of attachment theory. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 26(5), 488–497. <https://doi.org/10.1080/10911359.2015.1087924>
- Johnson, H. (2012). When Feminism Meets Evolutionary Psychology: The Enduring Legacy of Margo Wilson. *Homicide Studies*, 16(4), 332–345. <https://doi.org/10.1177/1088767912457169>

- Johnson, M. P. (1995). Patriarchal Terrorism and Common Couple Violence: Two Forms of Violence against Women. *Journal of Marriage and Family*, 57(2), 283–294.
<https://doi.org/10.2307/353683>
- Johnson, M. P. (2006). Conflict and Control: Gender Symmetry and Asymmetry in Domestic Violence. *Violence Against Women*, 12(11), 1003–1018.
<https://doi.org/10.1177/1077801206293328>
- Juarros-Basterretxea, J., Ocampo, N. Y., Herrero, J., & Rodríguez-Díaz, F. J. (2022). Dyadic Analysis of Emotional Intimate Partner Violence: An Estimation of Dyadic Patterns and Influencing Individual, Family, and Couple Factors. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 14(2), 105–111.
<https://doi.org/10.5093/ejpalc2022a10>
- Kaufman-Parks, A. M., Longmore, M. A., Manning, W. D., & Giordano, P. C. (2023). Understanding the effect of adverse childhood experiences on the risk of engaging in physical violence toward an intimate partner: The influence of relationship, social psychological, and sociodemographic contextual risk factors. *Child Abuse & Neglect*, 144, 106381. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2023.106381>
- Keilholtz, B. M., Spencer, C. M., Vail, S., & Palmer, M. (2023). Relationship dynamics associated with emotional IPV perpetration and victimization: A meta-analysis. *Journal of Marital and Family Therapy*, 49(2), 411–430.
<https://doi.org/10.1111/jmft.12630>
- Kimmes, J. G., Mallory, A. B., Spencer, C., Beck, A. R., Cafferky, B., & Stith, S. M. (2019). A Meta-Analysis of Risk Markers for Intimate Partner Violence in Same-Sex Relationships. *Trauma, Violence, & Abuse*, 20(3), 374–384.
<https://doi.org/10.1177/1524838017708784>

- Kisely, S., Strathearn, L., & Najman, J. M. (2020). Child maltreatment and mental health problems in 30-year-old adults: A birth cohort study. *Journal of Psychiatric Research*, 129, 111–117. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2020.06.009>
- Krivoshchekov, V., Gulevich, O., & Blagov, I. (2023). Traditional masculinity and male violence against women: A meta-analytic examination. *Psychology of Men & Masculinities*, No Pagination Specified-No Pagination Specified. <https://doi.org/10.1037/men0000426>
- Krug, E. G., Mercy, J. A., Dahlberg, L. L., & Zwi, A. B. (2002). The world report on violence and health. *The Lancet*, 360(9339), 1083–1088. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(02\)11133-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)11133-0)
- Langhinrichsen-Rohling, J., Misra, T. A., Selwyn, C., & Rohling, M. L. (2012). Rates of Bidirectional Versus Unidirectional Intimate Partner Violence Across Samples, Sexual Orientations, and Race/Ethnicities: A Comprehensive Review. *Partner Abuse*, 3(2), 199–230. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.199>
- Laskey, P., Bates, E. A., & Taylor, J. C. (2019). A systematic literature review of intimate partner violence victimisation: An inclusive review across gender and sexuality. *Aggression and Violent Behavior*, 47, 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.02.014>
- Lei nº 11.340, 11.340 (2006). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Lelaurain, S., Fonte, D., Giger, J.-C., Guignard, S., & Lo Monaco, G. (2021). Legitimizing Intimate Partner Violence: The Role of Romantic Love and the Mediating Effect of Patriarchal Ideologies. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(13–14), 6351–6368. <https://doi.org/10.1177/0886260518818427>
- Levant, R. F., Richmond, K., Majors, R. G., Inclan, J. E., Rossello, J. M., Heesacker, M., Rowan, G. T., & Sellers, A. (2003). A multicultural investigation of masculinity

ideology and alexithymia. *Psychology of Men & Masculinity*, 4(2), 91–99.

<https://doi.org/10.1037/1524-9220.4.2.91>

Li, S., Zhao, F., & Yu, G. (2019). Childhood maltreatment and intimate partner violence victimization: A meta-analysis. *Child Abuse & Neglect*, 88, 212–224.

<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.11.012>

Li, S., Zhao, F., & Yu, G. (2020). A meta-analysis of childhood maltreatment and intimate partner violence perpetration. *Aggression and Violent Behavior*, 50, 101362.

<https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.101362>

Llano-Suárez, A., Lana, A., Gasch-Gallén, Á., & Fernández-Feito, A. (2021). Gender roles and intimate partner violence among female university students in Spain: A cross-sectional study. *PLoS ONE*, 16(11), e0259839.

<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0259839>

Longobardi, C., & Badenes-Ribera, L. (2017). Intimate Partner Violence in Same-Sex Relationships and The Role of Sexual Minority Stressors: A Systematic Review of the Past 10 Years. *Journal of Child and Family Studies*, 26(8), 2039–2049.

<https://doi.org/10.1007/s10826-017-0734-4>

Low, S., Tiberio, S. S., Shortt, J. W., Capaldi, D. M., & Eddy, J. M. (2017). Associations of couples' intimate partner violence in young adulthood and substance use: A dyadic approach. *Psychology of Violence*, 7, 120–127. <https://doi.org/10.1037/vio0000038>

Machado, A., Sousa, C., & Cunha, O. (2023). Bidirectional Violence in Intimate Relationships: A Systematic Review. *Trauma, Violence, & Abuse*,

15248380231193440. <https://doi.org/10.1177/15248380231193440>

Madeira, C. (2020). *Tudo é rio*. Editora Record.

- Maloney, M. A., Eckhardt, C. I., & Oesterle, D. W. (2023). Emotion regulation and intimate partner violence perpetration: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review, 100*, 102238. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2022.102238>
- Marshall, A. D., Jones, D. E., & Feinberg, M. E. (2011). Enduring vulnerabilities, relationship attributions, and couple conflict: An integrative model of the occurrence and frequency of intimate partner violence. *Journal of Family Psychology, 25*(5), 709–718. <https://doi.org/10.1037/a0025279>
- Mayseless, O. (1991). Adult Attachment Patterns and Courtship Violence. *Family Relations, 40*(1), 21–28. <https://doi.org/10.2307/585654>
- McCarthy, K. J., Mehta, R., & Haberland, N. A. (2018). Gender, power, and violence: A systematic review of measures and their association with male perpetration of IPV. *PLOS ONE, 13*(11), e0207091. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0207091>
- McLaughlin, K. A., Weissman, D., & Bitrán, D. (2019). Childhood Adversity and Neural Development: A Systematic Review. *Annual Review of Developmental Psychology, 1*(1), 277–312. <https://doi.org/10.1146/annurev-devpsych-121318-084950>
- McMahon, K., Hoertel, N., Wall, M. M., Okuda, M., Limosin, F., & Blanco, C. (2015). Childhood maltreatment and risk of intimate partner violence: A national study. *Journal of Psychiatric Research, 69*, 42–49. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2015.07.026>
- Messinger, A. M. (2011). Invisible Victims: Same-Sex IPV in the National Violence Against Women Survey. *Journal of Interpersonal Violence, 26*(11), 2228–2243. <https://doi.org/10.1177/0886260510383023>
- Meyer, S. R., Hardt, S., Brambilla, R., Shukla, S., & Stöckl, H. (2023). Sociological Theories to Explain Intimate Partner Violence: A Systematic Review and Narrative Synthesis.

Trauma, Violence, & Abuse, 15248380231210939.

<https://doi.org/10.1177/15248380231210939>

Miguel, F. K., Giromini, L., Colombaroli, M. S., Zuanazzi, A. C., & Zennaro, A. (2017). A Brazilian Investigation of the 36- and 16-Item Difficulties in Emotion Regulation Scales: Brazilian Investigation of the DERS. *Journal of Clinical Psychology*, 73(9), 1146–1159. <https://doi.org/10.1002/jclp.22404>

Mikulincer, M., & Shaver, P. R. (2016). *Attachment in adulthood: Structure, dynamics, and change* (Second edition). Guilford Press.

Mikulincer, M., & Shaver, P. R. (2024). Implications of attachment processes for emotion regulation. Em *Handbook of emotion regulation*, 3rd ed (p. 160–166). The Guilford Press.

Mitchell, C., & James, L. (2009). Evolving Health Policy on Intimate Partner Violence. Em C. Mitchell & D. Anglin (Orgs.), *Intimate Partner Violence: A Health-Based Perspective* (p. 0). Oxford University Press.

<https://doi.org/10.1093/oso/9780195179323.003.0001>

Moore, T. M., & Stuart, G. L. (2005). A Review of the Literature on Masculinity and Partner Violence. *Psychology of Men & Masculinity*, 6(1), 46–61.

<https://doi.org/10.1037/1524-9220.6.1.46>

Moraes, C. L., Hasselmann, M. H., & Reichenheim, M. E. (2002). Adaptação transcultural para o português do instrumento “Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)” utilizado para identificar violência entre casais. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(1), 163–176.

<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000100017>

Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: Motivos e frequência. *Revista da SPAGESP*, 12(2), 5–16.

- Murphy, S., McElroy, E., Elklit, A., Shevlin, M., & Christoffersen, M. (2020). Child Maltreatment and Psychiatric Outcomes in Early Adulthood. *Child Abuse Review*, 29(4), 365–378. <https://doi.org/10.1002/car.2619>
- Naragon-Gainey, K., McMahon, T. P., & Chacko, T. P. (2017). The structure of common emotion regulation strategies: A meta-analytic examination. *Psychological Bulletin*, 143(4), 384–427. <https://doi.org/10.1037/bul0000093>
- Natividade, J. C., & Shiramizu, V. K. M. (2015). Uma medida de apego: Versão brasileira da *Experiences in Close Relationship Scale* - Reduzida (ECR-R-Brasil). *Psicologia USP*, 26, 484–494. <https://doi.org/10.1590/0103-656420140086>
- Neilson, E. C., Gulati, N. K., Stappenbeck, C. A., George, W. H., & Davis, K. C. (2023). Emotion Regulation and Intimate Partner Violence Perpetration in Undergraduate Samples: A Review of the Literature. *Trauma, Violence, & Abuse*, 24(2), 576–596. <https://doi.org/10.1177/15248380211036063>
- Nicolaidis, C., & Paranjape, A. (2009). Defining Intimate Partner Violence: Controversies and Implications: Em C. Mitchell & D. Anglin (Orgs.), *Intimate Partner Violence* (p. 19–29). Oxford University Press New York, NY. <https://doi.org/10.1093/oso/9780195179323.003.0002>
- Nylund-Gibson, K., Grimm, Ryan P., & Masyn, K. E. (2019). Prediction from Latent Classes: A Demonstration of Different Approaches to Include Distal Outcomes in Mixture Models. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 26(6), 967–985. <https://doi.org/10.1080/10705511.2019.1590146>
- Ogden, S. N., Dichter, M. E., & Bazzi, A. R. (2022). Intimate partner violence as a predictor of substance use outcomes among women: A systematic review. *Addictive Behaviors*, 127, 107214. <https://doi.org/10.1016/j.addbeh.2021.107214>

- Pasinato, W. (2015). Oito anos de Lei Maria da Penha. *Revista Estudos Feministas*, 23, 533–545. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p533>
- Pinto, L. A., Sullivan, E. L., Rosenbaum, A., Wyngarden, N., Umhau, J. C., Miller, M. W., & Taft, C. T. (2010). Biological correlates of intimate partner violence perpetration. *Aggression and Violent Behavior*, 15(5), 387–398. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2010.070.001>
- Pokharel, B., Hegadoren, K., & Papathanassoglou, E. (2020). Factors influencing silencing of women who experience intimate partner violence: An integrative review. *Aggression and Violent Behavior*, 52, 101422. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2020.101422>
- Portnoy, G. A., Relyea, M. R., Webermann, A. R., Presseau, C., Iverson, K. M., Brandt, C. A., & Haskell, S. G. (2024). Patterns of Intimate Partner Violence Among Veterans: A Latent Class Analysis. *Journal of Interpersonal Violence*, 08862605241284087. <https://doi.org/10.1177/08862605241284087>
- Pulerwitz, J., & Barker, G. (2008). Measuring Attitudes toward Gender Norms among Young Men in Brazil: Development and Psychometric Evaluation of the GEM Scale. *Men and Masculinities*, 10(3), 322–338. <https://doi.org/10.1177/1097184X06298778>
- Rands, M., Levinger, G., & Mellinger, G. D. (1981). Patterns of Conflict Resolution and Marital Satisfaction. *Journal of Family Issues*, 2(3), 297–321. <https://doi.org/10.1177/0192513X8100200303>
- Razera, J., Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2017). Intimate Partner Violence and Gender A/Symmetry: An Integrative Literature Review. *Psico-USF*, 22, 401–412. <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220302>
- Razera, J., Tomasi, L. M. B., Oliveira, E. L. de, Mosmann, C. P., & Falcke, D. (2022). Direcionalidade da Violência em Casais Heterossexuais. *Psico-USF*, 27, 527–538. <https://doi.org/10.1590/1413-82712031270310>

- Reichenheim, M. E., Moraes, C. L., Szklo, A., Hasselmann, M. H., Souza, E. R. de, Lozana, J. de A., & Figueiredo, V. (2006). The magnitude of intimate partner violence in Brazil: Portraits from 15 capital cities and the Federal District. *Cadernos de Saúde Pública*, 22, 425–437. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000200020>
- Renner, L. M., & Whitney, S. D. (2012). Risk factors for unidirectional and bidirectional intimate partner violence among young adults. *Child Abuse & Neglect*, 36(1), 40–52. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.07.007>
- Reyes, H. L. M., Foshee, V. A., Chen, M. S., & Ennett, S. T. (2017). Patterns of Dating Violence Victimization and Perpetration among Latino Youth. *Journal of Youth and Adolescence*, 46(8), 1727–1742. <https://doi.org/10.1007/s10964-016-0621-0>
- Reyes, H. L. M., Foshee, V. A., Fortson, B. L., Valle, L. A., Breiding, M. J., & Merrick, M. T. (2015). Longitudinal Mediators of Relations Between Family Violence and Adolescent Dating Aggression Perpetration. *Journal of Marriage and Family*, 77(4), 1016–1030. <https://doi.org/10.1111/jomf.12200>
- Richards, T. N., Tillyer, M. S., & Wright, E. M. (2017). Intimate partner violence and the overlap of perpetration and victimization: Considering the influence of physical, sexual, and emotional abuse in childhood. *Child Abuse & Neglect*, 67, 240–248. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.02.037>
- Roberton, T., Daffern, M., & Bucks, R. S. (2012). Emotion regulation and aggression. *Aggression and Violent Behavior*, 17(1), 72–82. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.09.006>
- Rogers, A. A., Ha, T., Byon, J., & Thomas, C. (2020). Masculine gender-role adherence indicates conflict resolution patterns in heterosexual adolescent couples: A dyadic, observational study. *Journal of Adolescence*, 79, 112–121. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2020.01.004>

- Romero-Martínez, Á., Sarrate-Costa, C., & Moya-Albiol, L. (2023). A Meta-analysis of Cognitive Functioning in Intimate Partner Violence Perpetrators. *Neuropsychology Review*. <https://doi.org/10.1007/s11065-023-09628-w>
- Rothman, E. F. (2018). Theories on the Causation of Partner Abuse Perpetration. Em *Adolescent Dating Violence* (p. 25–51). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-811797-2.00002-5>
- Rubenstein, J. L., & Feldman, S. S. (1993). Conflict-Resolution Behavior in Adolescent Boys: Antecedents and Adaptational Correlates. *Journal of Research on Adolescence*, 3(1), 41–66. https://doi.org/10.1207/s15327795jra0301_3
- Rudman, L. A., & Glick, P. S. (2021). *The social psychology of gender: How power and intimacy shape gender relations* (Second Edition). The Guilford Press.
- Saltzman, L. E., Fanslow, J. L., McMahon, P. M., & Shelley, G. A. (1999). *Intimate Partner Violence Surveillance: Uniform definitions and recommended data elements, Version 1.0*. National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention.
- Sánchez-López, M. P., & Limiñana-Gras, R. M. (2017). Chapter 1 - Health From a Gender Perspective: The State of the Art. Em M. P. Sánchez-López & R. M. Limiñana-Gras (Orgs.), *The Psychology of Gender and Health* (p. 1–52). Academic Press. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-803864-2.00001-8>
- Sandberg, D. A., Valdez, C. E., Engle, J. L., & Menghrajani, E. (2019). Attachment Anxiety as a Risk Factor for Subsequent Intimate Partner Violence Victimization: A 6-Month Prospective Study Among College Women. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(7), 1410–1427. <https://doi.org/10.1177/0886260516651314>
- Sardinha, L., Maheu-Giroux, M., Stöckl, H., Meyer, S. R., & García-Moreno, C. (2022). Global, regional, and national prevalence estimates of physical or sexual, or both,

intimate partner violence against women in 2018. *The Lancet*, 399(10327), 803–813.

[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)02664-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)02664-7)

Scott-Storey, K., O'Donnell, S., Ford-Gilboe, M., Varcoe, C., Wathen, N., Malcolm, J., & Vincent, C. (2023). What About the Men? A Critical Review of Men's Experiences of Intimate Partner Violence. *Trauma, Violence, & Abuse*, 24(2), 858–872.

<https://doi.org/10.1177/15248380211043827>

Segundo, J., Cantos, A. L., Ontiveros, G., & O'Leary, K. D. (2022). Risk Factors of Female-Perpetrated Intimate Partner Violence among Hispanic Young Adults: Attachment Style, Emotional Dysregulation, and Negative Childhood Experiences. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(21), 13850.

<https://doi.org/10.3390/ijerph192113850>

Shakya, H. B., Domingue, B., Nagata, J. M., Cislighi, B., Weber, A., & Darmstadt, G. L. (2019). Adolescent gender norms and adult health outcomes in the USA: A prospective cohort study. *The Lancet Child & Adolescent Health*, 3(8), 529–538.

[https://doi.org/10.1016/S2352-4642\(19\)30160-9](https://doi.org/10.1016/S2352-4642(19)30160-9)

Simpson, J. A., & Karantzas, G. C. (2019). Editorial overview: Attachment in adulthood: A dynamic field with a rich past and a bright future. *Current Opinion in Psychology*, 25, 177–181. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2018.10.012>

Simpson, J. A., & Rholes, W. S. (2017). Adult attachment, stress, and romantic relationships. *Current Opinion in Psychology*, 13, 19–24.

<https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2016.04.006>

Smith Slep, A. M., Foran, H. M., & Heyman, R. E. (2014). An ecological model of intimate partner violence perpetration at different levels of severity. *Journal of Family Psychology*, 28(4), 470–482. <https://doi.org/10.1037/a0037316>

- Smith-Marek, E. N., Cafferky, B., Dharnidharka, P., Mallory, A. B., Dominguez, M., High, J., Stith, S. M., & Mendez, M. (2015). Effects of Childhood Experiences of Family Violence on Adult Partner Violence: A Meta-Analytic Review. *Journal of Family Theory & Review*, 7(4), 498–519. <https://doi.org/10.1111/jftr.12113>
- Sommer, J., Babcock, J., & Sharp, C. (2017). A Dyadic Analysis of Partner Violence and Adult Attachment. *Journal of Family Violence*, 32(3), 279–290. <https://doi.org/10.1007/s10896-016-9868-1>
- Spencer, C. M., Keilholtz, B. M., Palmer, M., & Vail, S. L. (2022). Mental and Physical Health Correlates for Emotional Intimate Partner Violence Perpetration and Victimization: A Meta-Analysis. *Trauma, Violence, & Abuse*, 152483802211376. <https://doi.org/10.1177/15248380221137686>
- Spencer, C. M., Keilholtz, B. M., & Stith, S. M. (2021). The Association between Attachment Styles and Physical Intimate Partner Violence Perpetration and Victimization: A Meta-Analysis. *Family Process*, 60(1), 270–284. <https://doi.org/10.1111/famp.12545>
- Spencer, C. M., Morgan, P., Bridges, J., Washburn-Busk, M., & Stith, S. M. (2021). The Relationship Between Approval of Violence and Intimate Partner Violence in College Students. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(1–2), NP212–NP231. <https://doi.org/10.1177/0886260517731315>
- Spencer, C. M., Stith, S. M., & Cafferky, B. (2019). Risk markers for physical intimate partner violence victimization: A meta-analysis. *Aggression and Violent Behavior*, 44, 8–17. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.10.009>
- Spencer, C. M., Stith, S. M., & Cafferky, B. (2022). What Puts Individuals at Risk for Physical Intimate Partner Violence Perpetration? A Meta-Analysis Examining Risk Markers for Men and Women. *Trauma, Violence, & Abuse*, 23(1), 36–51. <https://doi.org/10.1177/1524838020925776>

- Stefania, C., Rogier, G., Beomonte Zobel, S., & Velotti, P. (2023). The Relation of Anxiety and Avoidance Dimensions of Attachment to Intimate Partner Violence: A Meta-Analysis About Victims. *Trauma, Violence, & Abuse*, 24(2), 1047–1062.
<https://doi.org/10.1177/15248380211050595>
- Stöckl, H., Devries, K., Rotstein, A., Abrahams, N., Campbell, J., Watts, C., & Moreno, C. G. (2013). The global prevalence of intimate partner homicide: A systematic review. *The Lancet*, 382(9895), 859–865. Scopus. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)61030-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(13)61030-2)
- Stover, C. S., Tobon, A. L., McFaul, C., & Gorio, M. C. F. (2022). A conceptual understanding of intimate partner violence behaviors in men: Implications for research and intervention. *Aggression and Violent Behavior*, 65, 101763.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2022.101763>
- Strathearn, L., Giannotti, M., Mills, R., Kisely, S., Najman, J., & Abajobir, A. (2020). Long-term Cognitive, Psychological, and Health Outcomes Associated With Child Abuse and Neglect. *Pediatrics*, 146(4), e20200438. <https://doi.org/10.1542/peds.2020-0438>
- Straus, M. (1980). Victims and Aggressors in Marital Violence. *American Behavioral Scientist*, 23(5), 681–704. <https://doi.org/10.1177/000276428002300505>
- Straus, M. A. (1999). The controversy over domestic violence by women: A methodological, theoretical, and sociology of science analysis. In *Violence in intimate relationships* (p. 17–44). Sage Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781452204659.n2>
- Straus, M. A. (2008). Dominance and symmetry in partner violence by male and female university students in 32 nations. *Children and Youth Services Review*, 30(3), 252–275. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2007.10.004>
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The Revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and Preliminary Psychometric Data.

Journal of Family Issues, 17(3), 283–316.

<https://doi.org/10.1177/019251396017003001>

Stubbs, A., & Szoek, C. (2022). The Effect of Intimate Partner Violence on the Physical Health and Health-Related Behaviors of Women: A Systematic Review of the Literature. *Trauma, Violence, & Abuse*, 23(4), 1157–1172.

<https://doi.org/10.1177/1524838020985541>

Szepeswol, O., Zamir, O., & Simpson, J. A. (2019). The effect of early-life harshness and unpredictability on intimate partner violence in adulthood: A life history perspective. *Journal of Social and Personal Relationships*, 36(5), 1542–1556.

<https://doi.org/10.1177/0265407518806680>

Théorêt, V., Lapierre, A., Blais, M., & Hébert, M. (2022). Can Emotion Dysregulation Explain the Association Between Attachment Insecurities and Teen Dating Violence Perpetration? *Journal of Interpersonal Violence*, 37(1–2), 743–763.

<https://doi.org/10.1177/0886260520915547>

Tjaden, P., & Thoennes, N. (2000). Prevalence and Consequences of Male-to-female and Female-to-male Intimate Partner Violence as Measured by the National Violence Against Women Survey. *Violence Against Women*, 6(2), 142–161.

<https://doi.org/10.1177/10778010022181769>

Tull, M. T., & Aldao, A. (2015). Editorial overview: New directions in the science of emotion regulation. *Current Opinion in Psychology*, 3, iv–x.

<https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.03.009>

Ubillos-Landa, S., Puente-Martínez, A., González-Castro, J. L., & Nieto-González, S. (2020). You belong to me! Meta-analytic review of the use of male control and dominance against women in intimate partner violence. *Aggression and Violent Behavior*, 52, 101392. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2020.101392>

- Vachon, D. D., Krueger, R. F., Rogosch, F. A., & Cicchetti, D. (2015). Assessment of the Harmful Psychiatric and Behavioral Effects of Different Forms of Child Maltreatment. *JAMA Psychiatry*, 72(11), 1135–1142.
<https://doi.org/10.1001/jamapsychiatry.2015.1792>
- Van Lissa, C. J., Garnier-Villarreal, M., & Anadria, D. (2024). Recommended Practices in Latent Class Analysis Using the Open-Source R-Package tidySEM. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 31(3), 526–534.
<https://doi.org/10.1080/10705511.2023.2250920>
- Vasconcelos, N. M. D., Andrade, F. M. D. D., Gomes, C. S., Pinto, I. V., & Malta, D. C. (2021). Prevalence and factors associated with intimate partner violence against adult women in Brazil: National Survey of Health, 2019. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 24(suppl 2), e210020. <https://doi.org/10.1590/1980-549720210020.supl.2>
- Velotti, P., Beomonte Zobel, S., Rogier, G., & Tambelli, R. (2018). Exploring Relationships: A Systematic Review on Intimate Partner Violence and Attachment. *Frontiers in Psychology*, 9, 1166. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01166>
- Velotti, P., Rogier, G., Beomonte Zobel, S., Chirumbolo, A., & Zavattini, G. C. (2022). The Relation of Anxiety and Avoidance Dimensions of Attachment to Intimate Partner Violence: A Meta-Analysis About Perpetrators. *Trauma, Violence, & Abuse*, 23(1), 196–212. <https://doi.org/10.1177/1524838020933864>
- Weber, S., Jud, A., & Landolt, M. A. (2016). Quality of life in maltreated children and adult survivors of child maltreatment: A systematic review. *Quality of Life Research*, 25(2), 237–255. <https://doi.org/10.1007/s11136-015-1085-5>
- Wei, M., Russell, D. W., Mallinckrodt, B., & Vogel, D. L. (2007). The Experiences in Close Relationship Scale (ECR)-Short Form: Reliability, Validity, and Factor Structure.

Journal of Personality Assessment, 88(2), 187–204.

<https://doi.org/10.1080/00223890701268041>

- Weiss, N. H., Sullivan, T. P., & Tull, M. T. (2015). Explicating the role of emotion dysregulation in risky behaviors: A review and synthesis of the literature with directions for future research and clinical practice. *Current Opinion in Psychology*, 3, 22–29. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.01.013>
- White, S. J., Sin, J., Sweeney, A., Salisbury, T., Wahlich, C., Montesinos Guevara, C. M., Gillard, S., Brett, E., Allwright, L., Iqbal, N., Khan, A., Perot, C., Marks, J., & Mantovani, N. (2023). Global Prevalence and Mental Health Outcomes of Intimate Partner Violence Among Women: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Trauma, Violence, & Abuse*, 15248380231155529. <https://doi.org/10.1177/15248380231155529>
- Whitfield, D. L., Coulter, R. W. S., Langenderfer-Magruder, L., & Jacobson, D. (2021). Experiences of Intimate Partner Violence Among Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender College Students: The Intersection of Gender, Race, and Sexual Orientation. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(11–12), NP6040–NP6064. <https://doi.org/10.1177/0886260518812071>
- Whitton, S. W., James-Kangal, N., Rhoades, G. K., & Markman, H. J. (2018). Understanding Couple Conflict. Em A. L. Vangelisti & D. Perlman (Orgs.), *The Cambridge Handbook of Personal Relationships* (2^o ed, p. 297–310). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316417867.024>
- Willie, T. C., Katague, M., Halim, N., & Gupta, J. (2022). Latent classes of men’s intimate partner violence perpetration and attitudes towards gender norms: A UN multi-country, cross-sectional study in Asia and the Pacific. *PLOS ONE*, 17(9), e0264156. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0264156>

Wilson, M., & Daly, M. (1993). An Evolutionary Psychological Perspective on Male Sexual Proprietariness and Violence Against Wives. *Violence and Victims*, 8(3), 271–294.

<https://doi.org/10.1891/0886-6708.8.3.271>

World Health Organization. (1999). *Report of the Consultation on Child Abuse Prevention, 29-31 March 1999, WHO, Geneva.*

Yllö, K. A. (1993). Through a feminist lens: Gender, power and violence. Em *Current Controversies on Family Violence* (p. 47–62).

Anexos

Anexo I – Escala de dificuldade de regulação emocional - versão reduzida (DERS-SF)

Instruções: Por favor indique com que frequência as seguintes frases se aplicam a você, assinando o número adequado na escala abaixo:

1 = Quase nunca (0-10%)

2 = Poucas vezes (11-35%)

3 = Cerca de metade das vezes (36-65%)

4 = Na maioria das vezes (66-90%)

5 = Quase sempre (91-100%)

1. Eu tenho dificuldade de compreender meus sentimentos.	1	2	3	4	5
2. Fico confuso sobre como estou me sentindo.	1	2	3	4	5
3. Quando estou chateado, tenho dificuldade em fazer meu trabalho.	1	2	3	4	5
4. Quando estou chateado, fico fora de controle.	1	2	3	4	5
5. Quando estou chateado, eu acredito que ficarei me sentindo assim por muito tempo.	1	2	3	4	5
6. Quando estou chateado, eu acredito que acabarei me sentindo muito deprimido.	1	2	3	4	5
7. Quando estou chateado, tenho dificuldade em me concentrar em outras coisas.	1	2	3	4	5
8. Quando estou chateado, me sinto fora de controle.	1	2	3	4	5
9. Quando estou chateado, sinto vergonha de mim mesmo por me sentir assim.	1	2	3	4	5
10. Quando estou chateado, sinto como se fosse fraco.	1	2	3	4	5
11. Quando estou chateado, sinto como se pudesse manter o controle das minhas ações.	1	2	3	4	5
12. Quando estou chateado, acredito que não exista nada que eu possa fazer que me faça sentir melhor.	1	2	3	4	5
13. Quando estou chateado, fico irritado comigo mesmo por me sentir assim.	1	2	3	4	5
14. Quando estou chateado, começo a me sentir muito mal comigo mesmo.	1	2	3	4	5
15. Quando estou chateado, tenho dificuldade para pensar sobre outras coisas.	1	2	3	4	5
16. Quando estou chateado, eu me sinto sobrecarregado pelas minhas emoções.	1	2	3	4	5

Anexo II – Childhood Trauma Questionnaire – Short Form (CTQ-SF)

Instruções: Encontra-se abaixo um conjunto de afirmações sobre a sua infância. Por favor classifique-as de acordo com o que viveu nessa fase da sua vida. Para isso, utilize a seguinte escala de respostas:

Enquanto eu crescia...					
1 Nunca	2 Poucas vezes	3 Às vezes	4 Muitas vezes	5 Sempre	
1. Eu não tive o suficiente para comer.	1	2	3	4	5
2. Eu soube que havia alguém para me cuidar e proteger.	1	2	3	4	5
3. As pessoas da minha família me chamaram de coisas do tipo “estúpido (a)”, “preguiçoso (a)” ou “feio (a)”.	1	2	3	4	5
4. Meus pais estiveram muito bêbados ou drogados para poder cuidar da família.	1	2	3	4	5
5. Houve alguém na minha família que ajudou a me sentir especial ou importante.	1	2	3	4	5
6. Eu tive que usar roupas sujas.	1	2	3	4	5
7. Eu me senti amado (a).	1	2	3	4	5
8. Eu achei que meus pais preferiam que eu nunca tivesse nascido.	1	2	3	4	5
9. Eu apanhei tanto de alguém da minha família que tive de ir ao hospital ou consultar um médico.	1	2	3	4	5
1. Não houve nada que eu quisesse mudar na minha família.	1	2	3	4	5
11. Alguém da minha família me bateu tanto que me deixou com machucados roxos.	1	2	3	4	5
12. Eu apanhei com cinto, vara, corda ou outras coisas que machucaram.	1	2	3	4	5
13. As pessoas da minha família cuidavam umas das outras.	1	2	3	4	5
14. Pessoas da minha família disseram coisas que me machucaram ou me ofenderam.	1	2	3	4	5
15. Eu acredito que fui maltratado(a) fisicamente.	1	2	3	4	5
16. Eu tive uma ótima infância.	1	2	3	4	5
17. Eu apanhei tanto que um professor, vizinho ou médico chegou a notar.	1	2	3	4	5
18. Eu senti que alguém da minha família me odiava.	1	2	3	4	5
19. As pessoas da minha família se sentiam unidas.	1	2	3	4	5
2. Tentaram me tocar ou me fizeram tocar de uma maneira sexual.	1	2	3	4	5
21. Ameaçaram me machucar ou contar mentiras sobre mim se eu não fizesse algo sexual.	1	2	3	4	5
22. Eu tive a melhor família do mundo.	1	2	3	4	5
23. Tentaram me forçar a fazer algo sexual ou assistir coisas sobre sexo.	1	2	3	4	5
24. Alguém me molestou.	1	2	3	4	5
25. Eu acredito que fui maltratado (a) emocionalmente.	1	2	3	4	5
26. Houve alguém para me levar ao médico quando eu precisei.	1	2	3	4	5
27. Eu acredito que fui abusado (a) sexualmente.	1	2	3	4	5
28. Minha família foi uma fonte de força e apoio.	1	2	3	4	5

Anexo III – Conflict Resolution Behavior Questionnaire (CRBQ)

Instruções: O questionário abaixo apresenta uma lista de diferentes coisas que as pessoas podem fazer quando tem um conflito com seu companheiro(a). Por favor, indique em cada questão a frequência com que você faz as seguintes coisas quando tem um conflito com seu companheiro(a).

1 Nunca	2 Raramente	3 Às vezes	4 Frequentemente	5 Sempre	
1. Tento evitar falar sobre o assunto.	1	2	3	4	5
2. Fico muito bravo (a) e começo a gritar.	1	2	3	4	5
3. Tento raciocinar.	1	2	3	4	5
4. Ajo de forma sarcástica.	1	2	3	4	5
5. Tento acalmar as coisas.	1	2	3	4	5
6. Escuto o que o outro está dizendo e tento compreender.	1	2	3	4	5
7. Me fecho e guardo meus sentimentos para mim mesmo (a).	1	2	3	4	5
8. Tento chegar a um acordo.	1	2	3	4	5
9. Fico frio (a) e distante ou “não dou bola” para o outro.	1	2	3	4	5
10. Me fecho e fico distante do meu companheiro (a).	1	2	3	4	5
11. Perco o controle e falo tudo o que estou sentindo.	1	2	3	4	5
12. Quanto mais falo, mais bravo (a) eu fico.	1	2	3	4	5
13. Permaneço bravo (a) por um longo tempo.	1	2	3	4	5
14. Fico bravo (a) e jogo o que tem pela frente na outra pessoa.	1	2	3	4	5
15. Digo ou faço algo para magoar o outro.	1	2	3	4	5
16. Procuro ficar sozinho (a).	1	2	3	4	5
17. Assistio TV, leio um livro ou tento me distrair com outras coisas.	1	2	3	4	5
18. Digo a mim mesmo (a) que o problema não é importante.	1	2	3	4	5
19. Tento ficar de bom humor e faço graça com o assunto.	1	2	3	4	5
20. Falo com algum amigo ou algum familiar sobre como eu me sinto.	1	2	3	4	5
21. Peço desculpas ao outro.	1	2	3	4	5
22. Revido da mesma forma que o outro: “dou o troco”.	1	2	3	4	5

Anexo IV – Experience in Close Relationship – Reduzida (ECR-R-Brasil)

Instruções: Por favor, leia as afirmações abaixo e marque o quanto cada uma descreve as emoções e sentimentos que você geralmente tem em relacionamentos amorosos e/ou sexuais. Queremos saber como você se sente em relacionamentos amorosos e/ou sexuais de modo geral, não apenas no seu relacionamento atual ou no seu último relacionamento. Mesmo que você nunca tenha tido um relacionamento, por favor, responda imaginando como você se sentiria se estivesse em um. Responda o quanto você concorda com as frases abaixo. Observe que quanto mais próximo de 1 você marcar, menos você concorda com a afirmação; quanto mais próximo de 7 você marcar, mais você concorda com a afirmação.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo totalmente			Neutro			Concordo totalmente
1. Ajuda muito poder contar com meu(minha) parceiro(a) em momentos de necessidade.	1	2	3	4	5	6 7
2. Eu preciso de muitas garantias de que sou amado por meu(minha) parceiro(a).	1	2	3	4	5	6 7
3. Eu recorro ao(à) meu(minha) parceiro(a) para muitas coisas, incluindo para conforto e segurança emocional.	1	2	3	4	5	6 7
4. Frequentemente, eu acho que meu(minha) parceiro(a) não quer tanta proximidade afetiva quanto eu gostaria.	1	2	3	4	5	6 7
5. Geralmente, tento evitar muita proximidade afetiva com meu(minha) parceiro(a)	1	2	3	4	5	6 7
6. Às vezes, meu desejo de ficar muito próximo afetivamente acaba assustando as pessoas.	1	2	3	4	5	6 7
7. Eu costumo conversar sobre os meus problemas e preocupações com meu(minha) parceiro(a).	1	2	3	4	5	6 7
8. Eu fico frustrado se meu(minha) parceiro(a) não está disponível quando eu preciso dele(a).	1	2	3	4	5	6 7
9. Eu fico preocupado quando meu(minha) parceiro(a) fica muito próximo afetivamente de mim.	1	2	3	4	5	6 7
1. Preocupa-me que meu(minha) parceiro(a) não se importe comigo tanto quanto eu me importo com ele(a).	1	2	3	4	5	6 7

Anexo V – Gender-Equitable Men Scale

Instruções: Os itens a seguir se referem a algumas crenças que as pessoas podem ter relacionadas a homens e mulheres. Por gentileza, seja o mais sincero (a) possível nas suas respostas. Para responder, utilize a escala de respostas abaixo:

1 Discordo	2 Concordo parcialmente	3 Concordo
1. É o homem que decide de que forma o casal vai transar.	1	2 3
2. O trabalho mais importante da mulher é cuidar da casa e cozinhar para sua família.	1	2 3
3. O homem precisa mais de sexo do que a mulher.	1	2 3
4. Sexo não se conversa, se faz!	1	2 3
5. Mulher que tem camisinha na bolsa é piranha.	1	2 3
6. Mesmo estando bem com sua mulher, o homem precisa ter outra.	1	2 3
7. Existem momentos em que a mulher merece apanhar.	1	2 3
8. Trocar fralda, dar banho e dar comida ao filho são coisas de mãe.	1	2 3
9. É a mulher que deve tomar providências para não engravidar.	1	2 3
1. Quando tem que tomar decisões em casa, é o homem quem deve ter a última palavra.	1	2 3
11. O homem sempre está disposto para transar.	1	2 3
12. A mulher deve aguentar a violência para manter a família.	1	2 3
13. Se a mulher trair o homem, ele pode bater nela.	1	2 3
14. Se alguém me insulta, defendo minha honra até com a força se necessário.	1	2 3
15. Seria uma ousadia a minha mulher me pedir para usar camisinha.	1	2 3
16. O homem pode bater na sua mulher se ela não quiser transar com ele.	1	2 3
17. Eu nunca teria um amigo gay.	1	2 3

Anexo VI – Revised Conflict Tactics Scale (CTS-2)

Instruções: Mesmo que um casal se relacione bem, tem vezes em que um discorda do outro, se chateia com o outro, quer coisas diferentes ou discutem e se agredem apenas porque estão de mau humor, cansados ou por outra razão qualquer. Os casais também têm maneiras diferentes de tentar resolver seus problemas. Esta é uma lista de coisas que podem acontecer quando existem diferenças ou desavenças entre um casal. Por favor, **indique com que frequência** você e seu companheiro fizeram cada uma dessas coisas **no último ano. Se você ou seu parceiro não fez uma dessas coisas no último ano, mas fizeram antes disso, por favor, indique o número 7**”.

“Diante de uma desavença ou discussão entre você e seu(sua) companheiro(a) **no último ano, com que frequência ...**”

Escala de resposta: 0=Nunca aconteceu; 1=Aconteceu 2 vezes no último ano; 3=Aconteceu 3 a 5 vezes no último ano; 4= Aconteceu 6 a 10 vezes no último ano; 5= Aconteceu 11 a 20 vezes no último ano; 6=Aconteceu mais de 20 vezes no último ano; 7=Não ocorreu no último ano.

1 ^a		Você mostrou que se importava com ele mesmo que vocês estivessem discordando?
1b	N	Seu companheiro(a) mostrou que se importava com você mesmo que vocês estivessem discordando?
2 ^a		Você explicou para seu companheiro(a) o que você não concordava com ele?
2b	N	Seu companheiro(a) explicou para você o que ele não concordava com você?
3 ^a		Você insultou ou xingou o seu companheiro(a)?
3b	Pm	Seu companheiro(a) fez isso com você?
4 ^a		Você jogou alguma coisa no seu companheiro(a) que poderia machucá-lo?
4b	Fm	Seu companheiro(a) fez isso com você?
5 ^a		Você torceu o braço do seu companheiro(a) ou puxou o cabelo dele?
5b	Fm	Seu companheiro(a) fez isso com você?
6 ^a		Você teve uma torção, contusão, “mancha roxa” ou pequeno corte por causa de uma briga com seu companheiro(a)?
6b	Im	Seu companheiro(a) teve uma torção, contusão, “mancha roxa” ou pequeno corte por causa de uma briga com você?
7 ^a		Você mostrou que respeitava os pontos de vista e os sentimentos dele?
7b	N	Seu companheiro(a) mostrou que respeitava os seus pontos de vista e os seus sentimentos?
8 ^a		Você obrigou o seu companheiro(a) a fazer sexo sem usar camisinha?
8b	Cm	Seu companheiro(a) fez isso com você?
9 ^a		Você deu um empurrão no seu companheiro(a)?
9b	Fm	Seu companheiro(a) fez isso com você?
10 ^a		Você usou de força como, por exemplo, segurar ou bater nele ou usar uma arma, para obrigar o seu companheiro(a) a fazer sexo oral ou anal com você?
10b	Cg	Seu companheiro(a) fez isso?
11 ^a	Fg	Você usou uma faca ou arma contra o seu companheiro(a)?

11b		Seu companheiro(a) fez isso com você?
12 ^a	Ig	Você desmaiou ao levar uma pancada na cabeça durante uma briga com o seu companheiro(a)?
12b		Seu companheiro(a) desmaiou ao levar uma pancada na cabeça durante uma briga com você?
13 ^a	Pg	Você chamou o seu companheiro(a) de gordo/a, feio/a ou alguma coisa parecida?
13b		Seu companheiro(a) chamou você de gorda/o, feia/o ou alguma coisa parecida?
14 ^a	Fg	Você deu um murro ou acertou o seu companheiro(a) com alguma coisa que pudesse machucar?
14b		Seu companheiro(a) fez isso com você?
15 ^a	Pg	Você destruiu alguma coisa que pertencia ao seu companheiro(a) de propósito?
15b		Seu companheiro(a) fez isso?
16 ^a	Ig	Você foi a um médico ou serviço de saúde por causa de uma briga com seu companheiro?
16b		Seu companheiro(a) foi ao médico ou algum serviço de saúde por causa de uma briga com você?
17 ^a	Fg	Você sufocou ou estrangulou seu companheiro(a)?
17b		Seu companheiro(a) fez isso com você?
18 ^a	Pm	Você gritou ou berrou com o seu companheiro(a)?
18b		Seu companheiro(a) fez isso com você?
19 ^a	Fg	Você jogou o seu companheiro(a) contra a parede com força?
19b		Seu companheiro(a) fez isso com você?
20 ^a	N	Você disse para ele que achava que vocês poderiam resolver o problema?
20b		Seu companheiro(a) disse que achava que vocês poderiam resolver o problema?
21 ^a	Ig	Você deveria ter ido a um médico ou algum serviço de saúde por causa de uma briga com seu companheiro, mas não foi?
21b		Seu companheiro(a) deveria ter ido a um médico ou algum serviço de saúde por causa de uma briga com você, mas não foi?
22 ^a	Fg	Você deu uma surra no seu companheiro(a)?
22b		Seu companheiro(a) fez isso com você?
23 ^a	Fm	Você segurou o seu companheiro(a) com força?
23b		Seu companheiro(a) fez isso com você?
24 ^a	Cg	Você usou de força como, por exemplo, segurar ou bater nele ou usar uma arma para obrigar o seu companheiro(a) a fazer sexo com você?
24b		Seu companheiro(a) fez isso?
25 ^a	Pm	Você virou as costas e foi embora no meio de uma discussão?
25b		Seu companheiro(a) fez isso?
26 ^a	Cm	Você insistiu em fazer sexo quando o seu companheiro(a) não queria sem usar força física?
26b		Seu companheiro(a) fez isso com você?
27 ^a	Fm	Você deu um tabefe ou bofetada no seu companheiro(a)?
27b		Seu companheiro(a) fez isso com você?

28 ^a	Ig	Você quebrou um osso por causa de uma briga com o seu companheiro(a)?
28b		Seu companheiro(a) quebrou um osso por causa de uma briga com você?
29 ^a	Cg	Você fez ameaças para obrigar o seu companheiro(a) fazer sexo oral ou anal com você?
29b		Seu companheiro(a) fez isso com você?
30 ^a	N	Você sugeriu que procurassem juntos uma solução para resolver as diferenças ou desavenças?
30b		Seu companheiro(a) fez isso?
31 ^a	Fg	Você queimou ou derramou líquido quente em seu companheiro(a) de propósito?
31b		Seu companheiro(a) fez isso com você?
32 ^a	Cm	Você insistiu para que seu companheiro(a) fizesse sexo oral ou anal com você sem usar força física?
32b		Seu companheiro(a) fez isso com você?
33 ^a	Pg	Você acusou o seu companheiro(a) de ser “ruim de cama”?
33b		Seu companheiro(a) acusou-o(a) disso?
34 ^a	Pm	Você fez alguma coisa para ofender o seu companheiro(a)?
34b		Seu companheiro(a) fez isso?
35 ^a	Pm	Você ameaçou acertar ou jogar alguma coisa no seu companheiro(a)?
35b		Seu companheiro(a) fez isso?
36 ^a	Im	Você sentiu dores no corpo que duraram até o dia seguinte por causa de uma briga com o seu companheiro(a)?
36b		Seu companheiro(a) sentiu dores no corpo que duraram até o dia seguinte por causa de uma briga com você?
37 ^a	Fg	Você chutou o seu companheiro(a)?
37b		Seu companheiro(a) fez isso com você?
38 ^a	Cg	Você fez ameaças para obrigar o seu companheiro(a) fazer sexo com você?
38b		Seu companheiro(a) fez isso com você?
39 ^a	N	Você concordou com a solução que foi sugerida por ele?
39b		Seu companheiro(a) concordou em tentar uma solução que você sugeriu?

Nota: Cg = coerção sexual grave; Cm = coerção sexual menor; Fg = violência física grave; Fm = violência física menor; Ig = injúria grave; Im = injúria menor; N = negociação; Pg = agressão psicológica grave; Pm = agressão psicológica menor.

Apêndices

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PESQUISA: *VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS: UM ESTUDO SOBRE PADRÕES DE DIRECIONALIDADE E CORRELATOS PSICOSSOCIAIS*

Pesquisadora responsável: Isabele Negreiros de Queiroz Pereira

Prezado (a) colaborador (a),

Você está sendo convidado como participante da pesquisa intitulada: “*VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS: UM ESTUDO SOBRE PADRÕES DE DIRECIONALIDADE E CORRELATOS PSICOSSOCIAIS*”. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos. Você é convidado(a) a participar desta pesquisa, que tem como finalidade analisar a influência de variáveis psicossociais, especificamente do apego inseguro, estratégias de resolução de conflito, satisfação com o relacionamento, normas tradicionais de gênero, maus-tratos infantis, desregulação emocional e características sociodemográficas, na dinâmica relacional entre parceiros íntimos.

1. PARTICIPANTES DA PESQUISA: Adultos, sem restrição de gênero e orientação sexual, que estão atualmente em uma relação íntima. Esta será, inevitavelmente, amostra de conveniência, não-probabilística, participarão da pesquisa aqueles voluntários que, convidados a colaborar, concordem.

2. ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Ao participar deste estudo, o colaborador deverá responder a um questionário envolvendo questões sobre seu relacionamento íntimos, sua forma de se relacionar com seu (sua) parceiro (a), suas crenças e sua infância. Você tem a liberdade de se recusar a participar e pode ainda interromper a participação em qualquer momento da pesquisa, sem nenhum prejuízo. Sempre que quiser, você poderá pedir mais informações sobre o estudo. Para isso, poderá entrar em contato com a coordenadora da pesquisa.

3. RISCOS E DESCONFORTOS: A participação nesta pesquisa não traz complicações; talvez, apenas, algum constrangimento que algumas pessoas sentem quando estão fornecendo informações sobre si mesmas. A fim de minimizar esses riscos, os participantes do estudo responderão individualmente a um questionário online e não será solicitado do respondente qualquer tipo de identificação, garantido a privacidade e anonimato do respondente. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa seguem as normas estabelecidas pela Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, e não oferecem risco à sua integridade física, psíquica e moral. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

4. CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Apenas os membros do grupo de pesquisa terão conhecimento das respostas, e seu nome não será usado em nenhum momento. Todos os dados serão analisados em conjunto, garantindo o caráter anônimo das informações. Os resultados poderão ser utilizados em eventos e publicações científicas.

5. BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não deverá ter nenhum benefício direto. Entretanto, espera-se que o presente estudo nos forneça dados importantes acerca da violência entre parceiros íntimos.

6. PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa. E nada será pago por sua participação. Entretanto, se você desejar, poderá ter acesso a cópias dos relatórios da pesquisa contendo os resultados do estudo.

Endereço da responsável pela pesquisa:

Coordenadora: Isabele Negreiros de Queiroz Pereira

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Departamento de Psicologia

Endereço: Av. da Universidade, 2762 – Benfica

CEP: 60020-180 - Fortaleza, CE – Brasil

Telefones p/contato: (85) 3366-7661/ 7651

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ:
Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará - Rua Coronel Nunes de Melo, 1.

Telefone: 3366.8344

Horário de funcionamento: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Apêndice B – Questionário sociodemográfico e de caracterização dos relacionamentos amorosos

Para finalizar nossa pesquisa, solicitamos que você responda a esse questionário sociodemográfico, para que possamos saber um pouco mais sobre você. Lembre-se que todas as informações obtidas serão totalmente sigilosas e de conhecimento apenas da equipe de pesquisa responsável por esse projeto.

1. Por favor, indique sua idade _____ anos.

2. Como você se identifica? ☐ Homem ☐ Mulher ☐ Não binário.

3. Qual a sua orientação sexual? ☐ Heterossexual ☐ Homossexual ☐ Bissexual ☐ Outra: _____

4. Quanto à cor da pele, você se considera: ☐ Branco ☐ Pardo ☐ Negro ☐ Amarelo ☐ Indígena ☐ Outro: _____

5. Religião? ☐ Católica ☐ Evangélica ☐ Espírita ☐ Umbandista ☐ Candomblecista ☐ Não possui ☐ Outra: _____

Em que medida você se considera comprometido com a sua religião? Utilize a escala de resposta abaixo.

Nada 0 1 2 3 4 5 6 7 Muito

6. Qual sua escolaridade?

- ☐ Ensino Fundamental incompleto
- ☐ Ensino Fundamental completo
- ☐ Ensino Médio incompleto
- ☐ Ensino Médio completo
- ☐ Ensino Superior incompleto
- ☐ Ensino Superior completo
- ☐ Pós-graduação

7. Qual a renda mensal da sua família?

- ☐ Até 2 salários-mínimos (menos de R\$2.824,00)
- ☐ 2-4 salários-mínimos (R\$2.824 à R\$5.648)
- ☐ 4-10 salários mínimos (R\$5.648 à R\$14.120)
- ☐ 10-20 salários mínimos (R\$14.120 à R\$28.240)
- ☐ + de 20 salários mínimos (mais de R\$28.240)

8. Atualmente você está trabalhando? ☐ Sim ☐ Não

9. Com quem você mora atualmente? ☐ Sozinho ☐ Com os pais/tios/avós/familiares ☐ Com amigos(as) ☐ Com companheiro(a) ☐ Outros: _____

1. Qual o status do seu relacionamento? ☐ Solteiro ☐ Namorando ☐ Casado(a) ☐ União Estável ☐ Divorciado ☐ Viúvo ☐ Outro: _____

11. Como seu parceiro(a) se identifica? ☐ Homem ☐ Mulher ☐ Não binário

12. O seu(sua) companheiro(a) atual é do: ☐ Gênero oposto ao seu ☐ Mesmo gênero que o seu

13. Há quanto tempo você está com seu(sua) companheiro(a) atual? _____ meses

14. Quantos filhos você tem? _____.

15. Com qual frequência você pensa em terminar o seu relacionamento amoroso? Considere a escala abaixo:

Nunca 0 1 2 3 4 5 6 Todos os dias

16. Considere as substâncias abaixo. Indique a frequência com a qual você as utiliza.

Álcool	<input type="checkbox"/> Nunca	<input type="checkbox"/> Raramente	<input type="checkbox"/> Ocasionalmente	<input type="checkbox"/> Mensalmente	<input type="checkbox"/> Semanalmente	<input type="checkbox"/> Sempre
Maconha	<input type="checkbox"/> Nunca	<input type="checkbox"/> Raramente	<input type="checkbox"/> Ocasionalmente	<input type="checkbox"/> Mensalmente	<input type="checkbox"/> Semanalmente	<input type="checkbox"/> Sempre
Cocaína	<input type="checkbox"/> Nunca	<input type="checkbox"/> Raramente	<input type="checkbox"/> Ocasionalmente	<input type="checkbox"/> Mensalmente	<input type="checkbox"/> Semanalmente	<input type="checkbox"/> Sempre
Ecstasy	<input type="checkbox"/> Nunca	<input type="checkbox"/> Raramente	<input type="checkbox"/> Ocasionalmente	<input type="checkbox"/> Mensalmente	<input type="checkbox"/> Semanalmente	<input type="checkbox"/> Sempre
Crack	<input type="checkbox"/> Nunca	<input type="checkbox"/> Raramente	<input type="checkbox"/> Ocasionalmente	<input type="checkbox"/> Mensalmente	<input type="checkbox"/> Semanalmente	<input type="checkbox"/> Sempre
Cigarro	<input type="checkbox"/> Nunca	<input type="checkbox"/> Raramente	<input type="checkbox"/> Ocasionalmente	<input type="checkbox"/> Mensalmente	<input type="checkbox"/> Semanalmente	<input type="checkbox"/> Sempre
Outra:	<input type="checkbox"/> Nunca	<input type="checkbox"/> Raramente	<input type="checkbox"/> Ocasionalmente	<input type="checkbox"/> Mensalmente	<input type="checkbox"/> Semanalmente	<input type="checkbox"/> Sempre

17. Você presenciou alguma forma de violência física entre seus cuidadores (ex: pais)? ☐ Sim ☐ Não

18. Você já foi vítima de violência física em relacionamentos anteriores? ☐ Sim ☐ Não

19. Você já foi vítima de violência psicológica em relacionamentos anteriores?

☐ Sim ☐ Não

2. Você já foi vítima de violência sexual em relacionamentos anteriores? ☐ Sim ☐ Não

Obrigada!